

FICHA CATALOGRÁFICA

S676p Soares Filho, Paulo José.  
A Política Imigratória Tutelada Japonesa e a ação da Bratac em Pereira Barreto (SP) 1927-1942 / Paulo José Soares Filho. -- Maringá : [s.n.], 2010  
126 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2010

Orientador: João Fábio Bertonha  
Referências: f. 123-126

1. Imigração japonesa. 2. Bratac. 3. Pereira Barreto-SP.

PAULO JOSÉ SOARES FILHO

**A POLÍTICA IMIGRATÓRIA TUTELADA  
JAPONESA E A AÇÃO DA BRATAC EM PEREIRA  
BARRETO (SP) DE 1927-1942**

Maringá

2010

PAULO JOSÉ SOARES FILHO

**A POLÍTICA IMIGRATÓRIA TUTELADA  
JAPONESA E A AÇÃO DA BRATAC EM PEREIRA  
BARRETO (SP) 1927-1942**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Maringá

2010

PAULO JOSÉ SOARES FILHO

**A POLÍTICA IMIGRATÓRIA TUTELADA  
JAPONESA E A AÇÃO DA BRATAC EM PEREIRA  
BARRETO (SP) 1927-1942**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Célia Sakurai  
Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. João Fábio Bertonha  
Universidade Estadual de Maringá

Maringá, 26 de Fevereiro de 2010

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação, apesar de constar somente o nome do autor, é um trabalho de muitas pessoas, no meu caso de inúmeras. Creio que o único momento que uma pesquisa desse porte permite alguma informalidade é justamente nos agradecimentos.

Primeiro gostaria de agradecer aos meus pais pela dedicação permanente, pelo amor incondicional, pela ajuda e apoio constante na pesquisa bem como pela minha irmã que formaram o grande esteio para minha dedicação ao trabalho em Maringá.

Estou a três anos em Maringá, fiz a especialização em História e Sociedade na UEM e logo em seguida comecei o mestrado. O responsável pela minha vinda e começo da pós foi o professor Sezinando Menezes que além de me ajudar no projeto do mestrado, me deu a honra de fazer parte do seu ciclo de amizade e de toda sua família.

Gostaria de agradecer o coordenador do mestrado professor Dr. Angelo Priori pela ajuda desde o projeto do mestrado e sua constante presença e trabalho no programa de pós-graduação da UEM.

Ao meu orientador João Fábio Bertonha agradeço a orientação durante o trabalho, pela liberdade de minhas escolhas, sua prontidão constante e os conselhos nos momentos de reflexão mais caótica.

Aos professores da minha banca professor Sidnei José Munhoz pela leitura atenta e esclarecedora de meu trabalho, e a professora Célia Sakurai praticamente minha co-orientadora pelos apontamentos sempre tão oportunos e a presença sempre tão alegre e inteligente durante todos nossos encontros.

Menção especial a todos os professores da linha de “Políticas e Movimentos Sociais” e do programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá e a secretária do mestrado, Giselle Moraes, por sua amizade tão benéfica, alegre e simpática.

Agradeço aos arquivos e museus visitados durante a pesquisa pelo apoio a procura das fontes que compõem esse trabalho, com destaque ao Arquivo do Banco Real em São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Museu da Colonização de Pereira Barreto, principalmente na pessoa do Sr. Sérgio Issao Masuda pelo seu empenho no resgate da história de Pereira Barreto e sua gentileza em me ajudar durante toda a pesquisa.

A Fundação Araucária pelo fomento a pesquisa o qual foi indispensável para o sucesso do trabalho.

Aos colegas de sala do mestrado pelo tempo que passamos juntos nos créditos e pela troca de informações e cafés durante esse período, Andrey, Giani, Hortência, Márcio, Micael e Thalisson.

Aos grandes amigos que foram essenciais nessa jornada, meu amigo/irmão Márcio companheiro de mestrado e na vida, pelos inúmeros momentos de conversas, risadas, churrascos e pesquisas. Ao meu amigo/irmão David pelos inúmeros tererés, conversas, jogos do São Paulo, churrascos e os estudos na salinha do mestrado.

Menções especiais ao meu amigo Thalisson pelas conversas, por sua música, ao Micael pela amizade, pela ajuda na pesquisa, por nos receber em sua casa em Foz do Iguaçu várias vezes, a Aninha minha querida amiga que se tornou uma pessoa deveras importante durante 2009 responsável por inúmeras risadas, com seu bom humor inabalável. Ao meu grande amigo Rafael pelas temporadas engraçadas que passou em minha casa e por nossa viagem divertidíssima a Fortaleza durante a Anpuh nacional. A Dione minha amiga e vizinha pela grande amizade durante esses anos, pelas inúmeras conversas e pela sua habilidade única na cozinha oriental.

Aos meus vizinhos Célio, Luisa, Sofia, Rivail, Fátima e seu José Furlan por terem praticamente me adotado como um sobrinho e por serem minha grande família em Maringá, aos inúmeros almoços de domingo, a presença sempre divertida, as conversas sempre inteligentes e descontraídas, além dos importantes conselhos do Rivail durante toda a pesquisa.

A Rosangela Kimura pela atenção desde o início da montagem do projeto até os conselhos preciosos durante a pesquisa, pelos projetos que desenvolvemos juntos e por sua simpatia sempre tão evidente.

Aos meus amigos de Pereira Barreto pela amizade dispensada nesse período que estou em Maringá, mesmo não estando presente em todos os momentos e conquistas que eles passaram sempre me trataram de forma gentil e cordial, um abraço sincero a todos eles.

"A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos"  
(Cícero)

SOARES FILHO, Paulo José. A Política Imigratória Tutelada Japonesa e a ação da Bratac em Pereira Barreto (SP) 1927-1942. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a política imigratória tutelada japonesa para o Brasil entre o final da década de 1920 até o início da década de 1940. Dentre nossos objetivos, destaca-se entender a importância desta política imigratória para a formação do município de Pereira Barreto e os mecanismos que a Sociedade Colonizadora do Brasil dispôs como a criação de uma série de empresas para o auxílio aos imigrantes. Faz parte ainda de nossas intenções perceber como o governo brasileiro, sobretudo durante a Era Vargas, se comportou diante da movimentação dos japoneses nas colônias de Bastos e Pereira Barreto com a legislação imposta aos nipônicos naquele período. Intenta-se verificar, ainda como os delegados do DEOPS/SP caracterizaram os imigrantes japoneses em diversas colônias do Estado de São Paulo com ênfase maior nas colônias de Bastos e Pereira Barreto, a última se destacando por termos uma grande documentação envolvendo o cotidiano do município. Ao final analisaremos os japoneses em Pereira Barreto destacando as ações empreendidas na cidade ao tocante a influência que detinham em vários setores da sociedade ali formada, tendo o apoio e diretrizes do governo nipônico.

Palavras-chave: Imigração japonesa, Bratac, Pereira Barreto.

SOARES FILHO, Paulo José. The tutored Japanese immigration policy and the action of Bratac in Pereira Bastos (SP) 1927-1942. 2010. Dissertation (Mastering in History) – Maringá State University

#### ABSTRACT

This research analyzes the Japanese immigration politics tutored by Brazil between the late 1920s through the early 1940s. Among our goals, we point out understanding the importance of this immigration policy for the formation of the city of Pereira Barreto and the mechanisms that the settlers of Brazil arranged as the creation of a series of companies for assistance to immigrants. It is still part of our intentions to see how the Brazilian government, especially during the Vargas Era, behaved on the movement of the Japanese in the colonies of Bastos and Pereira Barreto with the legislation imposed to the Japanese in this period. It is also our objective to verify the way the delegates of the DEOPS/SP have characterized the Japanese immigrants in diverse colonies of the State of São Paulo with more emphasis in the colonies of Bastos and Pereira Barreto, the last standing out by having a great documentation involving the daily life of the city. In the end we will analyze the Japanese in Pereira Barreto highlighting the actions taken by the city regarding the influence they held in various sectors of society formed there, having the support and guidance of the Japanese government.

Key-words: Japanese immigration; Bratac; Pereira Barreto.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	“Uma Triste Realidade”	78
Figura 2	Fotos de família de brasileiros e japoneses	79

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Entrada de imigrantes japoneses no Brasil (1908-1963)	25
Tabela 2	Distribuição de sementes de algodão por nacionalidade (1941/42)	43
Tabela 3	Entrada de imigrantes japoneses no Brasil ano a ano (1924-1936)	57
Tabela 4	Escolas de Pereira Barreto	85
Tabela 5	Gastos comparados da Prefeitura entre Assistência e Diversão Pública	89

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Bratac - Brasil Takushoku Kumiai (em japonês)

Bratac – Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda (em português)

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

E.F. Noroeste do Brasil – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

GAT – Gozar a Terra

K.K.K.K - Kaigai Kogyo Kabuschiki Kaisha

PRB2 – Rádio

Pront. – Prontuário

S.S.P.S - Secretaria de Segurança Política e Social

## Sumário

Introdução	<b>1</b>
I - OS JAPONESES: DA ERA MEIJI A IMIGRAÇÃO TUTELADA	<b>7</b>
1.1 Imigração Japonesa	<b>7</b>
1.1.1 As razões do Brasil receber os japoneses e a escolha do Japão em relação ao Brasil	<b>17</b>
1.2 Imigração Tutelada	<b>23</b>
II - A BRATAC E SUAS COLÔNIAS NO INTERIOR PAULISTA	<b>29</b>
2.1 A Bratac	<b>30</b>
2.2 As Cooperativas Japonesas no Estado de São Paulo	<b>37</b>
2.2.1 A Produção Agrícola Japonesa no Estado de São Paulo	<b>40</b>
2.3 Os quistos raciais e a organização japonesa	<b>45</b>
2.4 Colônia Bastos	<b>48</b>
2.5 Visões sobre o mesmo processo: os possíveis culpados da crise em torno da imigração japonesa no Brasil	<b>55</b>
2.5.1 A posição do Estado brasileiro	<b>56</b>
2.5.2 A posição japonesa no Brasil	<b>62</b>
2.5.3 Participação da população civil	<b>66</b>
III - SER JAPONÊS NUM NÚCLEO DA BRATAC: O CASO DA COLÔNIA NOVO ORIENTE	<b>70</b>
3.1 A Colônia Novo Oriente	<b>71</b>
3.2 Da escolha dos terrenos a compra da Fazenda Tietê	<b>72</b>
3.2.1 Dados sobre Pereira Barreto	<b>74</b>
3.2.2 Moradia e as diferenças entre brasileiros e japoneses	<b>76</b>
3.2.3 Educação	<b>81</b>
3.2.4 Assistência médica e os problemas com a malária	<b>86</b>
3.3 Influência Nipônica em Pereira Barreto	<b>92</b>
3.3.1 Pereira Barreto, um Estado japonês?	<b>94</b>
3.3.2 “Teorias da Conspiração”	<b>107</b>
3.4 Movimento GAT	<b>112</b>
CONCLUSÃO	<b>118</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

A História não é feita por uma eterna luta entre bandidos e mocinhos, mas por situações nas quais não há apenas os dois lados onde muitos personagens que entram em cena. Boa parte da historiografia que aborda o processo imigratório japonês partilha a ideia de que os japoneses passaram por um processo doloroso de adaptação ao Brasil e que não foram bem recebidos por grande parte da sociedade local. A trajetória dos imigrantes japoneses é descrita como de mártires que vieram e venceram no país, após muito trabalho e dedicação.

Essa tese defendida pela historiografia é considerada por nós um tanto pertinente. Neste trabalho, procuraremos mostrar que os imigrantes japoneses foram alvos de preconceitos e que o Estado Novo exerceu uma política xenófoba em relação aos nipônicos aqui instalados. No entanto, a imigração empreendida pelos japoneses, no início espontânea e posteriormente tutelada, foi acompanhada de debates quanto à conveniência de sua vinda ao Brasil.

Sobre essa imigração ser benéfica ou não para o Brasil, julgamos essa questão mais do que superada pela História, pois os próprios acontecimentos apontaram que os japoneses se adaptaram à sociedade brasileira e atualmente seus descendentes traçam caminhos em conjunção com todas as outras ascendências encontradas no país.

Nosso propósito neste estudo é demonstrar que a imigração, através da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda., a Bratac, denominada “tutelada” pela antropóloga Célia Sakurai, propiciou grande evolução na maneira pela qual os japoneses se enquadraram na sociedade brasileira.

O ponto-chave da discussão acerca da imigração japonesa para o Brasil relaciona-se ao interesse japonês na imigração chamada ‘tutelada’, iniciada por volta de 1924. Acreditamos que o governo nipônico promoveu a corrente imigratória com o intuito de abrir canais de

influência no Brasil; todavia, não duvidamos das intenções do governo nipônico em alojar de forma digna seus cidadãos em outro país, atitude louvável e de destaque entre todos os países que enviaram para cá os seus habitantes. Ressaltamos, porém, que nos intriga o motivo de tamanho investimento, por parte do governo japonês, para um número relativamente pequeno de japoneses beneficiados.

A nosso ver, essa política não pode ser concebida como uma tentativa do governo japonês em resolver seus problemas populacionais. No decorrer deste estudo, apresentaremos dados relativos a essa questão e perceberemos que a imigração tutelada não tinha como enfoque tal resolução.

A discussão relativa à imigração tutelada se constitui em um dos eixos que nortearão este estudo. Inquirimos, então: qual ou quais as razões que justificariam a imigração tutelada? Será que um país imperialista como era o Japão naquela época não teria nenhuma intenção de, no mínimo, obter áreas de influência no Brasil? Buscaremos responder essas questões ao longo deste estudo.

As fontes pesquisadas para o presente trabalho têm como base documentos governamentais, relatórios do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), relatórios da vigilância sanitária que traçam o perfil da imigração japonesa, sobretudo no Estado de São Paulo. Analisando essas fontes procuraremos encontrar as respostas para nossas indagações, considerando também que esses documentos foram produzidos em um “Estado de exceção”, escritos durante o Estado Novo, e cientes de que neles predomina uma atmosfera preconceituosa em relação aos nipônicos.

Os documentos analisados, mesmo escritos durante o Estado Novo, identificaram questões importantes para nossa pesquisa, haja vista que detêm vícios de acusação e denúncias que foram realizadas sem base comprobatória; no entanto, julgamos que é nesse

aspecto que o trabalho do historiador se faz presente, atuando de maneira a identificar e colher dessas informações resultados pertinentes a sua pesquisa.

Os relatórios pesquisados para esta pesquisa tinham por base investigações e interpretações tendenciosas. Em certas ocasiões, temos a sensação de que se fazia muito barulho por nada; contudo, se as fontes se constituem a matéria-prima da história escrita, cabe ao historiador “desconfiar” de suas fontes.

Nossos estudos foram empreendidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo; no Arquivo do Banco Real, também em São Paulo; e em fontes do acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Entramos em contato com documentos específicos referentes à Bratac e com documentos produzidos por essa empresa, cujos dados são citados e discutidos neste trabalho.

Nosso foco de estudo centra-se na colônia chamada “Novo Oriente”, atual cidade de Pereira Barreto, formada em 1928 pela Bratac (Brasil Takushoku Kumiai), empresa colonizadora constituída com investimentos do governo japonês, que iniciou a montagem dessa e de outras colônias no interior paulista e paranaense e que desenvolveu estruturas para que essas colônias recebessem imigrantes japoneses.

Nossa escolha por essa cidade pautou-se, em um primeiro momento, por razões afetivas; porque além de termos vivido grande parte da vida em Pereira Barreto, temos família e amigos que ainda residem na antiga Novo Oriente, o que nos leva com frequência à região. Além disso, o tema da imigração japonesa foi muito pouco explorado pela literatura, e esperamos limitar essa lacuna que envolve a empresa Bratac estudando mais especificamente uma de suas colônias.

Na delimitação do tema contribuiu ainda a limitação das fontes a que temos acesso, as quais estão mais voltadas a essa colônia. Por outro lado, o prazo que temos para o cumprimento das obrigações do Programa do Mestrado nos obriga a restringir o objeto de

estudo. Esta pesquisa, provavelmente, se estenderá no futuro, pois observamos que esse campo de trabalho ainda tem muito a ser desbravado.

Para contextualizar nosso foco de estudo é necessário elucidarmos que “Fazenda Tietê”, “Colônia Novo Oriente” ou “Pereira Barreto” constituem o mesmo ambiente físico, e as alterações de nome ocorrem em razão da situação política em que se encontram ao longo do tempo. Esse ambiente pode ter expansão em sua área em razão de seu crescimento; no entanto, basicamente se trata do mesmo território:

O surgimento da cidade remonta ao antigo povoado de Itapura, situado ao município de São José do Rio Preto, elevado a distrito em 29 de outubro de 1909 e transferido para o município de Penápolis, em 16 de outubro de 1910. Seus primeiros habitantes eram imigrantes japoneses, com destaque para Kumito Miyasaki, que adquiriu um quinhão de terras de propriedade do Coronel Jonas Alves de Melo. Novo investimento foi feito em 1929, quando a empresa japonesa Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda adquiriu terras banhadas pelos rios Tietê e Paraná, próprias para o cultivo e a criação de gado bovino. Em 23 de dezembro de 1924, em virtude de seu grande desenvolvimento, o distrito foi novamente transferido, desta vez para o município de Monte Aprazível. Sua denominação foi alterada para Novo Oriente em 29 de setembro de 1934, chegando ao atual nome de Pereira Barreto apenas em 30 de novembro de 1938, quando, finalmente adquiriu autonomia municipal. A denominação do município presta homenagem ao eminente cientista brasileiro Dr. Luiz Pereira Barreto.<sup>1</sup>

Esta pesquisa tem como objeto principal debater a ideia da imigração tutelada em um “estudo de caso”; ela se diferencia, contudo, por sair do plano teórico para chegar ao campo empírico, já que a formação de um município com características japonesas no Brasil não pode passar despercebida pela historiografia que tem como foco de estudo a imigração, sobretudo a imigração japonesa.

Destacamos que a produção sobre a imigração tutelada é relativamente pequena, e que os trabalhos acerca dessa temática muitas vezes citam apenas uma das fases pelas quais a imigração japonesa passou no Brasil, porém não estudam com afinco as relações que essa política possibilitou aos imigrantes que fizeram parte dessa ação; o que se configura como nosso intuito neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Requerimento nº 2119, de 2004 da Câmara Legislativa de Pereira Barreto.

Trabalharemos aqui não somente a ideia de política imigratória, mas também o desenvolvimento de uma ação política que se tornou uma das bases do Estado Japonês, tendo em vista que a emigração passou a ser fator que pesava nas ações que o governo nipônico tomaria em relação a sua população, e o Estado nipônico regulou esse processo e manteve contato direto com suas colônias no Brasil. Essa relação e como se desencadeou toda essa ação é o que torna nossa pesquisa distinta das demais e o que nos motivou a realizar o presente estudo.

Dividimos este trabalho em três capítulos; no capítulo I, citaremos, de maneira breve, alguns aspectos da política empreendida pelo Japão a partir da Era Meiji (1868-1912), discorrendo sobre como o governo japonês conseguiu modernizar suas estruturas para que o país do Sol Nascente tivesse grande avanço em suas ações pelo mundo, como, por exemplo, conseguiu importantes conquistas na Ásia. Abordaremos também as primeiras levas de imigração japonesa para o Brasil, as razões do surgimento desse fluxo e a imigração tutelada como uma das fases de imigração que o país passou dentro do histórico das chegadas de imigrantes japoneses nas terras brasileiras. Nosso objetivo principal nesse capítulo é contribuir na construção da pesquisa de modo a identificar os primeiros movimentos emigratórios do Japão e seu desenrolar no Brasil.

No capítulo II apresentaremos a história da Bratac, desde os primeiros movimentos no Japão para a formação de companhias de emigração até sua realização por parte do governo nipônico, destacando seus objetivos, o desenvolvimento de outros tipos de comércios e negócios para facilitar a vida de seus imigrantes bem como os demais fatores relacionados à vida da empresa. Nesse capítulo discorreremos também sobre parte da organização japonesa, realçando uma colônia administrada pela Bratac, a Colônia de Bastos, demonstrando como se dava parte das relações dos japoneses que viviam nessa colônia e como o Estado brasileiro observava esse núcleo. Nosso foco no capítulo é colaborar na construção da pesquisa de

maneira a identificar a funcionalidade da empresa Bratac e o modo de ação em uma de suas colônias.

No capítulo III focalizaremos nosso espaço de estudo, o município de Pereira Barreto, interior de São Paulo, segundo maior núcleo montado pela Bratac no Brasil. Discutiremos as relações do cotidiano da cidade, enfocando a saúde, a educação, entre outros. Destacaremos também as relações dos japoneses na cidade, como estes se organizavam, como a cidade desenvolveu, até pela grande população imigrante, características japonesas. Outros aspectos importantes neste capítulo estão nos documentos do DEOPS, nos quais predomina um clima conspiratório em relação aos nipônicos; estudaremos, ainda, a influência dos moradores japoneses no município de Pereira Barreto e observaremos o movimento GAT (Gozar à Terra), prática implantada para que estes se fixassem em suas terras no Brasil.

## **CAPÍTULO I**

### **OS JAPONESES: DA ERA MEIJI A IMIGRAÇÃO TUTELADA**

Neste capítulo trabalharemos o processo de emigração japonesa depois da Era Meiji (1868-1912) tentando perceber as estruturas criadas pelo governo nipônico a fim de se tornar um país importante no contexto internacional buscando características de expansão ocidentais.

Nossa pesquisa ainda abará neste capítulo os elementos que configuram a imigração tutelada, trabalharemos os aspectos que compõem essa política utilizando a bibliografia corrente sobre o tema. Essa contextualização se faz necessária para o entendimento da dissertação como um todo.

#### **1.1 IMIGRAÇÃO JAPONESA**

Em 1868, o Japão inicia uma nova dinastia, a Meiji (1868-1912), e o país passa por uma industrialização acelerada, adquirindo características como a expansão dos empreendimentos estatais, controle e assistência do Estado, e uma desigual distribuição dos impostos, com uma acentuada exploração sistemática dos camponeses em favor da modernização do setor não-agrário da economia.

O governo japonês criou o sistema de transportes e de comunicações, desenvolveu a mineração e outras indústrias; precisando se desenvolver industrialmente, buscou parcerias com o setor privado, ampliando sua política de créditos, incentivos subsidiários e diminuição da taxa de juros aos investidores do país. Enquanto se realizava a industrialização, o governo implementou um novo sistema educacional e entrou em um processo de ocidentalização, mantendo estudantes no exterior e abrindo consulados.

Ressaltamos que o governo nipônico, naquele momento, estava inserido em um grupo de países que atribui ao Estado as responsabilidades de guiar a nação em muitos aspectos, fomentando a tese de que um governo interventor é o molde correto para o desenvolvimento

do país, atuando de forma a modernizar suas estruturas com bases no modelo ocidental. Esse padrão político adotado influenciará no processo imigratório japonês, já que o próprio governo estimulará a emigração como forma de expansão da cultura e política japonesa.

A esse respeito, Vieira (1973) aponta três características principais da industrialização japonesa, descritas a seguir:

1) O governo financiou, desenvolveu e controlou, desde o início, o sistema de transportes e comunicações, a mineração e as indústrias pesadas, bem como as principais indústrias têxteis. E em razão de seu interesse no desenvolvimento industrial, o governo japonês procurou atrair o capital privado para a indústria, concedendo auxílio financeiro, empréstimos a juros baixos e generosos subsídios aos investidores particulares.

2) Ao mesmo tempo que realizava a industrialização do Japão, o governo fundava um novo sistema educacional, aplicava os conhecimentos médicos ocidentais, mantinha estudantes no exterior, abria consulados, expandia e equipava forças militares e navais e desenvolvia um plano de aproveitamento de novas regiões, recorrendo, para tanto, a empréstimos internos, mas sobretudo à nova tributação sobre a terra.

3) Concomitantemente à industrialização e ao progresso científico, verificou-se uma acentuada urbanização, um aumento rápido da população e uma redistribuição da população japonesa.

Vieira (1973) ainda aponta um nítido movimento migratório, o qual apresenta quatro modalidades não exclusivas:

A) O movimento migratório foi, em primeiro lugar, predominantemente interno, produto e pré-condição do desenvolvimento industrial do Japão, com a mão-de-obra expelida das regiões agrícolas pobres, nas quais os agricultores passavam por uma série de dificuldades para as regiões urbanizadas, onde o mercado de trabalho nas indústrias constituía uma força de atração.

Esse movimento de êxodo das áreas rurais para as zonas urbanizadas e industrializadas reflete um aspecto essencial da transformação política e econômica iniciada no Japão no início da Era Meiji.

B) À medida que a população do Japão crescia, as migrações ampliaram sua rede de ação e deixaram de ser apenas uma redistribuição da população entre as regiões das três principais ilhas japonesas (Honsu, Kyushu e Shikoku), estendendo-se por novas áreas, as “regiões de fronteira”, Hokkaido e Okinawa, principais centros de expansão do território nacional.

Hokkaido, parte integral do Japão, foi colonizada a partir de 1872, dando início ao que podemos denominar colonização de fronteira. Posteriormente, nas décadas de 1920 e 1930, transformada em fronteira histórica, passa a ser zona de emigração para outras áreas industrializadas e para o exterior.

As ilhas Ryukyu (Okinawa) foram anexadas em 1879, quando o arquipélago passa a ser uma província japonesa de fronteira. Região pobre, densamente povoada, predominantemente agrícola, limitadamente urbanizada e com cultura diferente, Okinawa foi um centro de emigração para o Japão e posteriormente para o exterior. Sua anexação ao Japão como ken (província) está em consonância com a posição política do período Tokugawa (1868-1912), quando o reino de Ryukyu era visto como uma barreira para o exterior, uma primeira linha de defesa.

Desde o século XVII os senhores de Satsuma, por motivos políticos e econômicos, tinham estendido seu controle sobre o reino de Ryukyu. Se do ponto de vista econômico a maioria dos autores acentua que a anexação de Okinawa não trouxe vantagens para o Japão, estrategicamente sua inclusão no Império definiu os limites da fronteira sul do país e trouxe um novo campo para os “mercadores residentes”, em sua maioria de Osaka e Kagoshima, que monopolizavam o comércio. Entretanto, não se verificaram investimentos de capitais e de

1920 a 1940 Okinawa era a província mais agrícola da Japão. Okinawa fornecia ao Japão, principalmente o açúcar, tendo as plantações sido estimuladas pelo governo provincial.

O governo imperial procurou promover a imigração de okinawanos para as colônias japonesas do Pacífico e para o Havaí, Estados Unidos e América do Sul. Por volta de 1930, mais de 54.000 okinawanos estavam em países fora do controle político japonês.

O Brasil, em 1962, contava com 19.100 okinawanos, segundo dados do Recenseamento Geral da Colônia Japonesa. Discriminados no Japão, no Brasil esses okinawanos formaram um grupo essencialmente endogâmico.

C) A migração da população japonesa não se limitou às áreas de fronteira, porém assumiu, a partir da guerra sino-japonesa (1894-1895), características de uma expansão imperialista, justificada e apresentada como solução necessária para os problemas demográficos e econômicos. Assim, foram anexados sucessivamente Taiwan (Formosa), Karafuto, Coréia e Manchúria.

Taiwan, a primeira grande conquista imperialista do Japão, foi anexada como resultado da Guerra Sino-Japonesa. O governo estimulou e protegeu a aplicação de capitais em Taiwan, fornecendo aos taiwaneses a força de trabalho e o pagamento de taxas e o Japão forneceu o capital, os administradores, empresários, o pessoal técnico e profissional. Taiwan não foi apenas uma colônia para a aplicação do capital japonês, mas também um posto avançado para futuras penetrações econômicas e políticas em direção à Ásia e Oceania.

Em 1905, como resultado da Guerra Russo-Japonesa, o Japão estendeu seu protetorado à Coréia, anexada em 1910. Essa anexação concretizava a orientação política do Japão em direção à Ásia continental, e a mão-de-obra coreana foi utilizada, posteriormente, na industrialização da Manchúria. O Japão encontrou na Coréia uma fonte de matéria-prima e um campo para investimento de capital, além de um mercado para seus produtos com força de trabalho a custo baixo.

Karafuto, parte sul das ilhas Sakhalinas, pode ser considerada uma região de fronteira estrategicamente importante para o Império, além de centro produtor graças a seus recursos naturais. Foi anexada ao Império em 1905, após a Guerra Russo-Japonesa, e foi colonizada pela iniciativa oficial, que subsidiava os imigrantes nos primeiros tempos.

De 1905 a 1931, os japoneses penetraram na Manchúria, até que em 1931 foi criado o Estado títere do Manchukuo. Grandes esquemas de colonização foram elaborados pelo governo japonês para o desenvolvimento dos recursos agrícolas e industriais da região.

Menção a parte devemos fazer a *Nanyo-gunto* (as ilhas dos Mares do Sul) na Micronésia, administrada como mandato da Liga das Nações Unidas. Com efeito, as Marianas (exceto Guam), as Carolinas e Marshall, anteriormente colônias alemãs, foram atribuídas ao Japão após a Primeira Guerra Mundial. Nelas um tipo diferente de colonização aparece; não foram abertas à livre iniciativa de famílias, mas colonizadas por uma companhia subsidiada pelo governo japonês, a Companhia de Desenvolvimento dos Mares do Sul, incumbida de explorar tecnológica e organizadamente os recursos de uma região tropical.

A companhia recebia do governo monopólio de direitos, subsídios e isenção de impostos. Por outro lado, zelava pelos trabalhadores de maneira paternalística, fornecendo-lhes alojamento, assistência médica e seguro contra acidentes e salários, em média, a metade daqueles que eram pagos em Tóquio na mesma época. O transporte era pago pelos próprios emigrantes.

D) Na área do desenvolvimento econômico largamente ampliado ocupam lugar à parte as migrações japonesas para o exterior: Filipinas, Hawaii, Canadá, EUA, Peru e Brasil, que em 1940 totalizavam 439.316 imigrantes, dos quais 226.847 localizados na América Latina (193.156 no Brasil) e 206.871 na América do Norte (Canadá e EUA, o Havaí incluído).

A migração da população japonesa, segundo Vieira (1973), assumiu, a partir da Guerra Sino-Japonesa, características de uma expansão imperialista, sendo tratada como

solução para o aumento da população e conseqüente saída dos problemas econômicos provocados por esse aumento.

Vieira (1973) afirma também que se considerarmos a migração somente como técnica resolutive do problema demográfico de um país superpovoado, esse movimento migratório será pouco significativo; entretanto, se visualizarmos a emigração nas esferas econômicas, sociais e políticas, esse processo ganhará outro foco do ponto de vista prático e teórico. Dessa forma, podemos analisar o movimento migratório apontando suas implicações dentro do desenvolvimento geral da economia japonesa.

Célia Sakurai (2000) também assinala que a emigração japonesa não conseguiu uma solução para o problema de superpovoamento da população nipônica. A autora usa uma citação de Taueber (1958) para expor sua opinião:

Se a emigração é vista unicamente como técnica para drenar população de um país superpopuloso, então estas migrações dos japoneses fora da esfera do controle japonês foram insignificantes. Se analisada nos termos de suas interrelações demográficas, econômicas, sociais e políticas, então nós não podemos descartar as migrações dos japoneses tão casualmente. A migração era vista como um fator significativo para o ajuste populacional; talvez a crença em si fosse um fator de ajuste, independente da verdade ou falsidade à luz da análise estatística (TAUEBER, 1958, p.199 *apud* SAKURAI, 2000, p. 45).

As negociações com o Brasil para a emigração de nipônicos tiveram avanços a partir de abril de 1905. Fukashi Suguimura assumiu o cargo de ministro com a condição de que o Ministério das Relações Exteriores consentisse que em sua equipe de trabalho no Brasil tivesse o secretário Horiguchi. Assim sendo, chegando ao país partiu para a inspeção nas zonas de café do Estado de São Paulo e Minas Gerais, a qual terminou com uma consulta ao secretário da Agricultura de São Paulo. Na ocasião, o Ministro japonês fez as seguintes interpelações a respeito de questões imigratórias, prevendo a vinda de japoneses ao Brasil:

1-Não é para desaprovar contra o sistema que limita a imigração através do processo unicamente familiar, mas, se insistisse a atual determinação que veta qualquer subsídio de passagem, senão familiar, poderá dificultar a imigração japonesa. Haverá algum meio que contorna isso?

2-Qual é a visão do governo do Estado de São Paulo sobre o limite de subsídio das passagens dos imigrantes? Além dos subsídios do governo, não haverá algumas quotas por parte dos empregadores?

3-Estes subsídios das passagens não cabe a obrigação posterior de resgates?

Para estas, o Secretário deu as respostas imediatas.

1-Será instituído um regulamento especial, só para imigração japonesa que concede subsídios também para os solteiros, no entanto, como os solteiros tem maior facilidade de mobilidade que, muitas vezes, essa incomodam os empregadores, contanto que, prefiro deixá-los sempre em estado difícil de sair de suas fazendas, assim como; pousando-se em grupo de 3 a 5 pessoas numa casa, etc. E o tempo da chegada dos imigrantes será preferível nos meses de abril a maio, no início da colheita do café.

2-As passagens dos imigrantes europeus são normalmente 6 libras esterlinas, variando de acordo com a distância, mas no caso do Japão é longe, o governo está disposto a pagar cerca de 7 libras esterlinas à cada pessoa. Sobre o assunto trataremos posteriormente por escrito

3-Uma vez subsidiada, as passagens não precisam devolver [sic] (KAYAMA, 1997, p. 20-21).

O Brasil continuava a ser um país extremamente agrário quando do início das negociações para a vinda do imigrante japonês em 1905, e o grande produto de exportação era o café. O Ministro Suguimura obteve acesso a uma pesquisa no Brasil a qual informava que entre 1902-1903 o volume da produção mundial de café havia sido de 19.580 sacas, sendo que 16.240 desse total haviam sido produzidas no Brasil e das quais, de 12.000 a 13.000 eram produzidas no Estado de São Paulo.

Os japoneses vinham ao Brasil como mão-de-obra substituta das italianas, que tiveram sérios problemas de relacionamento com os fazendeiros brasileiros, os quais, recém-saídos da escravidão, impuseram relações semelhantes às escravocratas com os latinos do mediterrâneo. A imigração nipônica veio recompor essa falta que os italianos faziam como força de trabalho nas fazendas de café. Destacamos que a produção de café era muito rentável, o governo incentivava sua produção e garantia preços mínimos, tornando o Brasil o maior produtor mundial.

O Ministro das Relações exteriores do Japão voltou a seu país de origem e realizou uma conferência na reunião de empresários domésticos em Tóquio, com o fito de explicar os aspectos do Brasil, e conseguiu atrair expressivas atenções dos empresários a esse respeito.

Destacamos que no calor da emoção propiciada pela leitura do relatório do Ministro Suguimura no jornal, Eijiro Miyake, proprietário do banho público “Okuni”, na cidade de Kyoto, requereu ao Ministério das Relações Exteriores o primeiro passaporte individual para o Brasil.

Em 1907 foi firmado um contrato com o governo do Estado de São Paulo para a entrada de três mil imigrantes japoneses entre 1908 e 1910, entrando cerca de mil imigrantes por ano; todavia, quando Ryô Mizuno, responsável pelo contrato com o estado paulista, voltou ao Japão em janeiro de 1908, percebeu o curto prazo que tinha para os preparativos da viagem, incluída a captação de pessoas.

Os imigrantes deveriam chegar no mês de maio de 1908, e em razão da necessidade de atender às exigências legais, formaram famílias fictícias, o que posteriormente gerou conflitos; houve ainda problemas na partida do navio, já que o governo japonês exigia um depósito de 80 mil yens (moeda japonesa) para a caução sobre a licença dos imigrantes. A Companhia de Colonização Kôkoku conseguiu juntar esse dinheiro com a ajuda dos passageiros, prometendo que no desembarque os ressarciria, fato que não aconteceu.

A imigração japonesa no Brasil começa no dia 28 de abril de 1908, quando o navio “Kasato Maru” partiu do porto de Kobe, no Japão, chegando ao Brasil, no porto de Santos, no dia 18 de junho do mesmo ano, com 800 imigrantes (781 imigrantes sob contrato, 10 imigrantes espontâneos e outros).

Na chegada do navio, havia um repórter do Correio Paulistano que descreveu a vestimenta japonesa da seguinte maneira:

Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à européia. Elles de chapéu ou bonet, e ellas de sáia e camizeta pegada à sáia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora, um chapéu simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas apresentam (HANDA, 1980, p. 5).

O repórter ainda acrescenta: “Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável” (HANDA, 1980, p. 5).

Os imigrantes foram instalados na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo no dia 19 de junho de 1908; depois de servir o jantar o repórter que os acompanhava fez a seguinte observação:

Depois de estarem uma hora no refeitório, tiveram que abandoná-lo, para saberem quão eram as suas camas e os quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes (HANDA, 1980, p.7).

Depois da chegada e da pequena adaptação dos imigrantes iniciou-se a entrada dos japoneses nas fazendas. No dia 27 de junho os japoneses partem para seus destinos às 4 horas da manhã em trem especialmente fretado; saem da Hospedaria, com destino à Fazenda Canaã, as 152 pessoas componentes de 24 famílias dos nipônicos de Okinawa. No mesmo dia, parte o grupo destinado à Fazenda Floresta, constituído de 173 pessoas de 23 famílias, ainda dos imigrantes de Okinawa.

No dia 28 de junho, outro grupo é destinado à Fazenda São Martinho: 101 pessoas de 27 famílias vindas de Kagoshima. No mesmo dia, 88 pessoas de 23 famílias provindas de Kagoshima, Kochi e Niigata dirigem-se à Fazenda Guatapará. No dia 29, às 5 horas da manhã, partem, rumo à Fazenda Dumont, 210 pessoas de 52 famílias vindas de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio.

Aos seis de julho do mesmo ano, 49 pessoas de 15 famílias provenientes de Yamaguchi, Aichi e demais províncias, as últimas a sair, dirigem-se à Fazenda Sobrado. O grupo tem que caminhar da Hospedaria até a Estação Sorocabana através das desconhecidas

ruas de São Paulo; os que foram para as fazendas somaram 773 pessoas: 586 homens e 187 mulheres.

Esses imigrantes encaravam a vinda para o Brasil como uma condição provisória (dekassegui), sendo atraídos pelas propagandas da companhia de imigração, que de certa forma não correspondiam com a realidade.

O diretor da Companhia de Imigração Kôkoku, Ryô Mizuno, chegou ao Brasil em 17 de março de 1906, e ficou empolgado com as condições que encontrou por aqui para realizar a imigração japonesa. Voltando ao Japão, editou um livro chamado “O Guia de Viagem sobre a América do Sul” para fazer propaganda sobre a imigração no Brasil.

Handa (1980) enuncia que Ryô Mizuno não teve uma visão clara das condições das fazendas brasileiras:

O desconhecimento quase total da situação interna das fazendas de café: sua estrutura, regime, condições de vida dos trabalhadores, etc. (antes do envio de imigrantes o presidente Ryô Mizuno, visitou e observou cada uma das fazendas acompanhado do “pioneiro da imigração” Teijiro Suzuki; é preciso reconhecer sua boa vontade, mas a verdade é que ele não conseguiu ver a realidade das fazendas). O pior é que ignorando que não se ganha dinheiro no primeiro ano, e na simples ilusão de que o Brasil é uma “terra que acolhe trabalhadores”, procedeu ao envio impensado de famílias formadas artificialmente (HANDA, 1980, p. 77).

As canções dos imigrantes na época ilustram bem a situação dos japoneses que vieram iludidos com as propagandas da Companhia de Imigração:

Mentiu quem disse que o Brasil era bom,  
mentiu a companhia de emigração;  
no lado oposto da Terra cheguei,  
fiado no Paraíso, para ver o Inferno (HANDA, 1980, p.164).

Em relação à intenção de essa ser uma condição provisória (dekassegui) e voltarem ao Japão de forma digna e como vencedores, os imigrantes assim cantavam:

Do jeito como vão as coisas,  
não passa de puro sonho  
o dia do retorno glorioso.  
Já que o fim é a morte por inanição,  
melhor, então, é ser comido  
por onça, por qualquer bicho (HANDA, 1980, p. 165).

Algumas condições contribuíram para que essa primeira leva de imigrantes não tivesse a adequação esperavam no Brasil. Havia problemas com o idioma português, muito diferente do nipônico, dificultando o contato com os brasileiros. A presença de intérpretes para gerir esse processo nem sempre facilitava esse contato, pois muitos tradutores não estavam preparados para conduzir essa tarefa.

Havia ainda famílias sem autênticos trabalhadores na lavoura e sem aptidão para o serviço, outro ponto relevante dessa pouca adaptação. Conforme Handa (1980), uma família que não tivesse pelo menos duas pessoas ativas no serviço não conseguiria obter lucro, e mesmo que tivesse duas pessoas trabalhando na lavoura, o lucro só era possível a partir no segundo ano.

### **1.1.1 As razões do Brasil receber os japoneses e a escolha do Japão em relação ao Brasil**

Tsukamoto (1973) analisa a imigração de forma sociológica, inferindo que o país receptor da migração tem que dar condições para que ela aconteça, enquanto o país remetedor deve atender às condições que correspondam a essa demanda. O autor aponta ainda que o país receptor deve ter uma proposta específica quanto à característica do imigrante que pretende receber, e o país remetedor, a disponibilidade de contingentes humanos determinados a emigrar.

Essas características, a nosso ver, estão presentes na situação nipo-brasileira. O Brasil, principalmente o Estado de São Paulo, carecia de mão-de-obra, já que a italiana fora impedida de entrar no Brasil devido às explorações sofridas dos fazendeiros brasileiros (Decreto Prinetti

1902)<sup>2</sup>, muitos deles ainda com mentalidades escravocratas, que afligiam os imigrantes italianos, deixando-os em situações precárias.

No lado japonês havia uma revolução em andamento, a nova Era Meiji (1868-1912) não permitiria uma população camponesa tão grande no Japão. A emigração se torna um fator importante da política japonesa; mais que isso, a política emigratória passa a se constituir em uma das bases da política japonesa.

O Brasil se tornou uma ótima opção para o envio de emigrantes japoneses, porque era um país acostumado a receber contingentes imigrantistas e necessitava de mão-de-obra barata. Não acreditamos que esse fluxo imigratório resolveria o problema populacional do Japão, mas servia de desafogo aos imigrantes que vieram ao Brasil.

Sakurai (1998) informa que o interesse japonês pela emigração para o Brasil não se deve apenas à condição de xenofobia que sofriam em outros países, mas a quantidade de terras inexploradas constitui o grande chamariz para que esses imigrantes concebessem a sua vinda ao país como oportunidade de emprego e lucro fácil.

Leão (1989) alega que havia uma convergência de interesses entre o governo paulista e o Japão, que culminou no início da emigração japonesa ao solo brasileiro:

Do lado do Governo paulista e da lavoura três fatores foram essenciais: a dificuldade de obter braços na Europa; a esperança de que o japonês se fixasse nas fazendas; e a expectativa de que o Japão viesse a oferecer novo mercado para o café brasileiro. Da parte nipônica, por sua vez, havia, de um lado, a pressão das companhias particulares de emigração, às voltas com crescentes dificuldades nos Estados Unidos e no Haváí, e interessadas portanto em novas áreas onde pudessem operar e, de outro, o presumível desejo do Governo de igualmente encontrar opções alternativas para a progressiva inviabilização do mercado de trabalho norte-americano (LEÃO, 1989, p. 27).

---

<sup>2</sup> Em 1902, na história da imigração italiana no Brasil, o decreto Prinetti proibiu a emigração subvencionada para o Brasil, aprovado pelo Comissariado Geral da Emigração na Itália. Tal nome se deve ao chefe do Comissariado, Giulio Prinetti.

A razão de o Japão enviar sua população a um lugar tão distante nos faz refletir sobre as causas dessa atitude. Sabemos que as diferenças culturais entre ambas as nações são gritantes, tanto que os japoneses são considerados povo de difícil assimilação, mas além disso, língua, hábitos alimentares e outros fatores tão importantes quanto esses são traços das diferenças entre Brasil e Japão.

Uma das hipóteses que podemos citar para a vinda dos japoneses ao Brasil é a teoria difundida acerca do grande desenvolvimento do café, pois com a visita do Ministro Sugimura a nosso país o Japão passava a conhecer a força da agricultura brasileira. Anos antes, em 1895, já havia sido assinado um tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre ambos os países.

A assinatura desse tratado, somado com a visita do Ministro em 1905, constitui fatores importantes para a imigração japonesa para o Brasil; contudo, outro fator se apresenta para a chegada desse fluxo: o clima antinipônico que se expandira pelo mundo.

A imigração para a América, sobretudo ao Brasil e ao Peru, passa a ser quase a única saída para os imigrantes japoneses. O Japão, em consonância com Staniford (1973), tem seus primeiros emigrantes no Havaí<sup>3</sup> em 1868 para trabalharem em fazendas de açúcar; nos Estados Unidos, a imigração começa depois de 1880.

Staniford (1973) assevera também que em 1908 foi assinado o “Gentlemen’s Agreement”, um acordo de cavalheiros em que o Japão não permitiria mais a imigração para os Estados Unidos, uma manobra política americana para não proibir de forma aberta a vinda dos japoneses, ou seja, o “perigo amarelo”. Além dos EUA, países como Canadá, Austrália, Paraguai, Colômbia, Costa Rica e Guatemala também impuseram restrições quanto à imigração japonesa (KIMURA, 2006).

---

<sup>3</sup> Em 1868 o Havaí ainda não pertencia aos EUA.

Nogueira (1984) expõe que os imigrantes sofreram restrições de caráter social ao serem considerados inassimiláveis e portadores de costumes e ideias estranhas; restrições econômicas, por concordarem em receber salários baixos e concorrer com a mão-de-obra local; e restrições morais, pois eram vistos como dados a jogos e vícios e fumantes do ópio. Por fim, havia restrições políticas, devido a suas conquistas e ao perigo de dominarem inteiramente a costa banhada pelo Oceano Pacífico.

Essas características, extremamente fortes no núcleo dos japoneses, não foram bem aceitas em vários países; o fato da maioria dos emigrantes japoneses pensar em voltar logo a seu país natal e tentar manter sua nacionalidade em terras estrangeiras causou grandes problemas a sua estada nesses países. A formação de “quistos raciais” foi diversas vezes debatida por autores brasileiros, como Carlos de Souza Moraes em “A Ofensiva Japonesa no Brasil”, quando expõe os enquistamentos japoneses em São Paulo, descritos como “alarmantes”.

Quando Mitsusada Umetani<sup>4</sup> voltou ao Brasil para estabelecer as condições da colonização japonesa a ser fixada na Fazenda Tietê, atual Pereira Barreto, o gerente da Bratac fez um discurso para relatar suas experiências no Brasil. Durante sua fala fica evidente, em vários pontos, sua preocupação em não causar nenhum tipo de clima antinipônico, demonstrando apreensão em encontrar maneiras de se constituir a colônia japonesa sem deixar clima não auspicioso aos imigrantes japoneses, discutindo até mesmo a possibilidade de aceitar brasileiros em seu projeto de colonização.

Com todas essas discussões relativas aos nipônicos, o mundo passava por um debate acerca da questão eugenística, inclusive o Brasil, que tinha alterações sobre a teoria do embranquecimento. Célia Sakurai refere-se à posição de Luiz Guimarães, encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio em 1906:

---

<sup>4</sup> Mitsusada Umetani foi o responsável pela compra das terras da Fazenda Tietê e diretor gerente da Bratac, responsável pela compra de quase 100 mil alqueires de terra no Brasil.

[...] não enxergo a vantagem de introduzir na vitalidade de nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça – o que também é elemento a considerar – parece-me, Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à idéia que está dia a dia tomando vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil (SAKURAI, 1999, p. 210 *apud* Leão, 1989, p. 25).

Essa posição de Guimarães somente fazia coro às pressões eugenísticas que alguns setores do governo brasileiro empreendiam em relação à mão-de-obra japonesa; nomes como o de Oliveira Vianna, defensor de ideias arianas e de não-miscigenação com raças inferiores, faziam com que o debate relativo à imigração japonesa fosse intenso.

A questão da eugenia constava das discussões ocorridas no Congresso Nacional, pois se buscava uma raça brasileira revitalizada, de sangue branco e “puro”, como proclamava Carlos de Souza Moraes (1942).

Alguns setores da sociedade, como parte do Congresso Nacional acreditavam que o país precisava se livrar das influências africanas, e para tanto buscou a homogeneização de sua população, abrindo as portas para os emigrantes europeus. Todavia, ponderamos que mesmo esses sofreram algumas restrições, pois “[...] mas também aos próprios brancos europeus, na medida em que são indesejáveis os criminosos, os loucos, os idiotas, os portadores de defeitos físicos, o proletariado andrajoso” (WAWZYNIAK, 2004, p. 59).

Um dos motivos que fomentava o antiniponismo era a falta de espírito cooperativo dos japoneses, como sugere Tsukamoto (1973):

A prova disso é que esses japoneses dificilmente puderam desenvolver espírito de cooperação entre os elementos pertencentes à mesma situação de classe, tendendo, ao contrário, a perseguir interesses imediatos individualistas e, em não poucas vezes, a praticar atos considerados nocivos a própria classe de trabalhadores, fatos esses que, muitas vezes, contribuíram para fomentar os chamados movimentos antijaponeses (TSUKAMOTO, 1973, p. 20).

A acusação de povo de difícil assimilação ainda era percebida no contexto matrimonial; o casamento interétnico não era bem visto pelo grupo japonês. O casamento,

para os japoneses, muitas vezes era visto praticamente como um negócio (miai), e a relação com outros povos não permitia essa “negociação”. Sakurai (1993) cita um romance que ilustra um pouco essa situação, o tema da história é o interesse de um jovem brasileiro em se casar com uma garota japonesa. A família da moça mostra-se contrária a relação. Segundo Sakurai:

O motivo básico desta rejeição de casamento com não-japoneses é por que os japoneses não sabem falar corretamente o português e com esse casamento, os filhos vão distanciando-se cada vez mais dos pais. O nisei tem que seguir o padrão dos seus pais e também é importante ter o “espírito” japonês (SAKURAI, 1993, p. 91).

Outros fatores também contribuíram para a falta de receptividade com outros povos. Seyferth (1990) aponta que o imigrante, em geral, tem um espírito de superioridade étnica, e essa questão dos imigrantes pode ser vista, por exemplo, no trabalho, já que eles se caracterizam como pioneiros e civilizadores, sugerindo que essa tese leva à constatação de que os brasileiros são preguiçosos.

No tocante ao trabalho, marca que os japoneses foram relacionados, Tomoo Handa (1980) dedica parte de suas memórias para narrar que a labuta dos nipônicos ocorria até mesmo nos domingos; relata que enquanto os brasileiros e outros imigrantes se dedicavam à caça ou a algum tipo de diversão, os japoneses trabalhavam normalmente; entretanto, ao invés do café, cuidavam de suas hortas e coisas do tipo.

Sakurai (1993) traz a visão dos japoneses sobre os vizinhos italianos: “Eles tinham hábitos muito diferentes dos japoneses: para eles o domingo era dia de folga” (SAKURAI, 1993, p. 68).

Apresentadas essas informações referentes a alguns motivos e ao início da imigração japonesa para o Brasil, doravante passaremos a abordar o tipo de imigração que mais nos interessa nesta pesquisa: a imigração tutelada, haja vista que foi o que motivou nosso estudo.

## 1.2 Imigração Tutelada

Staniford (1973) postula que o movimento migratório japonês também tem uma causalidade social particular do Japão, a primogenitura. Essa causalidade se caracteriza pela herança familiar ser totalmente herdada pelo filho mais velho. Quando a família tem muitas posses, cuida para que os outros filhos tenham um bom futuro; entretanto quando a família é pobre, os segundos e terceiros filhos ficam em uma situação complicada. Nesse contexto, muitos japoneses saíram para outras regiões do Japão em busca de melhorar suas condições.

Os quatro principais tipos de emigração possíveis aos japoneses da zona rural, depois de 1868, são elencados por Staniford (1973):

- (1) Recrutamento no Exército ou Marinha para seguir uma carreira militar.
- (2) Migração para áreas urbanas como trabalhador não-especializado no comércio ou na indústria, que se expandiam.
- (3) Migração para as áreas urbanas com capital e/ou instrução suficientes para obtenção de emprego em ocupações categorizadas (White collar) ou como homens de negócio.
- (4) Estabelecimento em terras de litígio ou recentemente abertas.

Essas opções se davam dentro do Japão, que ainda teve mais duas correntes imigratórias, uma em sua área de influência no Extremo Oriente, provida de uma política governamental consciente para a consolidação do controle político sobre os povos conquistados. A outra corrente migratória, a do hemisfério ocidental, foi um movimento espontâneo de indivíduos que pretendiam fazer fortuna rápida e voltar ao Japão (dekassegui).

No caso do Brasil, o movimento migratório japonês, a partir da década de 1920, foi planejado pelo governo, orientado por empresas particulares e cada vez mais politicamente dirigido. Os emigrantes, desde o início, eram encaminhados por companhias de emigração, com contrato de trabalho agrícola e recrutados por meio de ativa propaganda no Japão. Na sua

quase totalidade, encaravam a emigração como temporária e essa motivação inicial influenciou o processo de absorção dos imigrantes.

A política imigratória tutelada japonesa foi dirigida pelo Estado japonês com objetivos expansionistas na Ásia e como forma de redirecionar o fluxo populacional que crescia a largos passos. Dezem (2008) afirma a existência da necessidade da conquista de um “espaço vital” que viria fornecer matérias primas e terras prontas para o cultivo, já que o Japão concorria com as potências imperialistas mundiais como Estados Unidos e Rússia.

Mita (1999) assevera que a política emigratória japonesa se iniciou por solucionar o problema econômico capitalista do Japão; no entanto, quando a economia japonesa capitalista assumiu um caráter imperialista, foi dado à política emigratória esse traço imperialista, também visando à expansão territorial.

A política imigratória tutelada japonesa no Brasil é uma função que o Estado nipônico começa a reger em meados da década de 1920, quando o Estado passou por um processo de assumir atribuições que antes não faziam parte de sua agenda, entre essas a emigração. O governo japonês fundou companhias como a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. – K.K.K.K) em 1917, que era a companhia imperial para gerir a emigração no país. Sakurai (1999) cita o estatuto da Companhia, que prevê, além da emigração:

[...] 2. gestão de colônias e seu desenvolvimento, venda e compra de bens móveis e imóveis, agricultura, pecuária, pesca, mineração, comissão mercantil e beneficiamento de produtos, armazéns geraes, empreitadas de obras de engenharia civil e arquitetônica, e outras indústrias, e publicações de jornais. 3. organização de Companhias que tenham por fim negócios lucrativos além-mar, ou de Companhias ou Bancos que sejam constituídos em país estrangeiro segundo sua legislação, subscrição, venda, compra e transação de títulos e ações dessas corporações (1999 apud K.K.K.K; 1917 in Relatório da Companhia, 1934).

A imigração japonesa no Brasil passa por três fases distintas: a primeira fase, que vai de 1908 a 1923, é caracterizada por uma imigração de colonato, na qual a maioria dos imigrantes

vinha subsidiada pelo governo brasileiro e já possuía contrato com os fazendeiros. Esse tipo de situação ocorria, sobretudo, no Estado de São Paulo. A segunda fase (1924-1941), na qual se insere a emigração que estudaremos, se caracteriza por ser o período de imigração tutelada, em que a Colônia Novo Oriente está inserida, e a terceira fase (1952-1963) é caracterizada por uma imigração do pós-guerra, como demonstra o quadro de Sakurai:

TABELA 1 - Entrada de imigrantes japoneses no Brasil (1908-1963)

<b>Total de Imigrantes</b>	<b>234.636</b>	<b>100.0%</b>
<b>1908-1923</b>	<b>31.414</b>	<b>13.4%</b>
<b>1924-1941</b>	<b>137.572</b>	<b>67.1%</b>
<b>1952-1963</b>	<b>45.650</b>	<b>19.5%</b>

Fonte: Fausto, 2000, p. 215.

Mesmo com a introdução da imigração tutelada, o movimento de emigração espontânea do Japão para o Brasil continuou a existir. A imigração tutelada levou esse processo emigratório a outro nível, mas não conseguiu abranger todas as pessoas que saíram do Japão nos anos em que essa ação foi empregada por meio da Bratac e das demais companhias de colonização.

Companhias colonizadoras não eram novidade no Brasil, que recebeu colônias promovidas por esse tipo de empresa no sul do país no século XIX. Ramos (2006) discorre acerca do conceito dessas colônias:

O isolamento geográfico e social determinado pela localização em Zona Pioneira e pela Exclusão dos nacionais; o traçado disperso que seguia vales e rios; a formação de um campesinato de pequenos proprietários; o planejamento minucioso da montagem das colônias acompanhado[...], a constituição de uma sede com lotes urbanos e atividades tais como igreja, armazéns e escritórios oficiais; a atribuição de um lote a cada família; o financiamento do lote e das ferramentas; a definição do lote colonial como unidade produtiva e do trabalho familiar como base da produção... (RAMOS, 2006, p. 71 apud SEYFERTH; 2000).

As empresas como a Bratac e a K.K.K.K foram criadas para gerenciar a emigração, e a K.K.K.K tem suas funções descritas no prospecto de sua fundação:

Para corresponder à mudança da situação mundial, que deverá vir após o término da guerra, essa entidade, reconhecendo a necessidade de adotar a importante política do desenvolvimento no exterior, deverá administrar os empreendimentos e de colonização, com a finalidade de abrir o caminho do progresso nacional e também de resolver o problema econômico do povo japonês. (Irie, 1939, p. 532 apud Mita, 1999, p. 43).

Dezem (2008) comenta um discurso do governador da província de Nagano, Toshio Honma, ao falar sobre a imigração, enfatiza que esta deve proporcionar os mesmos benefícios que o imigrante gozava em sua terra natal, para que este pudesse se fixar seguramente e desenvolver-se no país emigrantista.

Os nipônicos passaram de “imigrantes problemas”<sup>5</sup> (as primeiras levas de imigração são caracterizadas como fracassadas pela pouca fixação que conseguiram) a imigrantes que conquistaram uma posição de destaque, porque a imigração tutelada possibilitou maior segurança e apoio nas ações dos japoneses no Brasil.

Apesar das leis contra a emigração japonesa na Constituição de 1934 e o período de cisão das relações diplomáticas do Brasil com o Japão por conta da Segunda Guerra Mundial esse fluxo que chegou ao Brasil, especialmente em São Paulo, onde estava instalada a maioria de suas colônias foram bem sucedidos.

Por meio dessa política imigratória inovadora os imigrantes puderam se fixar de maneira mais conveniente e formar estruturas para sua maior inserção na sociedade nacional. A política imigratória tutelada japonesa permitiu que o governo nipônico tivesse grande influência nas regiões onde possuía colônias e que mantivesse com essas relações econômicas sólidas.

Esse tipo de imigração tutelada não foi exclusiva do Brasil, ocorreu também no México, Paraguai, Bolívia e Colômbia, no entanto com maior extensão no Brasil,

---

<sup>5</sup> Ver Handa (1980).

caracterizando-se por ser uma política de Estado voltada para a imigração, e difere de outros grupos por se tratar de um conjunto de ações planejadas.

Célia Sakurai (1999) afirma que a imigração japonesa para o Brasil foi dirigida, subsidiada e estimulada tanto pelo governo japonês como pelo brasileiro, diferenciando-se das outras imigrações que:

escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montadas a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, através de seus diferentes ramos e agentes, participa explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso (SAKURAI, 1999, p. 202).

Dezem (2008) acentua que mesmo com objetivos diferentes, o governo japonês queria implantar uma política de fixação dos imigrantes, enquanto os japoneses pensavam em retornar ao seu país de origem (dekassegui). A política governamental queria fomentar uma economia nipônica no ultramar e a política imigratória japonesa se tornou um dos principais pilares da política do país na primeira metade do século XX. Essa política de emigração e colonização tornou-se importante para o Japão porque mantinha interesses econômicos aliados com o desafogo da pressão demográfica nas décadas de 1920 e 1930.

Na leitura de Lesser, houve um empenho significativo, diplomático e financeiro das autoridades japonesas no patrocínio da imigração nipônica para o Brasil, o qual se traduziu na definição de estratégias de ocupação da esfera pública, no Japão e no Brasil, para dirimir dúvidas ou rebater críticas sobre os caminhos da política imigratória japonesa para o Brasil, e vice-versa, em seus diferenciados aspectos (Lopes da Silva, 2008, p.51 in Cem anos da Imigração Japonesa).

A vinda dos japoneses para o Brasil demarca uma posição do governo nipônico, definindo a emigração como política de Estado. O governo criou colônias para a fixação permanente dos emigrantes e esperava que estes fizessem o papel de representantes do Império em terras brasileiras. Dezem (2008) afirma que esses emigrantes que vinham para o país se tornavam “pequenos embaixadores”, pois havia necessidade de pregar uma imagem positiva do povo nipônico para os ocidentais.

Célia Sakurai (2000) assevera que a presença dos japoneses fora de seu território mostra a necessidade do Japão de se mostrar diante das outras nações, “Partindo para outros continentes, desbravando territórios, os japoneses vão deixando as suas marcas em todo o mundo, de acordo com as condições possíveis em cada local, seja pela conquista militar, para a exploração econômica, como só a pesca na Oceania, ou a emigração” (p. 46).

Em 1942, o *Jornal do Commercio* publica um artigo que vai ao encontro dessa perspectiva: “A sola dos seus pés (dos japoneses) representa um pedaço do Japão. Onde quer que pouse, considera-se, pelo espírito, pelo sentimento, pelo interesse, pelo dever, enraizado ao Império...leva o Nipon consigo. No coração e na mente” (*Jornal do Commercio*, 1942, Op. Cit.: 119-120).

O Japão desenvolvia uma política imperialista desde o começo do século XX, e em nosso entender buscavam aumentar suas áreas de influência no mundo. Levando em conta a vasta população nipônica em solo brasileiro, somos levados a crer que o Japão não deixaria de obter essas áreas de influência no país.

Esperamos, com este primeiro capítulo, haver descrito um panorama da imigração japonesa no país, a trajetória destes desde a revolução Meiji até o início da imigração tutelada, salientando que tais imigrantes passaram por fases de adaptação e crescimento no país, sobretudo no Estado de São Paulo.

## CAPÍTULO II

### A BRATAC E SUAS COLÔNIAS NO INTERIOR PAULISTA

Neste capítulo, buscaremos entender como se deu o nascimento da Bratac, sua trajetória desde a criação até a formação de colônias no interior paulista, com destaque para Bastos, colônia em que a Bratac teve uma participação mais efetiva e onde a sua atuação foi constante.

Analisaremos como se organizou a empresa para operar na colônia de Bastos e o que os documentos do DEOPS/SP apontaram nessa cidade. Trabalharemos aspectos que faziam parte do cotidiano dos nipônicos nas “colônias”, como a atuação agrícola e sua cultura nos municípios em que se instalavam. Itens como cooperativas, a visão do Estado e sociedade civil em relação aos japoneses também serão abordados.

A documentação do DEOPS/SP terá como base o relatório do Delegado Adjunto Eduardo Lousada Rocha, pasta “Niponismo”, o qual permeará grande parte deste texto por empreender uma profunda análise do comportamento dos japoneses, da Bratac e da região e período que ora focalizamos. É necessário destacarmos a falta de neutralidade em relação aos nipônicos por parte do delegado Lousada Rocha, ficará em vários momentos perceptível ao leitor que as análises feitas demarcam uma postura anti-nipônica por parte do autor que, é claro, pendem a mostrar os japoneses como pessoas de má índole e comportamento.

A posição do Delegado Lousada Rocha faz coro aos outros documentos que pesquisamos nos arquivos do DEOPS/SP, não encontramos, pelo menos nas pastas usadas para essa dissertação, posições de qualquer delegado que deixasse a origem e descendência dos japoneses como fator irrelevante a seu julgamento. Sendo assim essa pesquisa se propõe, apesar do posicionamento destacado pelos delegados, observar tais relatórios com desconfiança e buscando elucidar pontos que agreguem dados mais precisos ao trabalho, com

o objetivo de não fazer parte do discurso exposto e sim no intuito de dialogar de maneira conveniente com essas fontes.

## **2.1 A Bratac**

O nascimento da Bratac passa pela ação de Shigueshi Nagata, presidente da Associação Rikkô, empresa que dirigia e orientava os rapazes que queriam imigrar para os Estados Unidos. Nagata partiu de Yokohama para a América do Sul em março de 1920, e quando passou pelos EUA percebeu intenso movimento antinipônico.

Em 1º de junho de 1920, Nagata chegou ao Rio de Janeiro, rumo à região de Ribeiro Preto, onde visitou fazendas de café e demais fazendas da região noroeste. Nagata retorna ao Japão e põe em ação seu plano de colonização, convocando uma reunião para discutir a fundação da “Associação Shinano Ultramarina”.

Nessa reunião participaram, além de Nagata, Heikichi Ogawa, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisa, Tadahiko Okada, Governador da Província de Nagano, Senador Gosuke Imai, Toratato Sato, Presidente do Instituto de Educação Shinano, Chuzo Kasahara, Presidente da Assembleia Legislativa da Província de Shinano, Takuma Miyashita e Shungoro Wako.

A reunião aconteceu no final de 1921 e a Associação foi fundada em 29 de janeiro de 1922. Em fevereiro de 1923 foi fundada a Central das Associações Ultramarinas, órgão que concentrava as associações ultramarinas de sete províncias, Wakayama, Okayama, Hiroshima, Kagawa, Yamaguchi, Kumamoto e Shinano; Nagata assumiu o cargo de diretor. Dessa Associação surgiu a Lei da Cooperativa de Imigração, com a qual foi fundada a Confederação das Cooperativas de Imigração Ultramarinas, em 1º de dezembro de 1927.

Para a fundação da Confederação foi escolhido como diretor gerente Mitsusada Umetani, governador da Província de Nagano; foi nomeado também Kazu Saito, ex-cônsul em São Paulo para encarregado chefe e Shigueshi Nagata e Ikutaro Aoyagui como incumbentes especiais.

A Confederação criada em 1927 determinou a política de imigração a ser executada com base na lei de cooperativa de imigração ultramarina, que previa, dentre outros quesitos, abrir o caminho de financiamento para as cooperativas imigratórias, uma administração colonial independente, de acordo com as províncias e o plano de imigração de 200 famílias anuais.

No dia 24 de outubro de 1927, o diretor gerente Mitsusada Umetani foi convocado a viajar ao Brasil com poderes integrais de escolha e de compra de terrenos para colonização. Umetani chegou ao Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1927, e no dia 20 foi aberto o escritório representante da confederação das Cooperativas de Imigração Ultramarina, na Rua Libero Badaró, nº103. A esse respeito assim se manifesta Kayama:

Na ocasião, o cônsul geral em São Paulo, Suseyuki Wakamatsu era um dos melhores conselheiros de Umetani, mas para o andamento do trabalho prático, colocou 2 pessoas como conselheiros jurídicos, o advogado Carlos Moraes de Andrade<sup>6</sup> e tradutor público, Hideo Suguiyama e fazia Wako participar na parte importante do planejamento que até então Wako administrava a Fazenda Aliança, como um dos diretores da Cooperativa de Imigração Shinano Ultramarina. Também convidava, Senjiro Hatanaka, incumbente do Departamento de Imigração da Legação em São Paulo e Tokuka Koseki, agrimensor de Dôjinkai, para examinar e verificar o terreno”(KAYAMA, 1997, p.37).

A Bratac foi constituída como principal elemento de atuação no Brasil e como órgão substitutivo da Confederação das Cooperativas. Foi registrada como empresa no Brasil no dia 30 de março de 1929. A Sociedade Colonizadora do Brasil era uma companhia de colonização semiestatal financiada pelo governo japonês e tinha como função principal formar colônias para os imigrantes japoneses.

---

<sup>6</sup> Deputado constituinte de 1934 que defendeu a não-limitação da imigração japonesa no Brasil.

A criação da Bratac propiciou a intensificação do processo de imigração tutelada pelo governo japonês no Brasil. Esse procedimento possuiu algumas peculiaridades em relação às emigrações japonesas espontâneas. Entre as ações da companhia salientamos a escolha de terras para a instalação de imigrantes e suporte para que construíssem de forma digna suas vidas em terras brasileiras, conforme procuramos mostrar no capítulo I.

Em conformidade com Vieira (1973), a Bratac era uma empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares e dividido em ações no valor de cinquenta ienes. Propunha-se a recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola, não os deixando isolados, mas organizando-os como colonos-proprietários em núcleos planejados.

Em 1928<sup>7</sup>, a Bratac deu início as suas atividades, adquirindo várias glebas de terra na frente da expansão do Estado de São Paulo e no norte do Estado do Paraná: a Fazenda Tietê, no extremo oeste da região Noroeste, no então Município de Monte Aprazível, hoje Pereira Barreto, com 47.500 alqueires; a Fazenda Aliança, também na Noroeste (Mirandópolis), com cerca de 12.000 alqueires; a Fazenda Bastos, no então Município de Campos Novos, na Alta Paulista, com cerca de 12.000 alqueires; e a Fazenda Três Barras, no norte do Paraná (Assai), com 18.610 alqueires. Logo iniciou o loteamento das terras com lotes de 10 alqueires, que foram vendidos não apenas a imigrantes, que vinham diretamente para os núcleos coloniais, como também àqueles provenientes das fazendas de café, especialmente na colônia Três Barras.

Os lotes eram vendidos por cerca de dez contos de réis, pagos em prestações anuais e com prazo de oito anos. Ao mesmo tempo em que financiava os imigrantes, a Bratac abria estradas, escolas, serviço médico etc. Na Fazenda Tietê, em zona insalubre devido à malária e à leishmaniose, a Bratac procedeu ao saneamento da região.

---

<sup>7</sup> A Bratac é registrada no Brasil em 1929, no entanto inicia a compra das terras no ano anterior.

Moraes (1942) descreve os objetivos da Bratac como:

- a) compra, venda, locação e hipoteca de imóveis;
  - b) fundação e exploração de núcleos coloniais;
  - c) introdução de imigrantes;
  - d) construção e exploração de estradas de ferro, de rodagem e qualquer outras vias de comunicação;
  - e) utilização e exploração de terras de sua propriedade;
  - f) todos e quaisquer outros negócios e operações concernentes à colonização.
- (MORAES, 1942, p.75-76).

Mizuno (1955) enumera os itens essenciais do plano que a Bratac organizou para suas colônias:

- 1) vias de comunicação interna e externa da comunidade com a abertura de estradas na colônia e entre a colônia e a estação ferroviária, no total de 200 quilômetros, até 1930; 2) estabelecimento de instalações industriais, educacionais e sanitárias; 3) as instituições referidas nos itens 1 e 2 seriam administradas pela Bratac até 1938, quando completaria a coleta de prestações dos lotes e, depois, seriam transferidas, sem ônus, para algumas “associações autônomas” desta colônia, conforme o acordo feito com os imigrados (MIZUNO, 1955, p. 6).

Mita (1999) relata que em 1931 a Bratac tomou medidas favoráveis para a introdução de mais japoneses provenientes das fazendas de café em Bastos, e sendo assim:

Estabeleceu 3 variações de preço nos lotes da colônia, dependendo da condição da terra: 8 contos-de-réis, 4 contos-de-réis e 3 contos-de-réis. Suspendeu a condição de pagamento adiantado para lotes, tornou possível o pagamento em prestações de 10 anos e ofereceu empréstimo de 1,5 contos-de-réis para cada família, como recurso para colonizar. O reembolso deste empréstimo deveria ser efetuado em prestações de 3 anos, depois de dois anos de protelação (MIZUNO, 1955, p.30-31 *apud* MITA, 1999, p. 64).

A Bratac levou a colonização dessas regiões com muito afinco, resolvendo problemas peculiares a cada região, como a malária em Pereira Barreto, e estabelecendo diferenças no valor das terras em Bastos. Essas atitudes, em nossa opinião, trouxeram dinamismo à Bratac, uma vez que respeitava os problemas que cada colônia possuía.

O relatório do Delegado Lousada<sup>8</sup> realça a atuação das companhias colonizadoras japonesas, como a Bratac, atuando na emigração, enfatizando que essas empresas trouxeram

---

<sup>8</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

os japoneses para se tornarem arrendatários ou donos de suas terras em colônias, mudando assim sua função inicial de colonos de fazendas particulares para proprietários de suas terras. No relatório consta também que essa forma de atuação das companhias é a única maneira de vincular os japoneses à terra, ou seja, a formação de quistos raciais.

Percebemos a crítica do relator ao modo como essa imigração foi implantada. A imigração tutelada não era vista com bons olhos pelo governo brasileiro, já que essa política não visava a atender as necessidades de mão-de-obra dos fazendeiros nacionais, mas sim a libertar os imigrantes japoneses desse tipo de trabalho. Outro ponto de destaque é a formação de “quistos”, já que a presença brasileira era pequena nesses espaços.

O relator Fonseca<sup>9</sup> cita a Companhia Colonizadora do Brasil como poderosa empresa que age sob orientação do governo nipônico. Segundo o relator, a companhia vendia lotes aos japoneses vindos diretamente do Japão e estes ficavam sob sua orientação, da Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê e do Banco América do Sul<sup>10</sup>. Fonseca ressalta que através dessas três organizações o japonês fica “preso” e sob influência “adequada”.

Na prática, os japoneses buscavam essa condição de serem influenciados pelos três pilares que mantinham a cidade, e postulamos ser característica comum dos japoneses a questão associativa. Como estavam recentemente entrando em um novo país e não haviam estabelecido confiança em organismos brasileiros, a relação que mantinham com essas organizações ajudava em sua adaptação ao Brasil. Para esclarecermos como se dava essa relação, usaremos uma parte do documento que mostra como esse processo fluía:

Tudo o que o japonês lavrador produz é entregue á credito á Cooperativa; tudo o que precisa lhe é fornecido em conta pela mesma Cooperativa; algum dinheiro que consegue apurar é depositado no Banco; nunca chega a pagar seu débito com a Companhia – Essas firmas possuem cheques, ordens de pagamento, notas de crédito e de debito, escrituração, etc. em idioma exclusivamente japonês, bem como japoneses são os respectivos

---

<sup>9</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>10</sup> Este banco era anteriormente o Banco Bratac que teve seu nome mudado para Banco América do Sul depois da lei de nacionalização, essa lei não permitia aos estrangeiros ser sócio-cotista ou acionistas de banco no país.

empregados sem que possamos saber como se arranjam com os Fiscais do Trabalho. <sup>11</sup>

Dezem (2008) enuncia que no projeto da Bratac e das companhias de emigração que formaram núcleos para formação de colônias no Brasil, apesar das dificuldades enfrentadas, teve elementos determinantes para seu sucesso, além de uma política emigratória altamente competente realizada pelo governo japonês, aliada à luta do “elemento humano”: o imigrante.

O autor destaca ainda a singularidade do processo, pois para ele:

Este tipo de empreitada, planejada e dirigida por entidades estatais estrangeiras (no caso japonesa) para aquisição e acomodação dos emigrantes em solo brasileiro, foi único, de uma eficiência que chegava a espantar as autoridades brasileiras, se comparada ao modo de organização, supervisão e cuidados dos governos para com seus imigrantes, como italianos, espanhóis e alemães (DEZEM, 2008, p.164-165).

O Delegado Lousada<sup>12</sup> cita a Bratac, assinalando que esta era o nervo da direção econômica, financeira e até mesmo política da colonização japonesa no Estado de São Paulo, acrescentando que a organização se desdobra em estruturas que parecem autônomas, mas que estão a ela subordinadas. Cita, por exemplo, o Banco América do Sul, a Sociedade Construtora Bratac Limitada, a Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda, a Sociedade Algodoeira do Brasil Ltda, a Sociedade Bratac de Armazéns Gerais, a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda, a Fiação de Seda Bratac Ltda e outras.

Essas empresas estavam ligadas umbilicalmente as suas colônias e serviam de aporte para o seu crescimento; todas essas organizações visavam, além de suas funções de comércio, ao desenvolvimento da imigração japonesa no Brasil. O Banco América do Sul, por exemplo, desenvolveu políticas de crédito especialmente para os japoneses, políticas que constavam

---

<sup>11</sup>Delegado Carlos E. Bitencourt da Fonseca. Pasta “Carlos Yoshiyuki Kato”. 16/12/1941. Pront. 21605. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>12</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

inclusive no estatuto de fundação do Banco, que foi criado com o nome de Casa Bancária Bratac.

O banco América do Sul, cujos fundadores foram Kunito Miyasaka e Carlos Yoshiyuki Kato, tem ligações diretas com a Bratac. Quando da origem do banco em 1936, foi consultado o então presidente da Kaigai Iju Kumiai (entidade-mater da Bratac), Hachisaburo Hirao, que assim opinou sobre a criação do banco:

“para o bem estar dos sitiantes e o desenvolvimento econômico da colônia japonesa, a fundação do banco é decididamente necessária; porém sendo o banco um órgão econômico de alcance social, seu eventual insucesso causaria enormes prejuízos à sociedade; a administração bancária deve, pois, seguir princípios rigorosos cujo desprezo ou inversão acarretará o fracasso total” (1960, Banco América do Sul, p. 3).

Outro exemplo das relações entre a Bratac e o Banco América do Sul; para Mita (1999), na fundação da Casa Bancária Bratac um dos idealizadores, K Miyazaka, diretor das colônias da Bratac desde 1931, consultou H.Hirao, presidente da entidade matriz da Bratac, sobre o assunto. Quando em 1940 foi aberto o Banco América do Sul, Miyazaka solicitou que Hirao cedesse o cargo de diretor para K. Tsukino, seu genro e alto funcionário do banco The Yokohama Specie Bank, principal financiador do comércio exterior do Japão e providenciou para que T. Koseki, gerente da Colônia “Novo Oriente”, integrasse a diretoria.

Em nosso entendimento, a Bratac se cercou de estruturas que permitiam que o imigrante japonês pudesse transitar por vários campos de comércio, possibilitando o seu crescimento econômico em sua nova terra. A Bratac desenvolveu mecanismos de orientação aos seus beneficiados e realizou uma política de imigração, como salienta Rogério Dezem (2008), altamente competente.

Apresentado o modo como a Bratac se organizou e seus objetivos para a imigração japonesa no Brasil, através da formação de colônias no interior paulista e paranaense, passaremos à visão dos delegados do DEOPS/SP em relação às cooperativas japonesas em São Paulo.

## 2.2 As Cooperativas Japonesas no Estado de São Paulo

As cooperativas japonesas em São Paulo desempenharam papel importante na economia dos imigrantes. Essas associações serviam, além do mote econômico, como forma de integrar a comunidade nipônica, motivos mais que suficientes para a vigilância do Estado.

A documentação do DEOPS/SP indica que a Bratac não só influenciou as cooperativas nas cidades em que tinha suas colônias, como também orientava as cooperativas japonesas do Estado de São Paulo.

O relatório<sup>13</sup> realça o poder associativo dos japoneses:

4) Enquanto as cooperativas nipônicas recebem, de seus 10.112 associados, mais de onze mil contos de depósitos, funcionando como verdadeiros bancos, suas congêneres não japonesas recebem apenas 6.633 contos de seus quási cinquenta mil operários. 5) uma flagrante desproporção entre depósitos bancários, numa e noutra espécie de cooperativas, evidenciando o sentido aglutinante das cooperativas japonesas. 6) Com apenas cerca de 1/5 de associados de suas congêneres não japonesas, as cooperativas japonesas possuem equivalente estoque de mercadorias. 7) Para essa mesma quinta parte de associados, sua produção seis vezes maior do que a das cooperativas não japonesas vem representar, na realidade, uma produção trinta vezes maior por associado. 8) Dentre quási 60.000 cooperados, apenas 6.199 são brasileiros<sup>14</sup> [sic].

O governo nipônico, segundo informações da pasta de Carlos Kato do DEOPS/SP no tópico sobre as “atividades dos japoneses do Estado de São Paulo”, influenciava em torno de 60 cooperativas agrícolas japonesas no Estado, e estas seguiam a orientação da Bratac e da K.K.K.K (empresa que tinha funções semelhantes às da Bratac). O documento<sup>15</sup> revela que essas organizações recebiam assistência técnica, financeira e material do consulado japonês e que eram dirigidas por elementos de destaque da Colônia, na maioria ex-militares.

---

<sup>13</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>14</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>15</sup> Relatório sobre “atividades dos japoneses do Estado de São Paulo”- 1942. Pront. 21605, “Carlos Yoshiyuki Kato”, DEOPS/SP DAESP.

O interesse por essas cooperativas, sua atuação e desenvolvimento marca uma postura do governo japonês em controlar importante fluxo de renda das colônias japonesas no Estado de São Paulo; ademais, possibilitaria, ainda, um comando nas diretrizes dessas cooperativas intermediadas pela Bratac.

O relatório<sup>16</sup> critica as organizações que envolvem os japoneses, como a Bratac e a Cooperativa Central Nipo-Brasileira, argumentando que essas empresas eram “mascaradas”, como todas suas congêneres, de organizações puramente comerciais; destaca que essas companhias possuíam um esquema em que os lançamentos reais de suas transações eram feitos em idioma japonês, prática exercida para a manipulação das contabilidades de suas empresas.

Percebemos que as organizações cooperativas eram empresas de difícil acesso, e as descobertas sobre possíveis fraudes vieram somente após a intervenção federal, em março de 1942, com o decreto-lei 4.166, que congelava os bens dos “súditos do Eixo”. Observamos que a ligação entre as diversas empresas do mesmo grupo era constante e a contabilidade feita em idioma japonês realmente dificultou a fiscalização do Estado para evitar tais falcatruas.

O relatório<sup>17</sup> apresenta as cooperativas como responsáveis por agrupamentos de japoneses e enumera as cooperativas por todo o Estado de São Paulo, a maioria delas orientadas pela Bratac, destacando:

A cooperativa de agricultores de Registro, com área de ação extensiva a Iguape, Jacupiranga e Sete Barras, em torno da qual se fizeram curiosas constatações, a Cooperativa de Produtores Pecuários e a Cooperativa Agrícola, ambas nas Alianças (Valparaíso), a Cooperativa Agrícola Fazenda Tietê (Pereira Barreto, cidade 80% japonesa, antiga Novo-Oriente), a Sociedade Cooperativa 2º Núcleo Colonial de Utsuka (Getulina), a Cooperativa Mista de Presidente Prudente, a Cooperativa Agrícola Mista de Guaimbê (Lins), a Cooperativa Agrícola Mista de Tupan, a Valparaíso, a de

---

<sup>16</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>17</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

Rinópolis (também em Tupan), para apenas serem citadas as cooperativas organizadas em núcleos nipônicos mais compactos.<sup>18</sup>

Lousada<sup>19</sup> aponta que, de acordo com as investigações Secretaria de Segurança Pública e Social, “além das finalidades específicas da produção, distribuição e consumo as cooperativas japonesas funcionavam como organismos de controle político, até mesmo pelo lado econômico e financeiro”<sup>20</sup>. Esse controle a que o documento se refere atingia outras esferas, além do político-econômico. A Bratac e a K.K.K.K, tendo ação dentro dessas cooperativas, poderiam determinar como os japoneses deveriam se posicionar em relação à sociedade brasileira, já que faziam isso dentro de suas colônias.

A partir da constatação de influências político-econômicas da Bratac em diversas colônias, o relatório<sup>21</sup> afirma o caráter benéfico das medidas de nacionalização das instituições japonesas, ocorridas em 1942, alocando brasileiros à frente dessas empresas, ressaltando que essa medida de substituição das diretorias nipônicas que comandavam as cooperativas fez com que os japoneses retirassem seu dinheiro investido nessas associações.

Em nosso entendimento, é evidente que a intervenção brasileira nas empresas japonesas mudou a forma como os nipônicos agiam diante das cooperativas. Anteriormente a essa situação, mantinham uma relação de maior dependência a esse canal, e a partir da nova conjuntura, o imigrante demonstrou certo anseio em permanecer com essa parceria. Esse processo, a nosso ver, é normal, pois seria, para os japoneses, complicado manter relações econômicas com o Estado que interveio em suas empresas.

Lesser (2001, p. 238) assinala que após Vargas haver autorizado o confisco das propriedades de empresas e indivíduos do “eixo”, a Bratac foi acusada de comandar

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>21</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

subversivos. As colônias da Bratac foram colocadas sob supervisão governamental, medida essa que, ao que consta, rendeu ao governo no mínimo cem milhões de dólares. Destacamos que nenhum documento trabalhado nesta pesquisa, que verse sobre a intervenção federal mencionou essa afirmação de Lesser; nenhum delegado destacou que o governo brasileiro obteve lucros a partir da intervenção<sup>22</sup>.

Apresentadas as associações cooperativas, daremos maior ênfase aos seus produtos. A colônia japonesa tem como uma de suas marcas a produção agrícola, aspecto que abordaremos no próximo tópico, com o objetivo de percebermos essa importante participação comercial nas colônias japonesas.

### **2.2.1 A Produção Agrícola Japonesa no Estado de São Paulo**

Neste tópico, abrangeremos parte da produção agrícola japonesa em São Paulo. As informações elencadas a seguir se referem à colônia japonesa em geral e não somente às colônias da Bratac.

O documento<sup>23</sup> descreve as preferências do imigrante japonês na agricultura:

Também quasi sistematicamente evitam o regime do trabalho assalariado. Quando arrendam terras (e o fenômeno é hoje conhecido de quase todos os proprietários agrícolas do Estado), praticam o regime de “terra devastada” em dois a três anos de cultura esterilizam o solo; terminando o contrato, devolvem ao proprietário um trato de terras exgotadas, inutilizadas, de onde carregam até as próprias benfeitorias[sic].<sup>24</sup>

O relator Eduardo Lousada<sup>25</sup> assevera que no momento da devolução ao proprietário, as terras estavam esgotadas. Haveria casos em que até mesmo os mourões da cerca eram utilizados como lenha, os japoneses tinham preferência em desenvolver culturas de ciclo

---

<sup>22</sup> As informações de Lesser constam no New York Times, 12.4.1942, 4 e 20.10.1943; relatório do DEOPS de Amilcar Alencastre, 13.4.1943, APP, SJ, pasta II, APE-RJ

<sup>23</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem.

vegetativo anual, destacando-se as culturas da batata, hortaliças, tomate e particularmente o algodão.

O Delegado Lousada<sup>26</sup> afirma que as práticas de agressão à terra, por parte dos japoneses, ainda incluíam a destruição sistemática das sobras da colheita pelo sistema de varredura, que recomporia o solo em uma natural reconstituição orgânica, já que praticavam apenas a adubação química, que determinava sua intenção de resultados imediatos.

No documento<sup>27</sup> consta ainda que os japoneses aceleravam a produção, o que ocasionava não um cultivo, mas uma exploração do solo; consta também que quando estes saíam das terras, deixavam alguns alqueires completamente limpos, estéreis e abandonados à erosão.

Até aqui, constatamos que dos diversos aspectos abordados relativos à atuação dos japoneses há diversas críticas em relação a suas ações. O agricultor não foge à regra, merecendo ênfase por ser uma das maiores bases da economia implantada pelos nipônicos.

Em nossa opinião, essa parte do documento indica bem como são vistos os japoneses pelos delegados do DEOPS/SP. Apesar de as diversas contribuições e participações que os nipônicos tiveram na agricultura desde sua chegada ao país, os relatores salientam apenas os pontos negativos dessa empreitada.

No tocante à crítica de realizarem a adubação química e esperarem resultados imediatos é evidente, da parte de quem arrenda a terra, querer o retorno de seu investimento o mais rápido possível, não cabendo aqui, em nossa visão, um julgamento mais severo acerca dos nipônicos, já que a prática de adubamento químico do solo não é imoral.

---

<sup>26</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>27</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

O uso do solo e seu desgaste são da natureza do plantio, independentemente da nacionalidade que lança a vida no campo, pode ter problemas de terras estéreis e com erosão, não se justificando, assim, a crítica aos japoneses.

Para citarmos um exemplo de cultivo empregado com sucesso pelos japoneses, destacamos o algodão. Esse produto foi largamente explorado, e o relatório<sup>28</sup> indica alguns pontos que devem ser observados para maior compreensão do papel dessa cultura, e que para o relator “constitue um precioso índice do que pode realizar o imperialismo econômico japonês” [sic]<sup>29</sup>.

No início da década de 1940, o Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo era responsável por gerir o processo de distribuição das sementes para a produção do algodão, e esse recurso era utilizado para a manutenção do nível de qualidade.

Podemos observar a grande participação dos japoneses nessa cultura. Os dados desse departamento, relativos ao ano agrícola 1941/1942, presentes no relatório<sup>30</sup>, asseveram que foram distribuídas 687.276 sacas de 30 quilos de sementes de algodão a 104.342 lavradores, em 223 municípios, destinadas ao plantio de uma área de 578.428 alqueires paulistas, de 24.200 m<sup>2</sup> cada um.

Essas sementes foram distribuídas a lavradores nacionais e estrangeiros com a seguinte proporção:

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>30</sup> Idem.

TABELA 2 - Distribuição de sementes de algodão por nacionalidade (1941/42)

NACIONALIDADES	Nº DE SACAS DISTRIBUÍDAS	ÁREA EM ALQUEIRES A CULTIVAR
BRASILEIROS	428.187	353.731,25
ITALIANOS	47.950	41.543,75
JAPONESES	148.752 (21,65%)	129.594,50 (22,4%)
ESPAÑHÓIS	26.519	23.127,25
PORTUGUESES	17.131	15.257,00
DIVERSOS	18.721	15.175,00
TOTAL	687.260	578.428.75

Fonte: Relatório Delegado adjunto Eduardo Lousada Rocha - 1942. Pront. 8342, "Niponismo", DEOPS-SP Arquivo Público de São Paulo.

A produção do ano agrícola anterior a 1940/1941, segundo o mesmo relatório, levando-se em consideração a mesma participação japonesa do ano 1941/1942 para o ano anterior, girou em torno de 250 mil contos de algodão em pluma, e esse montante de produção teve sua grande maioria exportada para o Japão, onde servia como matéria-prima para a indústria de guerra.

No que tange à produção do ano 1941/1942, o relatório aponta que: "Em 39 municípios paulistas os japoneses receberam no ano 1941/42 mais de 1000 sacas de sementes, conforme quadro. Destacam-se Marília, com quase 13 mil sacas, Tupan com 10.836 sacas"<sup>31</sup> [sic]. O número de "1000 sacas" enfatizado pelo relator é equivocado, já que apenas Marília recebia 13 mil sacas; acreditamos que esse número girava em torno de 100.000 sacas.

<sup>31</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 - Niponismo - vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

No relatório<sup>32</sup> consta a distribuição de sementes para os japoneses em algumas cidades. Em Pereira Barreto, os nipônicos contavam com 93,26%; Tupã 75,21%; Promissão 69,59%.; Getulina 68,70%; Cafelândia 60,39%; Paraguassu 58,51%; Lins 58,11%; Venceslau 57,39%; Marília 52,95% e Guararapes 49,11%; essas são as principais cidades que detinham grande participação de algodão por parte dos japoneses.

Os japoneses, de acordo com relatório<sup>33</sup>, possuíam uma participação importante na pequena lavoura, já que cerca de 50.000 nipônicos no Estado de São Paulo eram responsáveis por 70% da produção de batata, 95% da cultura de tomate, 70% pelo cultivo de verduras, 70% da produção avícola, com ênfase para a produção de ovos e 50% da produção de bananas, dados baseados na produção do ano agrícola de 1941/1942 e que mostram a importante participação japonesa na produção agrícola paulista.

A partir dessas informações, concluímos que os japoneses, no quesito produção agrícola, desempenhavam papel relevante para a economia de lavoura paulista. As colônias da Bratac também faziam parte desse processo, com destaque à cidade de Pereira Barreto, com forte produção da cultura do algodão.

O sistema de cooperativas, bem organizado nas colônias nipônicas, também desempenhou fator significativo na expansão da produção agrícola, visto permitir ganhos nos preços de compra e venda de produtos relativos ao cultivo das diversas culturas exploradas pelos japoneses.

Dispostos esses aspectos que apontam para a participação dos japoneses na agricultura, trataremos mais especificamente da visão do DEOPS-SP acerca dos “quistos raciais” e da organização dos japoneses.

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Ibidem.

### 2.3 Os quistos raciais e a organização japonesa

Para entendermos qual a concepção que os órgãos oficiais brasileiros tinham das colônias criadas pela Bratac, continuaremos usando o relatório<sup>34</sup> do Delegado Adjunto Eduardo Lousada Rocha.

Entretanto, para abranger as críticas de Lousada precisamos compreender o que são “quistos raciais”, já que as colônias aqui estudadas eram assim caracterizadas pelo Estado. “Quisto Racial” é a segregação de um grupo racial dentro de um corpo maior, chamado Nação, o que não deixa de ser um caso patológico de caráter social.

Esses quistos se caracterizavam por serem colônias de determinada etnia, no caso a japonesa, que acabou por formar colônias com acentuadas influências étnicas, nas quais havia pouca interferência do país receptor, no caso o Brasil. Nesses quistos se percebe uma relutância aos valores nacionais e um grande apego à cultura do país de origem, no caso específico deste estudo, o Japão.

O Delegado Lousada<sup>35</sup> enfatiza a formação das colônias espalhadas pelas regiões Noroeste, Alta-Paulista, Alta-Sorocabana, Litoral Sul, arredores da capital e Santos, asseverando que empresas como a K.K.K.K e a Bratac agiam de acordo com seus interesses e com os interesses consulares para a formação de “gânglios raciais nipônicos”.

Lousada<sup>36</sup> pontua que essa situação da formação de quistos só foi possível por descuidos:

A negligência, a tolerância ou a imprevisão, tornaram possível este panorama. Tempos houve em que bradavam no deserto os que chamavam a atenção dos poderes públicos para o perigo amarelo. Seus adversários só viam, pelo contrário, o rendimento extraordinário do trabalhador japonês, sua cordura, sua disciplina, seus sorrisos e suas mãos sempre

---

<sup>34</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>35</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>36</sup> Idem.

prontas a dar e agradecer. Foi preciso que a amarga lição dos fatos provasse ao mundo o sentido imperialista e político do trabalho das correntes migratórias japonesas no exterior, para que alguns perdessem a ingenuidade em que muitos teimam em persistir [sic]<sup>37</sup>.

No trecho acima, percebemos que o autor tem suas reservas quanto à imigração japonesa, e tal corrente é caracterizada como imperialista e sendo assim, não benéfica para o Brasil. As características apontadas por Lousada serão encontradas em vários relatórios do DEOPS-SP, particularmente quando o Japão entra na Segunda Guerra Mundial, os relatórios vão estabelecer um padrão nas críticas aos japoneses.

Em nossa opinião as colônias formadas, principalmente, pela Bratac tinham como característica marcante seu isolamento e essa distinção se dava por inúmeros motivos. A crítica baseada somente no elemento étnico perde eficiência quando destacamos fatores geográficos no sentido em que as regiões escolhidas para a fixação desses núcleos ainda estavam em processo de expansão, asseveramos ainda fatores culturais já que há um abismo entre o modo de vida brasileiro e o japonês, dentre outros dados que poderiam ser apontados pra explicar essa postura do povo nipônico no Brasil.

O relator<sup>38</sup> informa que em todos os núcleos nipônicos funciona o que ele chama de “técnica comunista”, as “organizações de base”, acrescentando que o todo é dividido em partes (núcleos) e estas divididas em partes menores (secções ou uniões). Os núcleos ou bairros são chefiados por um BU-CHÔ (chefe de bairro) e as uniões, secções ou quarteirões por um KU-CHÔ (chefe de quarteirão), encarregado de certo número de famílias.

O Delegado Lousada<sup>39</sup> assevera que as organizações superiores se estendem até à base e as cooperativas. As organizações de rótulo comercial, as associações de Moços, de Moças, beneficentes e esportivas mantêm representantes entre os núcleos e representantes menores

---

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>39</sup> Idem.

entre as seções ou uniões. Lousada pontua que esse controle era mantido com o rígido princípio da disciplina nipônica e funcionava com absoluta perfeição.

Observamos a necessidade de caracterização das organizações japonesas; dentre vários elementos que poderiam ser comparados a esse dispositivo posto em prática pelos japoneses, como as instituições militares ou mesmo a Igreja católica, o Delegado prefere correlacionar com o elemento comunista, que sofreu com perseguições por boa parte do regime instaurado por Vargas.

A comparação com as instituições militares ou com a Igreja católica ocorre pela forma com que essas organizações se constituem, subdividas em diversas partes. Convém esclarecermos que essa comparação não ultrapassa esses limites tampouco tenta correlacionar de outra maneira esses estabelecimentos.

É necessário ressaltar que apesar da caracterização feita por Lousada conter elementos xenófobos, por outro lado mostram como era distribuída e organizada as práticas que compunham a vida dos nipônicos. É interessante perceber que ainda hoje em Pereira Barreto há resquícios dessa forma de organização através de um clube chamado ACEP (Associação Cultural Esportiva de Pereira Barreto) que mantém essa subdivisão por bairros que permite contato permanente com a comunidade descendente ainda instalada na cidade.

Descritos os dados da organização de um “quisto racial” japonês e discutido sobre como este foi visto pelo Estado brasileiro através do Delegado Lousada, apresentaremos as críticas desse último para a colônia de Bastos, criada pela Bratac.

## 2.4 Colônia Bastos

No relatório<sup>40</sup> há uma análise da colônia de Bastos; em conformidade com o relator esta seria, possivelmente, o maior quisto nipônico no exterior, com exceção de Manchúria, já que Bastos conta com uma população de 15 mil habitantes, dos quais são 12 mil japoneses ou de origem nipônica.

Para o Delegado Lousada<sup>41</sup>, a população brasileira residente na colônia se constitui basicamente do professorado primário, funcionários do Estado e do município, suas famílias, funcionários ferroviários da Paulista e da Sorocabana e trabalhadores rurais volantes, de maioria nordestina.

Essa situação acontece justamente pela colonização haver sido realizada pela Bratac, a qual tinha como objetivo maior a imigração de japoneses, restringindo qualquer outra nacionalidade, inclusive a brasileira.

Outro ponto que merece ênfase é que o relatório é de 1942, quando já estava promulgada a lei apregoando que a educação primária deveria ser ministrada por professores brasileiros natos, pois anteriormente a ela a maioria das crianças japonesas estudava em escolas nipônicas, por isso a presença do professorado primário na cidade.

Sobre a situação da colônia de Bastos, Lousada<sup>42</sup> descreve

“Anteriormente ao trabalho de nacionalização que só a situação atual possibilitou, ali só se falava japonês, só se escrevia japonês, só se comia em japonês, só se viam bandeiras, folhinhas e cartazes japoneses, só se liam japonês e pauzinhos japoneses na frontaria das casas de estabelecimentos comerciais”<sup>43</sup> [sic].

Mita (1999) discorre acerca da organização social de Bastos:

---

<sup>40</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

A organização social da colônia de Bastos, elaborada por iniciativa da Bratac, era uma reconstituição da estrutura social rural do Japão. Esta reconstituição não estava limitada somente à estrutura da sub-organização administrativa regional, que frequentemente coincidia com a comunidade japonesa, mas abrangia até a organização regional maior (MITA, 1999, p. 75).

Mita (1999) acrescenta outro aspecto importante dessa organização social:

[...] Assim, embora o processo de organização social da colônia de Bastos tenha partido da reorganização do padrão da sociedade rural japonesa, é um processo próprio da organização social dos japoneses no Brasil. Outra característica importante é a relação política íntima com o Japão, pois este processo foi realizado por iniciativa da Bratac, que era praticamente uma agência local do governo japonês. Isto significa que a estrutura social da colônia de Bastos não estava ligada diretamente à sociedade brasileira, mas sim à do Japão, através da Bratac (MITA, 1999, p. 95).

Percebemos nitidamente que antes da intervenção federal que essas colônias possuíam pouca influência dos poderes públicos brasileiros, que estava presente mas não conseguia impregnar de maneira perene no estilo de vida que os japoneses implantaram no Brasil.

Os imigrantes dispunham de uma situação muito parecida com a que estavam acostumados no Japão, e essas relações de meados da década de 1930 eram comuns na maioria das colônias formadas por imigrantes japoneses ou de outra nacionalidade. É importante destacar que essas colônias possuíam características nipônicas, no entanto com aspectos inerentes ao Brasil, visto as diferenças em diversos pontos entre os países.

Wawzyniak (2008) alega que o conceito de colônia não está alocado em uma condição de concentração populacional de imigrantes japoneses em determinado espaço geográfico, mas sim em uma perspectiva de representação simbólica, construída e mapeada pelo imaginário coletivo dos nipônicos em terras estrangeiras.

Nessa perspectiva, a “Colônia” se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em “um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWM & RANGER, 1997, p. 9 *apud* WAWZYNIAC, 2008, p.185).

Mizuno (1955) propõe que a Colônia estava dotada de instituições socioeconômicas para estabelecer sua vida de auto-suficiência e forte coesão cultural, e por isso não desenvolveu um contato frequente com o “mundo de fora”, e mesmo esse contato era intermediado pela Bratac.

As colônias que serão trabalhadas mais especificamente neste estudo, as colônias de Bastos e Pereira Barreto, montadas e administradas pela Bratac, terão como prerrogativa a sua organização de modo a recriar os espaços parecidos com as estruturas com que os japoneses estavam habituados em seu país de origem. Reiteramos que essa assertiva se fará perceptível e será lembrada quando necessário.

A construção de um ginásio em parceria com a cooperativa e a colonizadora é descrita pelo Delegado Lousada<sup>44</sup>, acrescentando que esse ginásio foi fechado devido à sua impermeabilidade e pela resistência aos regulamentos das normas brasileiras, ponto relevante que parece corroborar, pelo menos para o autor do relatório, a razão do fechamento, mesmo porque os globos terrestres presentes em tal ginásio eram gravados em idioma japonês.

Infelizmente, o Delegado não cita o ano da construção e do fechamento desse ginásio; entretanto acreditamos que deve ter sido fechado depois de 1938, com o estabelecimento da “Lei de Nacionalização” que visava à supressão das escolas estrangeiras, decreto federal nº 406, de 04 de maio de 1938. Essa lei apregoava que:

... todo ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada fosse em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma (KREUTZ, 1991, p.154 *apud* RENK, 2004, p.115).

---

<sup>44</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

No que se refere a Bastos, Lousada<sup>45</sup> pondera que essa colônia é composta por uma área com aproximadamente 13 mil alqueires, divididos em lotes de 5 a 20 alqueires, os quais eram vendidos na faixa de 400 a 500 mil réis o alqueire. O relator traz à tona uma questão importante ao asseverar que os japoneses que se instalaram em Bastos normalmente eram de famílias humildes; enfatiza que já na viagem se inicia o financiamento para que o emigrante possa chegar ao Brasil, e a compra da terra e a construção das estruturas necessárias para sua acomodação são financiadas pelos “poderosos” do Japão.

Lousada<sup>46</sup> indica esse processo como uma “escravização econômica”, já que o japonês, que ele chama de “pária”, fica em um ciclo vicioso de trabalhar para produzir, produzir para entregar e entregar para continuar devendo. Segundo Lousada, não era conveniente, para a “Trindade” Bratac-Colonizadora-Cooperativa, um colono financeiramente desafogado. Afirma ainda que decorridos 12 anos dessa política de colonização em Bastos, a maioria dos imigrantes continuava devedores e prestamistas de terrenos e ainda não tinham se tornado proprietários, pontuando que dos 1100 terrenos vendidos, a colonizadora não repassou a escritura definitiva nem a 150 compradores.

Sobre o processo de “escravização econômica” pensamos exatamente ao contrário, explico melhor. A política proposta pelo governo japonês possibilitou que os emigrantes pudessem desfrutar de suas terras e a alternativa de crédito para compra de materiais para construção de suas casas e implementos agrícolas. Pensando em um contexto mais atual onde ainda percebemos críticas ao que tange ao crédito para agricultura e estrutura em vários países, podemos auferir que a política implantada pela Bratac é moderna e eficiente.

As relações econômicas entre a empresa colonizadora e os imigrantes incomodavam o Delegado, que via essas conexões com preocupação. Os dados relativos ao pouco número de

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

imigrantes que terminaram de pagar suas terras não são suficientes, em nossa opinião, para sustentar a crítica do relator. O pagamento das terras poderia ocorrer em até 10 anos, e essa política, à época, datava de apenas 12 anos, e poucos imigrantes nela entraram nos primeiros anos, sendo perfeitamente normal que a grande maioria não tenha terminado de pagar suas prestações decorrido esse prazo.

Acerca dos contratos da Cooperativa de Bastos ligados à Bratac, o delegado Rocha Lousada<sup>47</sup> assim infere:

Ao par da escrituração legal, em português, mantinha essa cooperativa uma escrituração privada, em idioma japonês, onde se faziam os lançamentos de suas verdadeiras transações, manobrando-se á vontade créditos e valores. Para ela, através de uma outra entidade nipônica, a Companhia Transportadora de Bastos, convergia toda a produção da colônia, aliás vultosa, e essa produção passava então pela engrenagem trituradora da Companhia Colonizadora e dos escritórios da Bratac. Recebiam-se mesmo, como de cooperados, mercadorias pertencentes a terceiros, que eram negociadas através da Cooperativa, beneficiando-se essas transações das isenções e privilégios que amparavam a instituição, através de uma fraude fiscal sistematizada<sup>48</sup>[sic].

Por fim, Lousada, destaca<sup>49</sup> que:

Note-se, no entanto, que a produção da colônia é grande, conforme de depreende do quadro anexo, sem que entretanto a tão rica produção corresponde a um paralelo de riqueza entre os colônos que moram pobremente, alimentam-se parcamente, labutam de sol a sol e uma ou outra vez cometem alguma extravagância que ainda há pouco funcionavam em Bastos. Si as dívidas não forem suficientes para mantê-los nesse estado de precariedade financeira, suas sobras serão sugadas pelas mensalidades das associações, contribuições impostas pelos consulados e listas feitas a correr pelas organizações, reunindo fundos para os mais diversos propósitos, dando a impressão que no Brasil se pagam impostos japoneses<sup>50</sup>. [sic].

Nesse trecho supracitado, realçamos as associações japonesas; percebemos que os japoneses dispunham de uma rede de grupos que se mantinha a partir de contribuições vindas dos cidadãos. Essas associações serviam para fortalecer os laços políticos, sociais e

---

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>50</sup> Idem.

educacionais dos japoneses; todavia, Lousada, adverte que isso pesava financeiramente na vida dos nipônicos.

Não temos os dados econômicos relativos a essa assertiva, entretanto cremos que, com exceção de alguns casos isolados, isto não fazia parte da realidade dos japoneses; essas organizações eram criadas pelos próprios cidadãos e dificilmente teriam o caráter de prejudicá-los financeiramente.

Trazendo o debate para questões pessoais descritas pelos delegados, segue o relatório<sup>51</sup> descrevendo como funcionava a Associação das Moças, assinalando que era o local onde as japonesas aprendiam as artes rituais japonesas. Cita um “perigoso” curso de educação feminina, o qual:

procurava instilar no coração das jovens o monstruoso sentimento de aversão sexual ao homem branco, quer apresentando-o como incapaz das delicadezas de elas e da finura do marido japonês, quer fazendo-as compreender ser ele portador de um instrumento sexual excessivo para a mulher japonesa, sabido como é ser o japonês um micropênico.<sup>52</sup>

Essas considerações sobre o caráter pessoal dos japoneses, sempre de forma pejorativa e racista, mostram um sentimento de agressividade dos órgãos oficiais brasileiros em relação aos nipônicos. A nosso ver, comentários acerca de atribuições físicas nipônicas não são importantes como objetos de defesa da soberania nacional e indicam uma total falta de sensibilidade e respeito pelo outro.

O documento<sup>53</sup> postula que mesmo com as restrições ao envolvimento com o homem branco as mulheres japonesas mais “atiladas” vão à busca de marido ou companheiro brasileiro por que sabem que com ele terá seu lugar dentro do lar, onde será companheira ou esposa e não um ente subalterno, destinada ao trabalho rude e para o sexo de forma grosseira. O documento

---

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>53</sup> Idem.

assevera, ainda, que as mulheres das classes baixas japonesas não passavam de “incubadeiras” e instrumento de trabalho.

No que tange à questão das mulheres, quando o relatório expõe que os japoneses tratam suas esposas com desprezo, entendemos que a mulher era compreendida dentro de um mote cultural mais amplo que o relator parece desconhecer, pois encontrava-se envolta em questões de proteção e soberania que a cultura ocidental talvez não entenda, por ser diferente das relações mantidas no Oriente.

Os estabelecimentos comerciais, industriais e mesmo os três hotéis de Bastos, na visão de Lousada<sup>54</sup>, pertenciam aos japoneses. Fora esses estabelecimentos, havia uma “loja de fazendas” que era de propriedade de um sírio e o único estabelecimento que pertencia a um brasileiro era uma pensão familiar.

Podemos perceber que a colônia Bastos era uma cidade que tinha grande predominância da população japonesa, e cujos habitantes recriaram uma estrutura muito parecida com a do Japão, pelo menos em suas relações com seus pares, ressalvadas as especificidades por se encontrarem em um país com características diversas das de seu país natal. No entanto, através da Bratac conseguiram relativo sucesso na construção de suas colônias étnicas, ao menos até a intervenção federal.

Analisando brevemente os parágrafos anteriores, constatamos que a população japonesa dominava a cidade de Bastos. Por um lado, isto explica que as relações que os nipônicos mantêm são sempre determinadas por sua origem japonesa, sua língua, suas relações comerciais, seus costumes e outros objetos que permeiam sua vida. Por outro lado, podemos entender o papel dos organismos nacionais, considerando que esse relatório data de 17 de agosto de 1942, sendo que o ataque a Pearl Harbor acontecera há poucos meses e ainda predominava um clima de tensão e conflito mundial.

---

<sup>54</sup> Ibidem.

A política brasileira empregada contra os imigrantes existia, em alguns casos, mesmo antes do início da Segunda Guerra, com seus exageros, falta de respeito às liberdades dos imigrantes, leis xenófobas que atingiram os japoneses, como, por exemplo, a falta de permissão de usar seu idioma em público, a supressão de escolas étnicas, dentre outras promulgações.

As ações praticadas pelo Estado Novo, pelo menos no tempo em que havia uma guerra declarada, apesar de exceder certos níveis de convivência, buscavam manter a soberania nacional, pois como indaga Remónd (1996): o que não é político em tempos de guerra? Devemos entender que a política empregada pelo governo Vargas teve origem, além da valorização do elemento nacional, na defesa dos interesses do país e que as medidas tomadas durante esse período visavam, além de outros tópicos, a uma proteção da sociedade brasileira.

Salientadas as particularidades da colônia de Bastos e como o Estado Novo concebia os diversos aspectos que circundavam a cidade, julgamos ser importante o debate, iniciado neste tópico, sobre as relações na colônia entre os japoneses e a atuação do Estado brasileiro vivenciando esse processo. Por essa razão, trataremos no próximo tópico das visões em torno dos nipônicos construídas pelo Estado e por parte da sociedade civil; enfocando os possíveis motivos causados pelas políticas empregadas pelo Japão para que os japoneses fossem acusados de não se assimilarem ao Brasil.

## **2.5 Visões sobre o mesmo processo: os possíveis culpados da crise em torno da imigração japonesa no Brasil**

O argumento que será construído a partir de agora está em consonância com os autores que trabalham a era Vargas e com as fontes que pesquisamos para este estudo. Buscaremos doravante demonstrar as variadas interpretações de um possível “culpado” pela crise instaurada com os imigrantes japoneses. O posicionamento do Estado como agente de uma posição xenófoba aos nipônicos e como forma de legitimação de seu regime será ressaltado.

Analisaremos ainda o comportamento do imigrante japonês diante da sociedade brasileira e, por fim, discorreremos acerca da atuação da sociedade civil referente a esse processo.

### **2.5.1 A posição do Estado brasileiro**

Primeiramente, focalizaremos a atuação do Estado brasileiro. Na perspectiva de Cancelli (1993), Vargas usou a Segunda Guerra Mundial como forma de dar sustentabilidade de repressão a estrangeiros e como fortalecimento de suas bases políticas. Todavia, ao mesmo tempo em que representava o imigrante como um inimigo social, utilizou essa repressão para promover a centralização do aparato social, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime:

O advento da guerra transformara-se, na verdade, numa bela oportunidade para implementar de maneira definitiva a padronização cultural e social do país, mesmo que para isto houvesse a necessidade de se recorrer a ‘questões de segurança nacional’, porque, desta maneira, obtinha-se ao mesmo tempo o fortalecimento do Estado e de sua mística de violência (CANCELLI, 1993, p.158).

As fontes pesquisadas contemplam a década de 1930 e o início de 1940; em nossa visão, os relatórios feitos pelo DEOPS/SP basearam suas conclusões nos principais “inimigos” do Estado mediante um padrão de identificação; comunistas e imigrantes, sobretudo, alemães, italianos e japoneses são descritos como elementos perniciosos à sociedade brasileira. No entanto, cada delegacia mantinha sua linha de atuação voltada ao que estava a seu redor, e os DOPS de Santa Catarina e Paraná atuam, sobretudo, visando ao imigrante alemão, enquanto que o DEOPS, em São Paulo, detinha maiores atenções aos imigrantes japonês e italiano.

Nos estados do Sul, os alemães formaram quistos que foram combatidos pelos governos estaduais e federal, duras políticas foram postas em prática, transformando-os em inimigos sociais, e na maioria das vezes, identificando-os como nazistas, difundindo-se a ideia do “perigo alemão”. Enquanto isso, os japoneses também formaram colônias fechadas em

São Paulo, as quais provocaram debates acerca de sua conveniência, havendo também a criação de um chamado “perigo amarelo”.

O período de 1930-1945 se torna um período especial não só para a história do Brasil, como também para os imigrantes japoneses, quando estes se depararam com novas conjunturas que se apresentaram mesmo antes da Segunda Guerra Mundial.

A constituição de 1934 trouxe problemas ao fluxo imigratório japonês, pois a partir de 1924 (Tabela 1), o número de imigrantes dessa origem vinha crescendo vertiginosamente e a constituição, quando impôs a cota de 2%<sup>55</sup> para a entrada de imigrantes no país, praticamente encerrou a entrada de japoneses em solo brasileiro.

TABELA 3 – Fluxo imigratório japonês no Brasil

<b>Ano</b>	<b>Imigrantes japoneses entrados no Brasil</b>	<b>Ano</b>	<b>Imigrantes japoneses entrados no Brasil</b>
<b>1924</b>	2.073	<b>1931</b>	5.632
<b>1925</b>	6.330	<b>1932</b>	11.678
<b>1926</b>	8.407	<b>1933</b>	24.494
<b>1927</b>	9.084	<b>1934</b>	21.930
<b>1928</b>	11.169	<b>1935</b>	9.611
<b>1929</b>	10.048	<b>1936</b>	3.300
<b>1930</b>	11.076		

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1951.

O Decreto-Lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, previa em seu Artigo 2º, § 1º, que era vedado aos estrangeiros “organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político ainda que tivessem por fim exclusivo a propaganda em difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem”.

<sup>55</sup> A lei do 2% previa que a entrada de imigrantes no território nacional sofreria restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo nenhuma corrente imigratória exceder a margem de dois por cento; anualmente, o número total de seus respectivos nacionais aqui fixados durante os últimos 50 anos.

Essas leis regulatórias aos estrangeiros demonstravam a séria preocupação do Estado brasileiro em relação às ações praticadas pelos imigrantes, sendo criada e executada uma política de nacionalização da qual todos deveriam tomar parte, demonstrando também que o governo praticava uma política xenófoba visando a restringir o pluralismo étnico implantado por governos anteriores.

Cytrynowicz (2000) infere que “essas medidas integraram uma campanha dirigida contra os estrangeiros em geral, já que eram anteriores à própria deflagração da guerra e evidenciam o caráter de xenofobia do Estado Novo” (p.137). O autor acrescenta que nenhum grupo de imigrantes como os japoneses e seus descendentes foi tão atingido com a entrada do Brasil na Guerra, inferindo que os nipônicos se configuraram o epicentro da política, segundo ele racista, do governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.

Concordamos com Cytrynowicz (2000) quanto aos japoneses serem duramente repreendidos; no entanto, destacamos que essa política de repressão ocorreu, principalmente, no Estado de São Paulo, outros estados, como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com grandes contingentes de alemães, sofreram políticas parecidas com as empreendidas em São Paulo com os nipônicos.

Lesser (2001) adverte que a comunidade dos imigrantes japoneses manteve uma postura discreta ante os ataques xenófobos sofridos desde o início do Estado Novo com a criação de decretos que restringiam a liberdade, a língua, as escolas, dentre outros aspectos que circundavam a vida dos imigrantes “eixistas”. O governo japonês raramente criticava Vargas publicamente por essas posturas; contudo, os japoneses e descendentes no Brasil continuavam a ser vistos como grupo não assimilado ou assimilável.

Os relatórios que estudamos para este trabalho têm como praxe acusar os imigrantes japoneses de serem conspiradores natos; descrevia-se que os nipônicos se fechavam em suas colônias no intuito de tramas contra os órgãos brasileiros, trabalhando somente para o bem do

Japão e teriam como objetivo desestabilizar a tranquilidade nacional. Suas relações com os nacionais, ainda citando o relatório, seriam marcadas por exploração aos trabalhadores, e teriam como prerrogativa levar vantagem em qualquer espécie de negócios, não se preocupando com uma chamada “justiça” econômica; os nipônicos seriam, na maioria das vezes, motivo de alerta para as autoridades brasileiras.

Cancelli (1993) enuncia que, de forma geral, todo o relatório estava envolto na culpabilidade dos japoneses e seus descendentes, encarando-os como suspeitos por seguirem princípios orientais, salientando que “O preconceito, a ignorância e a prepotência eram outros atributos do relatório da polícia ao tentar desvendar as atitudes e as causas da não ‘nacionalização’ da colônia japonesa” (p.153).

A campanha pela “brasilidade” empreendida por Vargas “buscava proteger a identidade brasileira da intrusão das etnicidades, eliminando os elementos mais emblemáticos das culturas imigrantes” (LESSER, 2001, p. 230). Essa campanha acabou por proibir publicações, festas, atividades recreativas de cunho étnico e esperava impor valores nacionais brasileiros que viessem a substituir o sentimento de pertencer a outras nacionalidades.

Cytrynowicz (2000) propõe que não se inquiriu aos imigrantes se desejavam ou não se assimilar, e nas palavras do autor:

Assimilação é a palavra-chave do racismo estado-novista, a medir em uma escala eugenista o grau de dissolução de uma cultura em um projeto preestabelecido de pureza nacional. Enquistamento e cálculos químicos de solubilidade de grupos não são dados científicos neutros, mas premissas racistas que associam Estado nacional a homogeneidade cultural (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 171).

Corroboramos com Cytrynowicz (2000) quanto a seu posicionamento no conceito de “assimilação” proposto pelo Estado brasileiro, já que o governo se baseou nesse julgamento, que por vezes, foi aliado ao discurso eugênico para tomar decisões xenófobas contra os imigrantes japoneses, ainda assim, fez políticas contrárias à imigração alemã, que não poderia

ser encaixada na questão da eugenia, concentrando então suas críticas ao debate da assimilação.

Cancelli (1993) expõe que, de acordo com o professor de Antropologia Criminal e médico-antropologista do Serviço de Identificação de São Paulo, Oscar de Godoy, em 1940 não existia país de imigração “que não procure garantir o futuro da constituição antropológica de seu povo por meio de leis reguladoras da entrada de estrangeiros” (p.131). A regulamentação, para o médico, garantia, da melhor maneira possível, a formação racial, a estabilidade política das nações e o bem-estar dos indivíduos.

Magalhães (2008) pondera que nos anos 1930 o médico eugenista vai tratar de separar a população enferma da sã; pontuamos que essas medidas, com base em teorias do embranquecimento, tornaram a vida social dos japoneses deveras complicada.

Além da acusação de ser inassimilável, a questão de serem “amarelos” e considerados uma raça inferior propiciou diversos debates, primeiramente sobre sua entrada no país, depois da vantagem desse imigrante, que já estava no Brasil há tantos anos e ainda não havia se adequadado à sociedade brasileira.

O Estado buscou um ideal de “brasilidade”, de uma constituição de nação, valorizando o elemento nacional, e seguindo uma campanha de restrição aos imigrantes por meio de medidas que visavam a restringir suas liberdades. A nosso ver, o Estado não previra, ou não dera a devida importância para a formação de quistos étnicos, que foram, muitas vezes, formados com o consentimento do governo brasileiro em busca de uma chamada assimilação; porém essa trajetória tornou-se um caminho tortuoso em duas vias.

Inicialmente, o Estado buscava, por meios repreensivos e sem políticas claras, uma integração desses imigrantes com os nacionais que, se não era impossível, era realizada de maneira excludente, pois foram alojados em colônias distantes com pouca ou nenhuma influência dos órgãos brasileiros.

Em segundo lugar, no caso dos imigrantes, surge a pergunta: como serem assimilados em uma colônia onde os organismos brasileiros eram carentes de atuação? Como seguir um projeto assimilativo a partir do momento em que havia poucos padrões culturais brasileiros no local de instalação? Salientamos que houve casos em que a falta de elementos nacionais fez com que os poucos brasileiros que estavam concentrados em alguma colônia, com predominância de alguma etnia, fossem “assimilados” por outra nacionalidade.

A esse respeito, Macedo (2004) aponta uma situação no Estado de Santa Catarina em que isso aconteceu, apresentando uma entrevista com um imigrante alemão:

Quando você fazia alguma compra, ia no sapateiro, falava alemão, nós temos... dois, três, quatro, cinco padarias que falavam alemão. No armazém em que a gente comprava tecido, quem atendia era alemão.(...) na época brasileiro (...) falava o alemão. Depois tinha uma sessão de ferragens, uma sessão de máquina (...) tinha a farmácia também. (...). E depois nos armazéns, eles tinham também na Rita Maria, na fábrica de rendas, fábrica de pregos, fábrica de gelo (MACEDO, 2004, p. 2) (grifo nosso).

No caso dos imigrantes, constatamos que, muitas vezes, a questão de manter as características de seus países de origem era mais do que uma opção; era, em grande parte, sua única opção. Fatores como escolas, clubes e festas surgiam, para o governo federal, como elementos que aumentavam o clima de afastamento da cultura brasileira; todavia, muitas vezes esses fatores eram os únicos modos de se ter alguma educação e diversão, pois o Estado não alcançava esses lugares.

Schaden (1980) assinala que, independentemente da procedência dos imigrantes, estes não encontravam, pelo menos no início, “estímulos suficientes e, em grande parte pelo isolamento em que viviam, sequer as condições necessárias para abandonar sua cultura e a sua língua, a fim de se assimilarem à população luso-brasileira” (p.136).

Trabalhada a atuação do Estado brasileiro para com os imigrantes japoneses, ressaltaremos o que acreditamos constar na política imperialista japonesa e abordaremos como essas ações se constituíram em fatores importantes para a política xenófoba implantada no período Vargas.

### 2.5.2 A posição japonesa no Brasil

A condução que o governo japonês promoveu em suas colônias, sobretudo a partir da imigração tutelada, e o modo como esses imigrantes se encaixaram na sociedade brasileira deram margens para que o governo brasileiro realizasse uma forte política de controle e intervenção aos nipônicos.

Podemos perceber a política imperialista que os japoneses vinham empregando há vários anos desde o início do século XX com conquistas importantes na Ásia como Coréia, Manchúria e Taiwan.

Sua política de colonização, a imigração tutelada, é inovadora, porém não podemos acreditar que essa ação somente era realizada por haver uma preocupação constante e fértil de seus descendentes. Acreditamos que na pauta de objetivos dessa ação estava o bem estar dos japoneses, mas havia também a questão do controle destes e a formação de áreas de influência em outras partes do globo o que, em nossa opinião, casaria com suas intenções imperialistas.

A documentação<sup>56</sup> do DEOPS/SP registra a corrente imigratória japonesa no Brasil e ressalta suas críticas quanto à política tutelada. O relator alega que a organização nipônica desenvolvida no país era muito parecida com a ocorrida nas Índias Orientais Holandesas, atual Indonésia, que eram holandesas e foram conquistadas pelo Japão em 1941; na visão do Delegado, essa organização traria riscos. Apresentaremos sua visão acerca da imigração japonesa no Brasil e citaremos um trecho do relatório para observarmos as semelhanças indicadas pelo relator.

O tópico de “imigração politicamente dirigida” aparece no relatório<sup>57</sup>, em que onde a S.S.P.S (Secretaria de Segurança Política e Social) afirma que a emigração japonesa para o Brasil, especialmente para São Paulo, havia muito obedecia a diretrizes políticas bem

---

<sup>56</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>57</sup> Idem.

definidas. “Procurando localizar os japoneses ao sabor de seus interesses; pré-determinando-lhe o destino antes mesmo do embarque para o Brasil; estabelecendo, dentro do território nacional, organismos oficiais e oficiosos de minucioso controle”<sup>58</sup>.

O relator<sup>59</sup> assevera que esses imigrantes, independentemente de sua posição social, cumpriam uma posição política no organismo em que se encaixavam, ou seja, em sua colônia esses imigrantes dirigiam sua vida ao benefício dos “magnatas”, e que estes, em nome do “deus-imperador”, gerenciavam a colônia para o bem do Japão. O Delegado acrescenta que isto se devia ao fato de o povo japonês ter acentuado sentimento de massa e fanática disciplina, agindo coletiva e anonimamente.

Em relação aos apontamentos supracitados, a partir da imigração tutelada, a nosso ver, é sintomático que o governo realmente predeterminasse o destino, porque era imperativo que o Estado já dispusesse das terras para o alojamento dos japoneses. Quanto à questão de dirigirem suas vidas para o “bem do Japão”, acreditamos que o Delegado tenha se deixado levar pelas características dessas colônias, essencialmente japonesas quanto a sua atmosfera.

O relator revela no documento<sup>60</sup> a invasão japonesa em terras holandesas, empreendida depois de a corrente imigratória nipônica ter entrado no país, sendo que os imigrantes ali instalados desempenhavam funções cotidianas de agricultura, pesca e outras, e quando houve a invasão japonesa, esses imigrantes, que pareciam inofensivos, se rebelaram e formaram parte importante do exército nipônico.

Esse trecho é realçado por nós tendo em vista que, segundo o autor<sup>61</sup>, as relações que se desenvolveram nas Índias Orientais Holandesas eram muito parecidas com as que aconteciam no Brasil, o que aumentava o temor por um possível ataque japonês ao país, visto

---

<sup>58</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

que aqui se desencadeava os mesmos processos, a mesma dissimulação, a mesma ofensiva econômica e o mesmo sentido político das correntes migratórias.

A constatação de certa semelhança entre a situação que se identificava nas Índias Orientais Holandesas e no Brasil tem respaldos para Lousada. O Delegado relata<sup>62</sup> que a Superintendência encontrava engenheiros, aviadores, oficiais do Exército e da Marinha, topógrafos e cartógrafos levando vidas de simples agricultores em terras distantes do interior paulista; acrescentando que nas batidas policiais nos mais humildes casebres encontravam bibliotecas que despertavam grande atenção, como também chamava a atenção a documentação cartográfica e fotográfica dos colonos.

Nas palavras de Lousada:

A Cooperativa Agrícola de Bastos, que pode servir de padrão ao estudo da função de controle político exercido através de todas elas tinha como presidente o já famoso JINSAKU WAKIYAMA, coronel do Exército nipônico, presidente também da Cooperativa Central Nipo-Brasileira, que está sendo processada pela Delegacia de Ordem Política e Social, como envolvido numa série de atividades anti-brasileiras [sic].<sup>63</sup>

Refletindo sobre a situação de conflito mundial que se desencadeava e acerca da participação efetiva do Japão naquela guerra, também nos causa estranhamento a presença de oficiais japoneses do Exército e da Marinha no Brasil, pois julgamos que o Japão poderia ter levado esses oficiais de volta ao seu país.

Gostaríamos de deixar claro nossa posição em relação a essa possível ofensiva japonesa ao Brasil que alguns delegados do DEOPS propagavam como real possibilidade, não acreditamos que houvesse qualquer plano com a intenção de invadir o Brasil por parte dos japoneses, no Capítulo III quando discutiremos o tópico “Teorias da Conspiração” abordaremos essa situação de forma mais intensa.

---

<sup>62</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>63</sup> Idem.

Em relação às “acusações” relativas às bibliotecas, à documentação cartográfica e fotográfica em casas humildes japonesas, esse fato não determina nenhuma prova concreta de conspiração, já que é comum a cultura nipônica uma supervalorização dos estudos, e a razão de se encontrarem em outro país não impedia que eles pudessem desenvolver sua parte intelectual.

Ressaltado o relatório de Lousada, observamos intensa desconfiança do governo brasileiro em relação à imigração japonesa. Nossa pesquisa tenta perceber como o governo nipônico se utilizou desse processo imigratório para expandir seu imperialismo e influência no Brasil. Acreditamos que podemos demonstrar parte da força e atuação que o Japão desenvolveu em suas colônias.

Dezem (2008) alude que no caso da imigração italiana, com a ascensão e consolidação do regime fascista na Itália, em meados da década de 1920 houve maior preocupação do governo italiano em tutelar seus imigrantes e expandir a doutrina fascista para além do território, ou seja, para suas colônias. Julgamos que dificilmente o Japão, a partir de seu movimento emigratório, não tivesse interesse em expandir sua cultura e influência nos países em que administrou essa política.

Não podemos cobrar responsabilidades somente do governo brasileiro; o governo japonês empregou políticas que não visavam a uma integração com a população brasileira, como a formação de colônias étnicas muito fechadas e o povo japonês, até por fatores culturais, não se integrou de maneira fácil à sociedade brasileira.

As acusações constantes dos japoneses serem “insolúveis” e de que não se misturavam ao elemento nacional, realmente penderam para uma questão eugênica, porém é fato que essa adaptação e conjunção com o povo brasileiro se deram de forma muito mais lenta do que com outros povos que vieram ao Brasil, como, por exemplo, os italianos. Diversos fatores contribuíram para que essa adaptação imediata não se realizasse, mas o fato é que ela foi

vagarosa e permitiu que análises embasadas em discursos eugênicos viessem a prejudicar a imagem dos japoneses no país.

A construção da imagem do japonês se fez, muitas vezes, via debates do Congresso Nacional, por intelectuais da época que consideravam o imigrante japonês não benéfico à sociedade brasileira ou ainda por teorias raciais que corriam o mundo e que já vinham trazendo críticas ao imigrante japonês.

Em nossas análises dos relatórios do DEOPS/SP que trazem alguma crítica aos japoneses, por vezes temos a impressão de que esse debate vem de cima, do Estado brasileiro, como se a política de Vargas simplesmente tivesse imposto esse estado de perseguição aos nipônicos.

Através de nossas leituras, compreendemos que foi importante a força do Estado, aliás, foi preponderante, para que os japoneses fossem concebidos de maneira xenófoba, todavia acreditamos que havia por parte da sociedade civil brasileira um sentimento que também não compactuava com a presença dos nipônicos.

### **2.5.3 Participação da população civil**

A partir de agora, trataremos do envolvimento da sociedade civil nesse processo de repulsão ao imigrante japonês, porque julgamos que a comunidade brasileira teve sua parcela de contribuição na ação do Estado nacional. Concordamos com Gomes (1999) quando esta pontua que:

... é preciso não confundir, como Hobsbawm e outros autores advertem, a postulação do engajamento consciente de parcelas da burocracia estatal nesse empreendimento com um simplista e maquiavélico exercício de “manipulação das massas”. Os elementos simbólicos avocados e os sentimentos mobilizados por uma política cultural estatal não são escolhas arbitrárias, estando vinculado a tradições cujas raízes se encontravam no passado de comunidades com identidades que têm que ser levadas em conta (CASTRO GOMES, 1999, p. 21).

A sociedade brasileira participou ativamente do processo de denúncias contra os imigrantes do eixo nos estados do Sul e em São Paulo, onde a maioria dos imigrantes estava localizada; se basearam na política de acusações de vizinhos e conhecidos para que parte desses imigrantes fosse investigada e, muitas vezes, presa.

Cancelli (1993) assevera que a denúncia popular trazia à tona, por vezes, o grau de vigilância e controle a que estava submetida a sociedade; fatos que seriam considerados corriqueiros em períodos considerados normais tomaram grandes proporções no contexto da Guerra e pela política empregada por Vargas, a qual incentivava a delação, que passou a ter caráter de nacionalismo, de grande feito ao país.

Citaremos um caso dentre tantos outros que poderiam ser aqui abordados, Takeuchi (2002) traz um caso de delação feito por um brasileiro que encontrou um livro publicado em japonês por um conhecido nipônico de sua cidade, e que mesmo desconhecendo o conteúdo do livro fez a denúncia, por seguir as resoluções que o Estado previa. “Para o Estado interventor, o terror e o medo eram elementos indispensáveis para garantir o ato de delação. Esse estado de espírito, nacionalista e xenófobo na sua essência, incentivava parte da população a agir como ‘agente social’” (Cancelli, 1993, p. 29-30).

Em uma crônica da Rádio Curitibana P.R.B.2, de autoria de João Rodrigo de Freitas, no dia 17 de agosto de 1942 o autor declara todo seu sentimento em relação aos japoneses, descrevendo-os da seguinte maneira: “japonez (sic) não é gente: é víbora traiçoeira, é serpente que tem veneno até nos olhos retorcidos e míopes”.

Fica claro que a construção do Estado Novo de “inimigos da pátria” e a teoria do imigrante “indesejável” buscavam integrar a sociedade brasileira em torno de objetivos comuns, propagar a tese de brasilidade e a legitimação de um regime instituído por Vargas. Assim, reiteramos que a sociedade civil corroborou para que esse governo fosse imposto.

A participação da sociedade civil possibilitou o aporte necessário para que Vargas mantivesse e aumentasse o tom de sua política contra os imigrantes do “eixo”; houve participação consciente de parte da população, que passou a atuar com o estigma nacionalista e de proteção de sua nacionalidade.

Concluimos destacando que os três pontos trabalhados neste tópico tentam debater a conjuntura apresentada durante boa parte do período Vargas no que se refere à política destinada aos imigrantes eixistas, sobretudo os japoneses.

Reafirmamos a política xenófoba executada pelo Estado por meio de leis restritivas aos imigrantes do eixo. Nosso objeto central, o imigrante japonês, além de sofrer dessas medidas comuns aos imigrantes eixistas, ainda teve problema relacionados a sua cor; é certo que o período de guerra e o momento imperialista do Japão contribuíram para essa perseguição, contudo salientamos que isso ocorreu, em certos momentos, de maneira imprópria.

Essas medidas funcionaram muito mais como formas de repreensão e controle dos imigrantes do que como verdadeiras alternativas de um processo assimilativo, porque não havia políticas efetivas para uma integração com a sociedade brasileira, somente havia uma política de exclusão, já que os decretos privativos aos imigrantes do eixo e a atuação da polícia política para com estes, em sua maioria, foram discriminatórios.

A repressão aos nipônicos ocorreu de maneira injustificável; mesmo que o Estado brasileiro possa ter tido motivos para combater a imigração japonesa ou se realmente houve momentos em que os nipônicos constituíram um perigo à soberania nacional e o governo necessitou intervir da forma como o fez, esses documentos não foram divulgados e as justificativas dadas não foram, em nossa opinião, suficientes. Independente da forma como os japoneses se instalaram no país, o Estado não obteve razões satisfatórias para ter praticado uma política xenófoba contra esses imigrantes.

A imigração japonesa, em suas vertentes espontânea e tutelada até o período da Segunda Guerra Mundial, não conseguiu número de pessoas suficientes para que uma invasão ao país pudesse obter algum sucesso diante de um território tão grande e distante como é o Brasil do Japão, se é que realmente foi este o motivo de tamanha regulação na vida desses imigrantes. O anseio por se legitimar uma política autoritária de Vargas foi uma das poucas bases reais para o empreendimento de uma política tão dura aos imigrantes japoneses.

### **CAPÍTULO III**

#### **SER JAPONÊS EM UM NÚCLEO DA BRATAC: O CASO DA COLÔNIA NOVO ORIENTE**

Neste capítulo, trataremos das relações que envolvem, a colônia Novo Oriente a partir de sua fundação, em 1928, destacando como os japoneses conviveram nessa cidade e quais estruturas formaram para que pudessem manter sua vida com as características parecidas com as de seu país natal.

Nesta parte da pesquisa, podemos observar que os nipônicos se organizaram de modo a reprimir as influências nacionais e se cercaram, através da Bratac, para não dependerem das instituições brasileiras que eram, em sua grande maioria, falhas em suas relações com a colônia estabelecida.

O estudo dessa colônia pode apontar vários aspectos com que nos defrontamos nesses anos de pesquisa com a bibliografia relativa à imigração japonesa. Fatores como educação, etnicidade, entre outros podem ser demonstrados, a partir de nossas fontes, enfocando nosso espaço de estudo, a Colônia “Novo Oriente”. Citamos diversas fontes para a composição deste trabalho. Ressaltamos as do Arquivo Público do Estado de São Paulo, os relatórios do DEOPS-SP, e ainda buscaremos informações no Relatório De Vigilância Sanitária de 1942, escrito pelo Dr. Moacir Karman.

Karman retrata o cotidiano da cidade de Pereira Barreto, e através desse estudo indica os elementos constantes do município, como a parte comercial, a indústria, entre outros, contribuindo com a nossa pesquisa como fonte deveras relevante acerca das relações nipobrasileiras do local, em um período marcante da história da cidade.

### 3.1 Colônia Novo Oriente

A Colônia “Novo Oriente” se torna especial nesta pesquisa por se configurar como uma cidade de profunda vocação nipônica. Como boa parte da cidade era de origem japonesa, isso propiciou a constituição – pelo menos para o delegado da Polícia de Pereira Barreto – de “um pequeno estado japonês”<sup>64</sup>.

Podemos observar que a urbe é totalmente envolta em ornamentos, comércios e outros aspectos que apresentavam o município com forte influência nipônica, o idioma, os letreiros do comércio e boa parte do universo da cidade estavam ligados a um ritmo de vida parecido com o do Japão.

A Bratac foi responsável por montar a estrutura necessária para a vinda dos japoneses, inclusive construindo uma ponte, obra arquitetônica que ainda causa saudosismo na cidade, pois foi inundada devido à construção de uma usina hidroelétrica. Essa ponte foi construída por uma parceria entre a Bratac e o governo paulista, que a partir daí ficou responsável pela sua manutenção.

Segundo Moraes (1942), a participação da Bratac na construção da ponte foi fundamental:

É digno de menção, para demonstrar o poderio econômico dessas empresas que operam no país, o fato de a referida Sociedade Colonizadora do Brasil ter contribuído com a elevada soma de 640:000\$000 para construção duma ponte de cimento armado, denominado Novo-Oriente, de 160 metros de comprimento, com um vão de 130 metros, e 5,70 metros de largura, enquanto que o Governo do Estado de São Paulo contribui com a subvenção de 400:000\$000. Esta obra que na data de sua inauguração, 26 de junho de 1935, a maior em seu gênero na América do Sul, liga a estação Lussanvira à Fazenda Tieté ao mesmo tempo que comunica o município de Monte-Aprazível com o de Araçatuba [sic] (MORAES, 1942, p.76).

A documentação estudada (Relatórios do DEOPS-SP e da Vigilância Sanitária) nos mostra a diferença em relação aos japoneses de Pereira Barreto e os brasileiros que ali

---

<sup>64</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

também residiam; fica claro que o governo nipônico foi muito mais ativo em terras brasileiras do que o próprio governo brasileiro, salientando que essas medidas aconteceram pelo grande investimento efetuado pela Bratac. Entre essas diferenças, enfatizamos os setores de moradia, educação e saúde, que mencionaremos ao longo deste capítulo.

Para entendermos como se iniciou o processo de imigração de japoneses em Pereira Barreto, resgataremos brevemente a história, desde a compra de suas terras pela Bratac. Sucintamente, abordaremos o longo processo da pesquisa de terras e a negociação envolvida para a aquisição da fazenda Tietê em 1928, que iria se tornar Pereira Barreto em 1938.

### **3.2 Da escolha dos terrenos a compra da Fazenda Tietê**

O processo de escolha do terreno para a formação da colônia Novo Oriente foi relativamente longo e envolveu pesquisa e a atenção do diretor da Bratac, Mitsusada Umetani.

O livro “A canção da alma desbravadora”, de Eiichi Kayama, de 1997, que trata a história da Fazenda Tietê, tem relatos importantíssimos de como ocorreu o pleito para obter a fazenda; e aqui relataremos um pouco dessa história.

Kayama (1997) menciona o relatório apresentado por Umetani sobre a escolha e a compra do terreno:

Quanto a escolha do terreno, primeiramente, adquiri os conhecimentos por prática, através das opiniões ou sugestões das pessoas do ramo, entre os patrícios residentes nas várias regiões, com os quais, ia definindo o local, por onde faria a melhor opção. Entretanto, fui para qualquer local onde havia trens ou automóveis. Andei também a cavalo e até de próprios pés. Para o local de candidato ou onde moram imigrantes japoneses observei com bastante atenção.

[...] Com tal meta, dentro de 16 terrenos, grandes e pequenos, escolhidos sobre o mapa, optei por 8 locais, considerados mais promissores para os quais, mandei pessoas experientes do ramo para averiguarem e estudarem. sobre os pontos vitais para boa execução do plano de colonização, tais como: topografia, e clima do local, fertilidade do solo, condição sanitária, vias de comunicação, etc. [sic] (KAYAMA, 1997, p. 40).

Mitsusada Umetani, em 26 de Janeiro de 1928, saiu à procura de terras para a formação de colônias; passando ao longo da Linha Paulista, pelo litoral Sul de São Paulo, pela linha Noroeste até a fronteira com a Bolívia em Mato Grosso. Na sequência, pesquisou o norte do Paraná, a Linha Sorocabana e Araraquarense, a ribeira do Rio Doce em Minas Gerais, chegando até Belo Horizonte.

Em sua passagem para a fronteira da Bolívia, Umetani gostou do terreno da Fazenda Tietê, porém sua aquisição era muito complicada, pois:

“O título de propriedade deste terreno, era uma confusa que havia até questão de litígio em uma parte de sua propriedade. Era uma complicação, seu título estava na mão de sete credores, incluindo 1º e 2º hipotecas. Mesmo com a visão de grande expectativa a este terreno, é obvio para quem pensa no senso da sua responsabilidade, jamais aconselhável intrometer a tais negócios, no entanto o diretor Umetani, resolveu adquiri-lo, a qualquer custo, pela vontade insistente e também, pela razão de não ter encontrado, por enquanto outro terreno mais conveniente” (KAYAMA, 1997, p. 48).

Apesar disso, havia outro problema sobre o preço do terreno. Por parte dos credores não haveria nenhuma queixa, desde que recebessem de volta o crédito integral de 7 mil contos de réis; no entanto, para o proprietário, o Coronel Jonas Alves de Melo, era compreensível que impusesse alguma resistência, já que se tornaria um simples signatário, sem receber nenhum benefício.

Diante dessa situação, os credores ficaram sabendo que Umetani tinha de voltar ao Japão com a compra do terreno assegurada, assim endureceram sua posição e não aceitaram qualquer abatimento no preço das terras. Foi quando apareceu um senhor chamado Araújo, amigo do proprietário de Fazenda Tietê, que interveio na situação.

Que o senhor Jonas quer vender o terreno, e o senhor deseja comprá-lo. No entanto, acho um absurdo, não poder concluir o negócio. Se porventura, Sr. Jonas for recusar futuramente a venda deste terreno? Como é que farão os banqueiros? Único jeito seria recorrer a um leilão, que, logicamente o seu resultado sairia uma miséria para os credores. Não posso garantir, mas, se o senhor permitir, estou disposto a trabalhar como mediador (KAYAMA, 1997, p. 48-49).

Com o apoio de Araújo e Umetani divulgando sua volta ao Japão mesmo sem realizar a compra do terreno, os credores perceberam que poderiam perder a grande chance de fechar o negócio. Assim, depois de seis meses, foi fechada a compra da Fazenda Tietê de 47.000 alqueires por \$ 4.200.000.000 (quatro mil e duzentos contos de réis).

Apresentado o processo de compra das terras da colônia Novo Oriente, passaremos a descrever alguns dados sobre a constituição da colônia, seus aspectos geográficos e as estruturas dispostas na cidade.

### **3.2.1 Dados sobre Pereira Barreto**

Em relação a Pereira Barreto, o relator Delegado Eduardo Rocha Lousada<sup>65</sup> postula que, em 1942, a cidade estava disposta a sete quilômetros da Estação Lussanvira, da variante E.F. Noroeste do Brasil, distante 110 quilômetros de Araçatuba e a 764 quilômetros da Capital, e a parte loteada era cortada por cerca de 300 quilômetros de estradas.

O Delegado Lousada<sup>66</sup> afirma também que, ainda em 1942, a cidade contava com três máquinas de beneficiamento de arroz, duas de algodão e uma de café, um moinho de farinha de mandioca, fiação de seda, serrarias, olarias, engenho de açúcar e três usinas termo-elétricas servindo a sede e as subsedes de Bela Floresta e São José. A cidade possuía também duas farmácias, cinco hotéis, vinte armazéns de secos e molhados, duas confeitarias, três padarias, dois bares, marcenarias, leiterias, sete bombas de gasolina, duas agências de máquinas de cozer, açougues, tipografias, tinturarias etc.

---

<sup>65</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>66</sup> Idem.

Em 1942, Lousada<sup>67</sup> destaca que a grande maioria desses estabelecimentos era de propriedade de japoneses e grande parte dos prédios arrendados a repartições públicas era da Bratac, como a Delegacia de Polícia, a Coletoria Estadual, o Cartório de Registro Civil, a Prefeitura, a Agência Postal-Telegráfos, o Poste Meteorológico do Estado, o Grupo Escolar e as Escolas Rurais Mistas dos núcleos União, Inhumá, Barra Bonita, Bela Floresta, Alegre, São José e Dourado.

Podemos observar que a cidade fora construída e era dominada pelos imigrantes japoneses; a maioria dos serviços era oferecida pelos japoneses e mesmo as ocupações públicas tinham como sede os prédios da Bratac. Isso nos indica, como realçamos no segundo capítulo, que a empresa atuava em diversas áreas e possuía muitos bens.

O censo de 1940 indica que das 10.753 pessoas que viviam no município de Pereira Barreto, 4267 delas eram japoneses, o que daria o equivalente a 40% da população, ainda salientamos que, segundo o censo, havia 5866 “amarelos” na cidade, e essa diferença entre amarelos e japoneses pode ocorrer nos filhos de japoneses que nasceram no Brasil.

Informa Lousada<sup>68</sup> que a população de brasileiros residia em grande parte na cidade, por se tratar de funcionários da ferroviária ou pessoas que se ocupavam de atividades urbanas, e a população rural era quase que totalmente japonesa.

Destacados alguns dados gerais sobre a cidade, partiremos para considerações mais específicas, usando especificamente as fontes do Relatório de Vigilância Sanitária de 1942, produzido pelo Dr. Moacir Karman.

---

<sup>67</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>68</sup> Idem.

### 3.2.2 Moradia e as diferenças entre brasileiros e japoneses

Karman (1942) assevera que a cidade de Pereira Barreto era composta de 280 casas e 1200 habitantes. O censo de 1940 indica que esses dados estão errados, pois informa que a população de Pereira Barreto concentrava 10.753 pessoas<sup>69</sup>. Provavelmente essa discrepância de dados ocorre pelo fato de o Dr. Karman tratar especialmente da população urbana; não que ele tenha esclarecido esse ponto no relatório, porém os demais dados revelam que a maioria da população de Pereira Barreto se concentrava na zona rural; sendo assim, cremos que a imprecisão está contida nesse fato.

Outro fato que indica que o Dr. Karman se preocupou somente em analisar a região urbana da cidade, pelo menos no quesito números de pessoas e moradia, se dá no número de casas apontadas, já que Karman relata que só havia 280 casas, mas nossa pesquisa, através dos dados do censo de 1940, nos revela que havia 3827 residências no município, das quais 281 ficavam na zona urbana, 9 na suburbana e 3452 na zona rural. De qualquer modo vamos nos guiar sempre pelo censo.

O Dr. Moacir Karman<sup>70</sup> transmite a impressão de ser uma cidade muito pequena, com meia dúzia de ruas e falta de higiene, inclusive nos órgãos públicos, com destaque para a delegacia de polícia; seus relatos não são muito animadores em relação a toda a cidade, afirmando que os hotéis têm características japonesas em seus quartos e nos alimentos que são servidos, tece críticas à falta de banheiros e à falta de água.

Em relação à construção das casas, Karman<sup>71</sup> pontua que há poucas feitas de alvenaria, e uma delas era a casa do prefeito municipal. As diferenças entre as casas dos colonos brasileiros e as dos japoneses são grandes. Em seus termos:

---

<sup>69</sup> A terminologia “de fato” está presente porque o censo destaca mais dois dados, população de direito e moradores presentes na data do censo, os números pouco variam nesses dois quesitos.

<sup>70</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>71</sup> Idem.

As casas dos nipônicos obedecem a um tipo “standard” e são construídas apenas em 7 a 12 dias pela Fazenda Tietê. Essas casas são em geral de madeira e na maioria dos casos compõem-se de sala de jantar, cozinha e um ou dois quartos de dormir.[...]

Ao passo que as habitações dos nossos colonos são feitas de paredes de pau a pique, cobertas de sapé, levantadas sobre a terra batida, que lhe serve de assoalho, sendo que apenas algumas possuem piso de tijolos, apresentando geralmente um ou dois compartimentos e, na maioria das vezes, não possuem cozinha, fossa e poço<sup>72</sup> [sic].

Fica evidente nesse trecho que as duas construções seguiam estilos diferentes, sendo que a casa do colono japonês era mais adequada à moradia, porém no relatório é salientado o seguinte: “só frisaremos que existem muitos galinheiros por aí que seriam preferíveis a essas casas, em que residem cidadãos brasileiros.”<sup>73</sup>

Do número total de casas no município, apenas 92 eram de alvenaria, a grande maioria, 3191 de madeira e 544 de outra natureza ou natureza não declarada. Julgamos que alguma dessa parte que o censo se reporta como natureza não declarada sejam as casas que o relator credita a uma parte dos brasileiros, comparando essas residências a galinheiros.

---

<sup>72</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.245 e 253.

<sup>73</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.253.

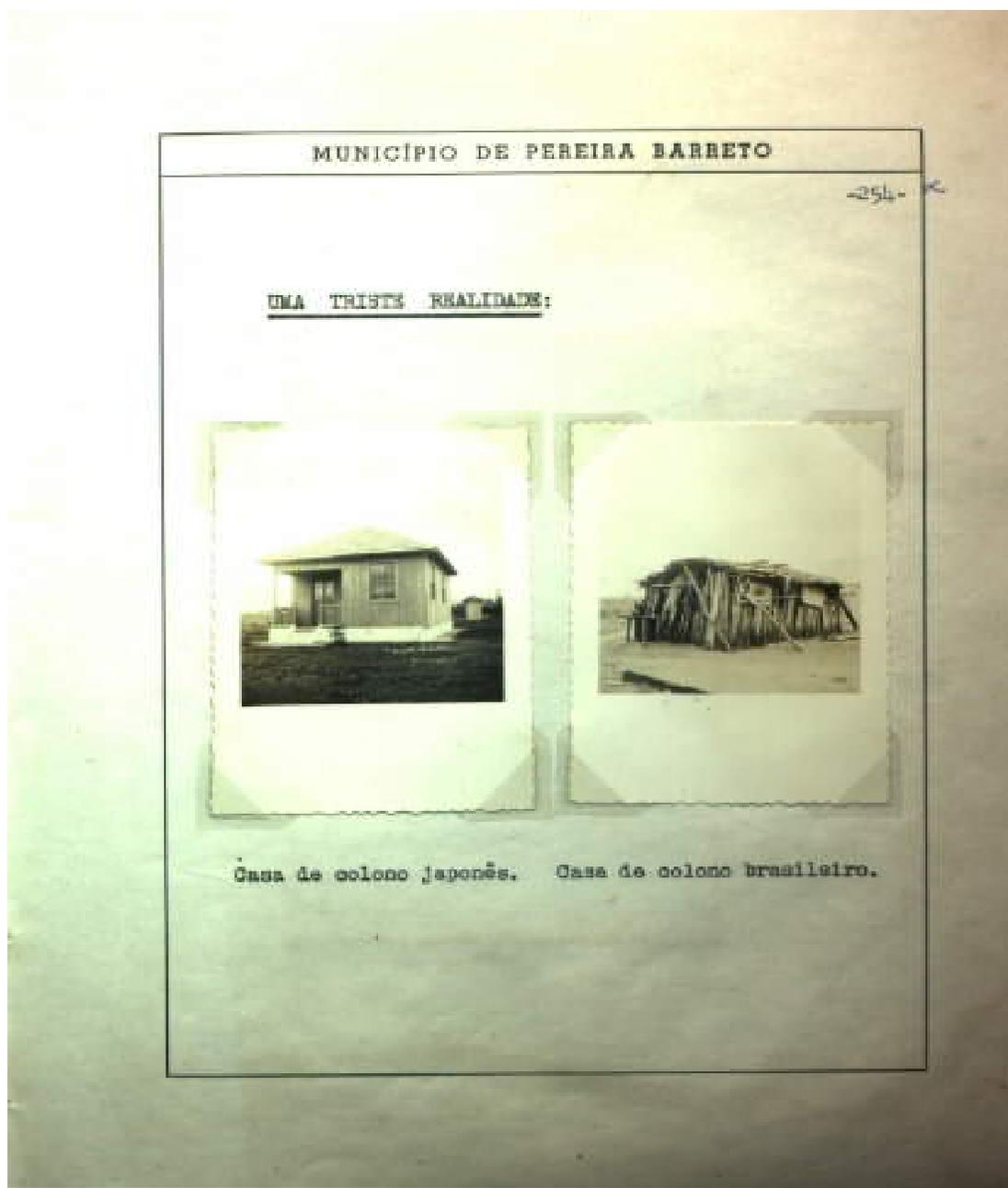


Foto: Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.254

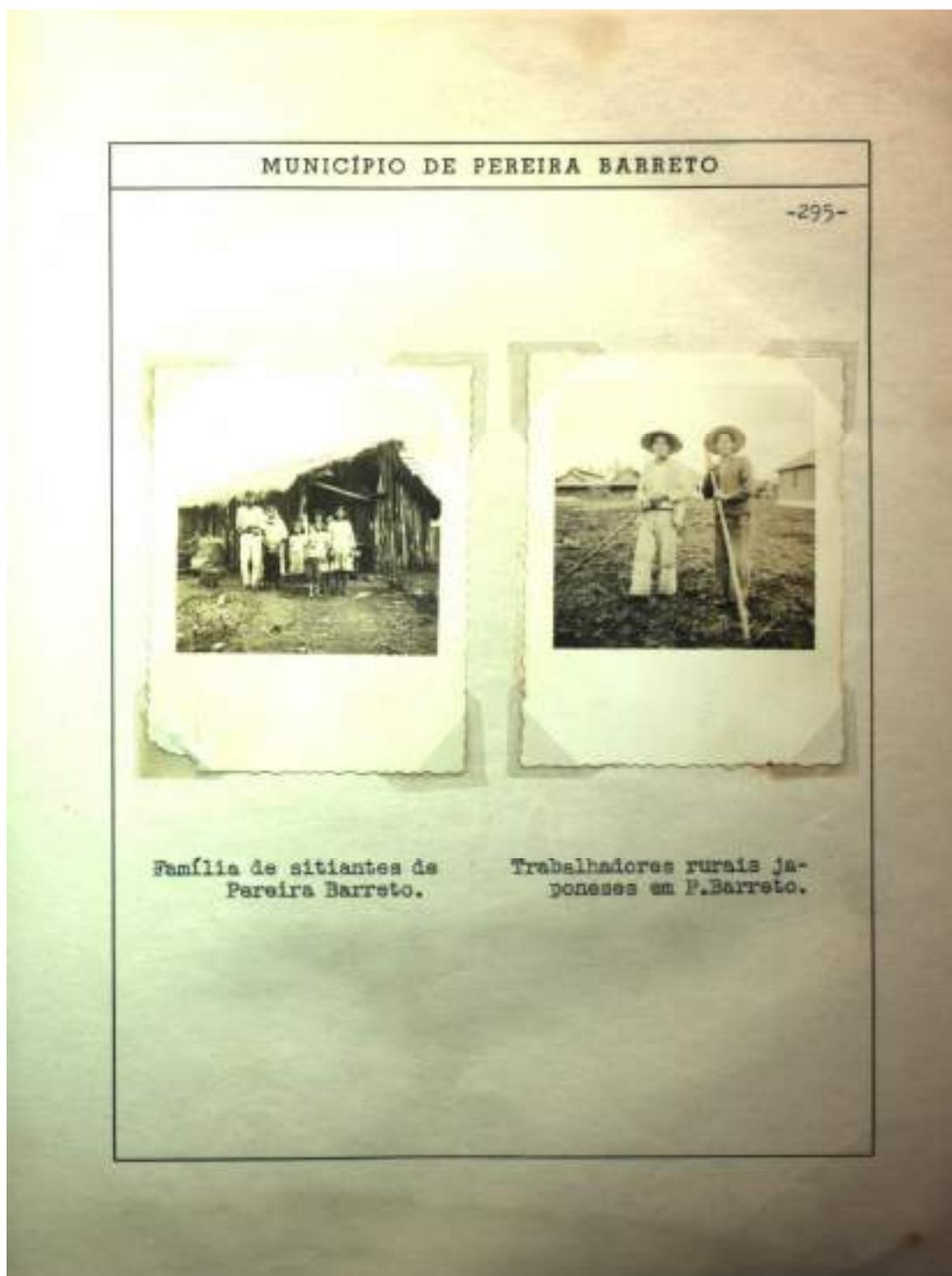


Foto: Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.295.

Ponto que merece ênfase é a atuação da Bratac na instalação dos japoneses. É perceptível, pelas fotos acima, que a moradia era uma preocupação da empresa, e a intenção de acomodação dos imigrantes possibilitou que os nipônicos obtivessem, além de suas terras, condições para que dispusessem de casas confortáveis, já que havia uma política de empréstimo no intuito de cobrir as primeiras despesas nas terras em que acabavam de chegar.

Percebemos que a situação, pelo menos em parte, dos colonos brasileiros era difícil, e o relatório aponta que estes, em sua grande maioria, trabalhavam para os japoneses, e também, segundo o relatório, o salário era baixo, mas pago pontualmente.

O documento<sup>74</sup> expõe ainda a lástima pela situação do caboclo brasileiro, que conforme a descrição, se encontrava totalmente à margem, sem ninguém a recorrer, enquanto que o caboclo japonês ou de origem japonesa tinha auxílio e orientação da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda (Bratac) e de seus diversos departamentos.

Na sequência do relato, Karman afirma que “É lamentável e doloroso vermos o nosso caboclo se julgar inferior e mesmo menos capaz que os japoneses. Ficamos profundamente magoados com esse modo de pensar”<sup>75</sup>. O relatório assevera que esse modo de pensar tem suas causas:

enquanto os japoneses possuem sua casinha de madeira bem construída, várias dezenas de terras bem cultivadas que lhe dão anualmente um lucro de vários contos de réis, e o apoio da Fazenda Tietê, o nosso caboclo se encontra quasi que desamparado e é obrigado de vencer sozinho, o que se torna cada vez mais difícil.<sup>76</sup>

Esses apontamentos nos permitem analisar o documento de duas maneiras: a primeira é que se trata de um relatório de Estado que aparentemente deveria ser imparcial, mas claramente não é isso que acontece, porque quando Karman usa as expressões “lamentável” e “doloroso”, mostra seus sentimentos de inconformismo com a situação do caboclo nacional.

---

<sup>74</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>75</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.294.

<sup>76</sup> Idem.

No relatório sempre se parte da perspectiva do povo japonês, crendo não ser possível algum brasileiro deixar se passar como inferior por uma “raça” que não poderia estar acima da brasileira, e sim abaixo.

Outro fato de destaque é a guinada dos japoneses no Brasil, possibilitada pela política empregada pela Bratac. Eles vieram como mão-de-obra para os fazendeiros e em nenhum momento foi intenção do governo brasileiro que esses imigrantes pudessem possuir grandes lotes de terras no país. O intuito era que participassem da economia como simples força de trabalho, todavia a imigração tutelada possibilitou que esses japoneses ascendessem a outro nível social e trabalhassem em suas terras.

Realçados os dados referentes à moradia enfatizando a diferença entre brasileiros e japoneses em Pereira Barreto, passaremos a outro componente marcante tradicional das colônias japonesas, a educação, e tentaremos demonstrar como essa questão foi vista e abordada durante as inspeções dos delegados da DEOPS-SP e pelo Dr. Karman.

### **3.2.3 Educação**

No item educacional, Karman<sup>77</sup> pondera que na cidade de Pereira Barreto havia, em 1942, dois grupos escolares, uma escola municipal urbana e doze escolas rurais; o relator enfatiza, contudo, os Grupos Escolares de Pereira Barreto e o Grupo Escolar de São José. Informamos que todos eles estavam sob intervenção federal.

O grupo escolar de Pereira Barreto é muito elogiado por Karman<sup>78</sup> no relatório, por possuir um ótimo edifício para os alunos, já que o prédio possuía seis salas com capacidade de 40 alunos cada, sendo localizado próximo ao centro da cidade e tinha matriculado 203 alunos, dos quais 113 eram meninos e 90 meninas, destes 80% eram de origem japonesa.

---

<sup>77</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>78</sup> Idem.

No grupo Escolar de São José, segundo Karman<sup>79</sup>, o prédio era de madeira e possuía apenas duas salas, conforme o relatório, com condições bem modestas; nele estudavam 157 alunos, dos quais 99% eram de origem nipônica, e as aulas eram ministradas como no grupo de Pereira Barreto, por professoras brasileiras, sendo que duas atuavam em São José e quatro em Pereira Barreto. As escolas rurais abrigavam 471 alunos, sendo 283 meninos e 188 meninas, dos quais 95% tinham origem japonesa. Essas escolas eram de madeira, porém bem construídas.

O relator<sup>80</sup> afirma que a escola municipal urbana funcionava em duas salas do grupo escolar de Pereira Barreto, constando que 78 alunos a frequentavam. No entanto, informa que havia 57 meninos e 23 meninas, essa soma totalizaria 80 alunos, e não temos como saber a quantidade correta de alunos, porém o fator de destaque nessa escola é que apenas 50% de seus alunos são de origem japonesa, pois como a maioria da população que cursava as aulas era de origem nipônica, consideramos esse índice de brasileiros significativo.

Merece ênfase o incentivo que a colônia japonesa dava à educação. Mita (1999) comenta que depois da construção das escolas japonesas em cada seção, a Bratac as administrava e sustentava. Em 1933, por exemplo, organizou as Gakko-Iji-Kai (Associação para manutenção das escolas), cujo objetivo era o recolhimento da mensalidade (três mil-réis) de cada aluno e da taxa mensal dos moradores de seção por cada família (cinco mil-réis), as quais tinham a função de deixar as escolas no controle dos imigrados.

Uma vez mais verificamos como a comunidade nipônica funcionava para que a colônia obtivesse uma administração autônoma, desenvolvendo estruturas que permitiam a manutenção de associações que serviam à colônia, no caso as escolas, porém diversas organizações eram mantidas através da coleta de doações.

---

<sup>79</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>80</sup> Idem.

A Bratac fundou diversas escolas e até um internato, no início da década de 1940, com a finalidade de contribuir com a educação dos imigrantes e descendentes. A intenção de muitos japoneses era à volta ao Japão, e a educação era fundamental como forma de se situar quando ocorresse esse processo. Todavia, a partir da fixação desses imigrantes na colônia o estudo passou a ser meio de ascensão social. Muitos japoneses iam aos grandes centros procurar formações com o objetivo de ter uma vida melhor.

Karman<sup>81</sup> argumenta que a construção do internato foi realizada pelo fato de as escolas rurais não possuírem o quarto ano, e essa construção era voltada para os japoneses e só não estava sendo utilizada “devido à atual situação internacional” (leia-se Segunda Guerra Mundial), contudo, no relatório consta que a “idéia é bastante louvável”.

Em 1938, as escolas estrangeiras foram proibidas e o estudo na colônia ficou restrito às escolas brasileiras, com professores e diretores brasileiros. As discussões no Congresso e no Governo de Vargas eram profundamente nacionalistas; houve a criação de um corpo de medidas no intuito de ressaltar a educação brasileira em detrimento das escolas estrangeiras.

A proibição do ensino da língua nipônica e a nacionalização do ensino primário estremeceram as bases da cultura japonesa no país. Para Citrynowicz (2000), essa proibição era como “se pedisse o suicídio espiritual de um povo” (p.162) e Hobsbawm acrescenta que “a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial” (HOBSBAWM, 1990, p.126).

Renk (2004) assevera que a função do idioma tinha o “sentido de unificação nacional e a não permissão de formação e manutenção de comunidades étnicas, vinculados ao estrangeiro” (p.115). Destacamos que como a educação era um dos pilares marcantes da colônia japonesa, essa proibição causou reações adversas a essa política, como, por exemplo, a manutenção de escolas clandestinas.

---

<sup>81</sup>Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

O Delegado Francisco Campos Moraes<sup>82</sup> infere que era difícil, àquela época, algum filho de japonês, mesmo nascido no Brasil, não escrever e falar melhor o japonês do que a nossa língua. Isso acontecia porque, além dos japoneses valorizarem o estudo da língua natal, a falta de escolas voltadas ao ensino das duas línguas fez com que os japoneses optassem, na maioria das vezes, pelo ensino do idioma nipônico.

Outro documento<sup>83</sup>, este um semanário da Fazenda Tietê de autoria de Katsue Anzai, traz informações sobre os “Dainisei”, que são filhos de japoneses nascidos no Brasil, pontuando que em sua pesquisa ao longo da Linha Noroeste do Estado de São Paulo descobriu que nas famílias nipônicas existiam mais ou menos 40% de rapazes que pela maneira de falar não eram nem brasileiros e nem japoneses.

O documento<sup>84</sup> informa ainda que Anzai acreditava que somente 30% dos filhos japoneses no Brasil soubessem o idioma japonês. A nosso ver, essa última informação possa ter fundamento entre os japoneses que vieram de forma espontânea. Nas colônias da Bratac, cremos que essa situação ocorreria em casos pontuais e que pudesse ter sido motivada pela falta de condições financeiras, pela distância das instituições escolares ou ainda pela educação, no momento da nacionalização, haver sido ministrada por professores brasileiros.

Há um tópico no relatório<sup>85</sup> intitulado “A Fazenda Tietê e os estabelecimentos de ensino” que traz a relação das escolas criadas pela Bratac e que eram mantidas pela empresa até 1941 e que em 1948 estavam “sob a direta orientação do Governo”, a fim de nacionalizar o ensino primário. A seguir, visualizamos a Tabela 2, na qual consta a relação dessas escolas supracitadas.

---

<sup>82</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>83</sup> Colônias Japonesas do Estado. 19/01/1941. Fls 1-2. Pront. 46687 “Semanário Agrícola da Fazenda Tietê”, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. p.285.

TABELA 4 – Relação das escolas criadas pela Bratac

Nome	Categoria	Instalado em	Criado em	Nº de Professores	Nº de Alunos
Pereira Barreto	Grupo Escolar	1931	1937	4	153
União	2º Mista	1931	1939	2	122
Inhuma	1º Mista	1933	1939	2	63
Barra Bonita	1º Mista	1934	1939	1	68
Bela Floresta	2º Mista	1934	1937	2	126
Alegre	-----	1935	-----	-----	55
São José	2º Mista	1936	1939	2	157
Dourado	1º Mista	1938	1939	1	53

Fonte: Relatório Vigilância Sanitária, 1942, p. 285.

Ainda assim o relatório<sup>86</sup> aponta que havia falta de escolas no município, pois 160 crianças da Sede eram privadas do ensino primário e mais 480 crianças em diferentes partes da cidade também estavam sem o ensino, e o relatório postulava que seria necessária a criação de 12 escolas rurais para atender à demanda.

<sup>86</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

### 3.2.4 Assistência médica e os problemas com a malária

Na colônia Novo Oriente, ocorreram alguns problemas com a malária, os quais foram tão graves que chegaram a comprometer o ingresso de imigrantes já no início de sua colonização, em 1929. Kayama (1997) relata que muitos japoneses preferiam ir à Fazenda de Bastos e isso se deu pela má fama causada em torno da malária em Pereira Barreto; salientamos que essa crítica à colônia chegou até mesmo ao Japão.

O problema mais sério que a Fazenda Tietê possuía em seu interior era a malária. Umetani assinalou, quando da compra das terras, que na fazenda era impossível não encontrarem tal doença, já que a área era de mata virgem sem qualquer ação do homem, ainda por inteira a desbravar.

A fama da colônia Novo Oriente era tão ruim que no início da colonização, em 1929, um grupo de wakayamanos se recusava terminantemente a entrar na colônia. Umetani, em um relatório apresentado, assim descreve o caso: “[...] os wakayamanos não querem ingressar de modo algum, a Fazenda Tietê e repetiam ao mesmo tempo, o pedido de ingresso a Fazenda Bastos” (KAYAMA, 1997, p. 52).

A situação dos wakayamanos foi resolvida com a argumentação convincente de Umetani:

Mesmo assim, ao saber da não concordância deles (wakayamanos), falei com certa definição que Tudo bem. Nós queremos que na medida do possível ingressar no local, mas também não podemos e nem queremos levá-los a força contra suas vontades. Está bem, aqui respeito suas vontades, mas tem uma coisa, senhores podem não entrar na Fazenda Tietê, mas também não permito ingressar na Bastos, por discordar do ajuste geral, por simples caprichos individuais. Fiquem sabendo que uma vez rejeitado agora por mim, não haverá a possibilidade de readmissão para quaisquer Fazendas enquanto minha administração, mesmo após um ou dois anos, fazendo voltas das mudanças por outros locais. Portanto, reflitam bem, sobre a vantagem ou não de ingressar na Fazenda Tietê, se acham-na realmente ruim, não há jeito, mas por causa da ausência de médico, poderá solucionar com o envio de médico de Aliança ou com outras alternativas (KAYAMA, 1997, p. 52).

Os wakayamanos ingressaram na Fazenda Tietê no dia 1 de julho de 1929, todavia, o início da colonização foi complicado para a Bratac, pois o problema da malária realmente existia e era sério, porém a empresa conseguiu contornar o caso com medidas enérgicas como a exposta acima e investindo na prevenção com uma série de medidas sanitárias.

Apresentaremos alguns relatos referentes ao desconhecimento da forma de infecção da malária (maleita) por parte de alguns moradores. O relatório do Dr. Karman<sup>87</sup> expõe algumas entrevistas importantes sobre o assunto, realizadas com moradores da Colônia:

“Fui pescar na beira do rio e pisei no lodo e daí ter apanhado a maleita”[sic].<sup>88</sup>

“Êsse negócio de dizerem que o mosquito e a mosca dão a maleita eu não acredito, pois outro dia fui pescar e sem querer penetrei num mato aonde há uma erva maligna que dá a maleita e por isso fiquei doente”[sic].<sup>89</sup>

O barbeiro da cidade tinha outra explicação para a malária; segundo ele, “Maleita se pega bebendo água suja. Minha mulher bebeu ano passado um copo de água na casa duma conhecida e pegou uma maleita da brava”[sic].<sup>90</sup>

A área da saúde não inspirava grandes contentamentos. Karman<sup>91</sup> informa que muitas crianças recém-nascidas tinham problemas com o tétano pelo uso de métodos que nos espantariam hoje, como enrolar o cordão umbilical com teias de aranha ou terra, ou ainda passar estrume nas feridas. Os japoneses, não raro, tinham algum conhecimento sobre obstetrícia para os partos, e Karman achava curioso o fato de eles usarem luvas e possuírem equipamentos adequados, como estetoscópio.

Igi (1978) enuncia que em razão da malária a Bratac se mobilizou para encontrar um médico para realizar palestras preventivas na cidade. Em 05 de maio de 1935 chegaram à

---

<sup>87</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>88</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.301.

<sup>89</sup> Idem

<sup>90</sup> Ibidem

<sup>91</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

Colônia o médico. Sentaro Takaoka e o alto funcionário da Sociedade Colonizadora, Tokuya Koseki, ambos de São Paulo, a fim de pesquisarem a malária na região. Visitaram todas as famílias, consultando e orientando por mais de 40 dias. Realizaram várias vezes seminários e palestras para combater o mal.

Como podemos observar, a questão da saúde era tema recorrente na discussão acerca da Fazenda Tietê, que além dos casos de malária ocorridos desde a sua ocupação, por algum tempo sofreu com a falta de um médico local. Segundo Igi, o primeiro médico a fixar residência na Fazenda Tietê foi Tadashi Tiba, em fevereiro de 1930, era bolsista do Ministério do Exterior do Japão e exerceu sua função como funcionário da Bratac.

Antes da chegada do médico à Fazenda Tietê, quem realizava os atendimentos era o médico da Fazenda Aliança, propriedade próxima a Tietê. Handa (1980) relata sobre as fazendas que careciam de médicos, salientando que ficar doente não fazia bem à “saúde” financeira da família, pois pagar as contas do médico e dos remédios era um grande fardo.

Handa (1980) registra que não se encontrando, em geral, médicos na fazenda, as consultas eram cobradas de acordo com a distância que eles percorriam. Havia o costume de pagar-se mensalmente 2 mil réis, como antecipação, mas quem não o fazia era obrigado a gastar a cada visita – feita a cavalo, a partir da cidade – 10 mil réis até a distância de 10 km, e de 15 mil a 20 mil réis acima disso. 10 mil réis correspondiam a cinco diárias de um camarada e davam para a alimentação de seis dias de um colono.

Em geral, essa era a conjuntura das fazendas na questão médica, porém a Bratac conseguiu resolver essa questão com relativa agilidade, menos de dois anos depois de sua fundação. Desse modo, muitos imigrantes que vieram para suas terras não precisaram passar por essa situação.

Existia apenas um hospital no município, o Hospital Tietê, e quatro farmácias, as quais em conformidade com Karman<sup>92</sup> praticavam preços elevados, o que certamente dificultaria o tratamento de quem precisasse. O relator critica a Prefeitura Municipal, que não manteve nenhum tipo de auxílio aos necessitados e que se limitava a recolher algum doente em via pública para a cadeia e às vezes lhe dava algum dinheiro para se tratar em outra cidade.

Karman<sup>93</sup> compara os gastos da verba destinada à saúde e à diversão pública, argumentando que os gastos com a diversão ultrapassaram mais que o dobro dos gastos com a saúde em três anos. Ressaltamos que os números expostos na Tabela 3 e demais comparações que envolvem valores estão destacados para evidenciar a diferença de gastos entre os itens apontados; sendo assim, não trouxemos nenhum dado comparativo ao que esses valores representariam nos dias atuais:

TABELA 5 – Gastos com diversão e saúde na Colônia

Ano	Diversões Públicas	Auxílio a Saúde Pública
1939	563\$200	673\$200
1940	1:696\$000	540\$000
1941	2:593\$200	1:046\$700
Total	4:852\$200	2:259\$900

Fonte: Relatório Vigilância Sanitária, 1942, p. 305.

A conclusão do relatório acerca desses gastos é crítica “Por êsses dados vê-se claramente que a Prefeitura acha mais importante o Futebol, do que amparar um pobre maleitoso, que não tem dinheiro para comprar algumas cápsulas de quinina.”<sup>94</sup>

<sup>92</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.305.

O Hospital Tietê é descrito no relatório<sup>95</sup> como ótimo, destacando que foi construído pela Fazenda Tietê. Suspeitamos que essa iniciativa de não citar a Bratac seja porque a empresa se encontrava sob intervenção do governo, além de ser uma instituição japonesa.

Mesmo sendo uma instituição criada pela Bratac, o relator se vê obrigado a fazer boas críticas ao Hospital, que é considerado acima da média para uma cidade do porte de Pereira Barreto: “O Hospital Tietê possui (sic) instalações muito superiores àquela que deveria ter em relação ao desenvolvimento da cidade. É mesmo destoante um hospital tão bem aparelhado e organizado como numa cidade como Pereira Barreto.”<sup>96</sup>

As análises mais severas ao hospital não demoraram a aparecer, as quais foram feitas ao que o Karman considera a primeira fase do hospital, que vai de 1929, ano de fundação, até 1940, quando a direção passou a um médico brasileiro, Enio Botelho Perrone. Realçamos esse período porque são os anos em que o hospital ficou sob a administração da Bratac.

No relatório<sup>97</sup> consta que apesar de ser bem aparelhado, o Hospital era mal administrado, e mesmo possuindo sala cirúrgica não realizava intervenções, aliás, em 1934 o Imperador do Japão enviou subsídios para a construção dessa sala no Hospital Novo Oriente.

Karman<sup>98</sup> assevera que com a administração japonesa o hospital parecia muito com as organizações do Japão, salientando como era o sistema hospitalar da cidade:

O sistema hospitalar assemelhava-se em muitos pontos aos dos hospitais japoneses. Assim as observações eram redigidas na língua daquele país. Os medicamentos quasi todos eram provenientes do Japão, e os que eram manipulados na Farmácia do Hospital, possuíam no seu rótulo a composição e o modo de emprêgo em língua japonesa. Os livros da Biblioteca do Hospital eram na sua maioria japoneses. Os quartos dos doentes obedeciam aos hábitos japoneses, assim não possuíam travesseiros, e dormiam sobre acolchoados.

Não havia uma cozinha geral. Os próprios doentes, ou então seus parentes, cozinhavam no próprio quarto, sobre fogareiros, não havendo controle da

---

<sup>95</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>96</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.336.

<sup>97</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>98</sup> Idem.

alimentação e além disso tornavam o ambiente carregado, cheio de fumaça<sup>99</sup> [sic].

Observamos que a maioria das críticas duras ao hospital ocorre mais no plano do caráter étnico do que na resolução de problemas de saúde. Parece-nos que o hospital cumpria sua função de cuidado ao bem estar das pessoas, e é importante destacar que esse cuidado era propiciado basicamente pelos japoneses, no entanto, julgamos que o mesmo não deveria ser alvo de críticas por parte do relator; acreditamos que essas insinuações foram expostas por ser uma instituição criada pelos imigrantes.

Há muitos elogios no relatório<sup>100</sup> ao “tino” administrativo de Enio Botelho Perrone, reconhecendo que o hospital gozava de boa fama e que praticava vários tipos de intervenções cirúrgicas, com pessoas de outras regiões fazendo algum tipo de tratamento no hospital.

Karman<sup>101</sup> afirma que o Hospital Tietê atendia a todos, contudo cobrava por todos os serviços realizados, não havendo leitos para os necessitados. Mais uma vez o relatório tece críticas à Prefeitura Municipal, alegando que pouco se interessa pelos problemas médicos-sociais do município.

A crítica em relação à falta de comprometimento da Prefeitura para com os doentes se faz necessária quando verificamos os números expostos no relatório<sup>102</sup>, pois houve 35 mortes por falta de socorro médico em Pereira Barreto em 1941, representando 22,4 % do número total de mortes do ano.

Fato curioso no atendimento aos doentes, destacado pelo relator<sup>103</sup>, era a necessidade de intérprete do médico, já que muitos pacientes eram japoneses e não falavam a língua portuguesa. Outro fato importante no relatório é sua exposição quanto aos atendimentos,

---

<sup>99</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.338.

<sup>100</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Ibidem.

<sup>103</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942.

durante junho de 1941 a junho de 1942 foram realizados 1531 atendimentos, e o relatório traz a porcentagem de acordo com a nacionalidade, que fica em 57,76% para os nacionais e 42,24% para os japoneses. A explicação do relatório para esse alto número de nacionais é que se incluem entre os nacionais os filhos de japoneses nascidos no Brasil.

Expostos esses dados sobre Pereira Barreto e sua organização, efetuaremos uma exposição mais detalhada da influência nipônica no município, tentando perceber as relações que o governo nipônico mantinha com a Colônia “Novo Oriente” e como o Estado brasileiro encarava esse processo.

### **3.3 Influência Nipônica em Pereira Barreto**

Na discussão da Colônia Novo Oriente, a questão do poder dos japoneses se sobressai, haja vista que os documentos<sup>104</sup> da Delegacia de Pereira Barreto evidenciam a grande persuasão que os nipônicos detinham na cidade. No relatório de 18 de dezembro de 1941, consta que todos os aspectos da vida no município passavam pelo crivo dos japoneses.

A data do documento é importante, pois nos revela que foi feito pouco depois do ataque a Pearl Harbor. Em janeiro de 1942 o Brasil entraria na Guerra, e em março do mesmo ano os imigrantes do “eixo” sofreriam a intervenção federal.

A assimilação e o “abrasileiramento” são prerrogativas debatidas muitas vezes nos relatórios do DEOPS-SP, e a impressão que transmitem é a de que esse processo não fora fácil na colônia em questão por se tratar de uma cidade ainda distante e com uma população muito grande de japoneses.

Há um relatório<sup>105</sup> explicando o panorama geral das colônias; acreditava-se que a força policial deveria resolver o problema da insolubilidade; porém mais uma vez o município de

---

<sup>104</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>105</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

Pereira Barreto se tornou destaque nesse quesito, pois há um senso de que a situação no município para efeito do abasileiramento tendia a ser mais complicada.

A Delegacia de Polícia de Pereira Barreto pontua sua preocupação com os japoneses, e o relator escreve que:

Os japoneses residentes na cidade de Pereira Barreto, como em outras do Estado de São Paulo, não apresentam, acreditamos, um problema insolúvel; uma salutar repressão policial, energética e justa, de mãos dadas com os fatores apontados acima e, finalmente o tempo, se encarregarão de resolvê-lo. Mais arido e grave problema, apresentam os japoneses dos “lotes”, ou do “sitio”; acreditamos que resistirão eles por muitos anos à ação nacionalizadora, (falando dos japoneses de Pereira Barreto,) que não apresentam as características de outros aglomerados nipônicos, transitórios e movediços, e sim, enraizados e fixos [sic].<sup>106</sup>

Em relação a esse assunto, mesmo Karman (1942) que trabalha outros aspectos, como vimos acima, conclui que “Pereira Barreto é realmente um município que nasce no mais longínquo rincão Paulista”, mas cuja semente “não passa de um núcleo de japoneses”, e cuja nacionalização deve ser feita imediatamente, impedindo a vinda de novos imigrantes, pois “o japonês será sempre, aqui como em qualquer (sic) parte, um corpo estranho no organismo nacional”.<sup>107</sup>

O Delegado Fonseca<sup>108</sup> enuncia que somente medidas enérgicas e imediatas poderiam conter o rumo das ações japonesas, acrescentando que se continuassem a ocorrer essas ações de cunho étnico, poderiam acarretar graves acontecimentos no futuro. Com uma população aproximada de 80% de nipônicos, a preocupação com a formação de um quisto étnico era forte.

É importante ressaltar depois das colocações feitas pelos delegados da DEOPS e do DR. Karman que em seus discursos está incutido valores que olhavam os japoneses com

---

<sup>106</sup> Relatório do Delegado Elmur Brandão Lacerda - Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. 24/11/1944. Pront. 13423. Fls.2 – DEOPS/SP, DAESP.

<sup>107</sup> Acervo do Museu da Colonização de Pereira Barreto. Relatório Vigilância Sanitária, Dr. Moacir Karman, 1942. Pg.408.

<sup>108</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

desprezo, os fatos apontados por eles, apesar de caracterizarem a situação de Pereira Barreto foram confeccionados em meio a Segunda Guerra Mundial e há uma aura de preconceitos e chavões envolto a esses relatos.

Os japoneses, em geral, eram e são conhecidos por manterem suas tradições, o que foi percebido de muitas maneiras na Colônia; fatores de ordem cultural e jurídica que demonstraremos ao longo desta pesquisa apontarão uma forma diferente de organização e hierarquia por parte dos japoneses em relação aos mesmos fatores brasileiros.

A organização hierárquica se destaca neste estudo. Constatamos como essa organização parte dos bairros e passa pelo chefe da cidade, consulado e diversas etapas até chegar ao imperador japonês, muito parecida com uma hierarquia militar (essa discussão já foi feita no Capítulo 2), o que no caso da documentação do Estado brasileiro acaba sendo motivo de preocupação, porque havia um clima contínuo de conluio dos japoneses para um possível ataque ou tomada de terras no Brasil.

Destacados os pontos que trabalhamos nesta parte do capítulo, enfatizaremos alguns aspectos que acreditamos serem fundamentais para entendermos a influência dos japoneses na cidade e como esta foi construída através da documentação do DEOPS-SP.

### **3.3.1 Pereira Barreto, um Estado japonês?**

Começaremos este tópico com a pergunta acima. A afirmação feita pelo delegado Fonseca retrata um sentimento do Estado pelas colônias da Bratac, sobretudo, por Pereira Barreto por ser uma colônia muito organizada e influente. Há um anseio na leitura dos documentos<sup>109</sup> que passa a impressão da real existência de um “pequeno estado japonês” organizado pelos imigrantes na cidade de Pereira Barreto; a forma de vida corrente pelas ruas nos mostra o quanto isso era forte.

---

<sup>109</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

É claro que a formação de um “Estado” requer muito mais recursos do que os disponibilizados na cidade de Pereira Barreto, sem contarmos com aspectos como autonomia político-econômica, dentre outras que fomentam sua formação e que não estão presentes na colônia em debate.

É importante asseverar que a estrutura montada pela Bratac e o estilo de vida praticado pelos japoneses transmitia certa independência e em virtude destas características, o aparente exagero dos delegados da DEOPS em afirmar essa condição estatal para uma pequena colônia no interior de São Paulo.

O relatório do Delegado Carlos E. Bittencourt da Fonseca afirma que “Existe dentro do Brasil, perfeitamente organizado um Estado japonês [sic].” O relatório mostra como esse “Estado”<sup>110</sup> era organizado:

Com vastas áreas de terras, venderam companhias japonesas, a japoneses, lotes de terras, sendo impedido que neles entrassem brasileiros, conforme documento que em o Cartório de Paz desta, em poder do sr. Francisco Cústodio Paca, que diz que, só seria admitida a entrada de brasileiros nessas terras depois de outorgada a devida licença pelos chefes japoneses [sic].<sup>111</sup>

Observando os desdobramentos de nossa pesquisa, acreditamos que a chegada de um delegado à cidade com tão vasta população japonesa e com a aparência que a cidade possuía, com diversos aspectos nipônicos, deveria causar certo espanto ao visitante. A maneira como a população imigrante se comportava, fechada em suas estruturas, determinava, pelo menos para o delegado, a composição de um estado nipônico em terras brasileiras.

O Delegado Fonseca relata sua presença na cidade em 1935, asseverando que, naquela época o município ainda possuía todos os letreiros e anúncios das casas comerciais em caracteres japoneses e as ruas se encontravam ornamentadas com arbustos e flores artificiais da simbólica flor de cerejeira, conhecida no Japão como *Sakura*, importante flor da cultura

---

<sup>110</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>111</sup> Idem.

japonesa, e ele cita que em 1941 (o documento<sup>112</sup> é de 16 de dezembro desse ano) já não se veem os letreiros em japonês devido à restrição policial.

Na cidade de Pereira Barreto, tudo é japonês; o hotel, o hospital, o posto de gasolina, a oficina mecânica, a industria (fabricas de seda), etc. – De brasileiros so há funcionários públicos, um medico, farmacêuticos, uns 3 dentistas e alguns elementos, em pequeno numero, de mentalidade mui pouco desenvolvida. A principal rua desta cidade se chama ‘Avenida Nipon.’<sup>113</sup>

Verificamos que os delegados ficavam atentos aos variados aspectos da cidade de Pereira Barreto; seu antigo nome, então colônia “Novo Oriente”, remetia claramente ao seu país de origem, e o nome da principal avenida, “Avenida Nipon”, era outra referência ao Japão. Esses fatos não passaram incólumes aos olhares dos relatores que fizeram os autos na cidade.

Devemos olhar mais de perto o documento da Delegacia de Polícia de Pereira Barreto, nos quais o Delegado Fonseca expõe que “Partidários da política de suborno, aplicam-na em larga escala, não medindo sacrificios para a consecução dos seus fins, o que lhes tem trasido vastos proveitos.”[sic]<sup>114</sup>, salientando que usavam essa prática com os funcionários públicos brasileiros: “não é pequeno o número dos funcionários públicos, que aqui vem proceder á fiscalisações, que se enchem, medindo o patriotismo pelos zeros que uma nota contem (sic)”<sup>115</sup>.

Salientamos que essa crítica, por aparecer diversas vezes nos relatórios, transmite a percepção de que os japoneses praticavam ações com o intuito de obter influência em determinados setores na cidade, aqui destacado pelos delegados o jurídico. Outro fator que

---

<sup>112</sup> Delegado Carlos E. Bitencourt da Fonseca. Pasta “Carlos Yoshiyuki Kato”. 16/12/1941. Pront. 21605. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>115</sup> Idem.

merece ênfase é a censura aos funcionários públicos nacionais, além do fator recriminatório à questão do suborno, ainda destaca o fator pátrio, de ferimento ao Estado brasileiro.

Essa percepção de controle da cidade passa pelo gerente da Bratac, que na época era Yamon Abe (administrou a Bratac de janeiro de 1941 a março de 1942), considerado, para os japoneses, a partir de relatos do delegado Fonseca, como chefe municipal e suas palavras de grande persuasão na vida da colônia, já que “sem ele nada faz o japonês; o que ele determina é fielmente executado”.<sup>116</sup>

Os relatórios indicam uma organização à parte dos japoneses, o que poderemos constatar em outras partes deste estudo. A partir dos relatórios, fica a nítida impressão de que os nipônicos seguiam os comandos da Bratac, independentemente da esfera em que ela atuasse, seja econômica, política ou cultural. Os mecanismos desenvolvidos pela empresa em suas colônias mostram que esse fenômeno se repete, já que essas características foram vistas em Bastos e as observaremos também em Pereira Barreto.

Não descartamos que houvesse alguma resistência entre alguns imigrantes vindos por meio da Bratac a alguma de suas políticas implantadas no Brasil, já que são normais resistências em qualquer sociedade constituída. A falta de documentos não permite que façamos tal afirmação, no entanto acreditamos que se houve oposição as ações promovidas pela empresa japonesa não devem ter sido de grande porte até mesmo por acreditarmos que os japoneses formavam um grupo mais ou menos coeso.

Há ainda uma revelação deveras relevante para nosso estudo: o relatório assevera que “Para mais cunho de Estado, os sitiantes japonezes pagavam e ainda pagam impostos á Companhia Colonizadora do Brasil Limitada, que faz às vezes de sede de governo (sic)”<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> Delegado Carlos E. Bitencourt da Fonseca. Pasta “Carlos Yoshiyuki Kato”. 16/12/1941. Pront. 21605. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>117</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

Nenhum documento que encontramos assevera que o pagamento de impostos a Bratac estava previsto em contrato ou coisa do tipo; acreditamos que esse pagamento pudesse ter sido feito para a construção de um caixa para possíveis necessidades ou, posteriormente, para provisões de guerra.

O Delegado Fonseca deixa claro que havia provas dessa prática de pagamentos dos impostos:

Em o caixão que nesta data segue, vão diversos documentos que comprovam perfeitamente o que se disse. Nele se encontram talões de impostos, boletins de Grupo Escolar, pedidos de dinheiro para a guerra, para construções de escolas, e etc., diários, cuja tradução podem trazer esclarecimentos e fotografias [sic].<sup>118</sup>

De qualquer maneira, entendemos que esse pagamento de imposto, que infelizmente o relator não cita a periodicidade, se torna mais um item de preocupação ao governo brasileiro e de ligação com o governo nipônico, haja vista ser perceptível que até a intervenção federal não ocorrera nenhum corte das relações entre a Colônia e o Japão, fato ocasionado pela pouca atuação do governo brasileiro nessa área.

Como é uma questão importante devemos considerar ainda o que o delegado considera ainda como imposto, a falta de precisão nesse dado só nos permite criar hipóteses em relação a esse fato. Podemos pensar que este imposto citado pode ser o pagamento de mensalidades para a manutenção de alguma associação ou mesmo para as escolas, ainda, considerando o período de guerra, a remessa de dinheiro para algum parente ou cidade afetada pelo conflito. O que para o delegado é uma fonte importante de pagamento ao governo japonês, que ele também não dispõe de valores, pode ser contribuições, como no caso das escolas, corriqueiras que até os dias atuais fazem parte do universo dos descendentes nipônicos no Brasil.

Observamos que há apenas uma penetração brasileira em Pereira Barreto no momento da repressão. Somente quando foi desencadeada a Segunda Guerra Mundial o governo

---

<sup>118</sup> Idem.

brasileiro conseguiu atingir essa população, mesmo assim a partir dos planos estadual e federal, pois há documentos<sup>119</sup> que acusam os prefeitos da cidade, que mesmo sendo brasileiros, se sujeitavam às ordens dos japoneses.

Sobre essa acusação em relação aos prefeitos de Pereira Barreto, o Delegado Fonseca<sup>120</sup> comenta a situação disposta na cidade:

Há pouco tempo foi efetuada a mudança do prefeito municipal deste. Saiu o sr. João Batista de Castilho, empregado dos japoneses, entrando em seu lugar o sr. Arlindo Custodio Leite. [...] O sr. Arlindo sempre foi uma pessoa de poucos recursos econômicos, pois, empregado como escrivão da Coletoria Estadual local, vivia sempre afastado do cargo para tratar da deposição do antigo prefeito e sua nomeação, que como se vê, foi conseguida. O município com a mudança, nada perdeu, como também nada ganhou. Continua a mesma sujeição aos dirigentes nipônicos<sup>121</sup> [sic].

A aquisição de um rádio amador<sup>122</sup> pelo prefeito Arlindo Custodio Leite, em 1941, é descrita pelo Delegado Fonseca, o qual salienta destaca que essa estação de rádio amador pertencera ao antigo diretor do Grupo Escolar de Pereira Barreto, Mario de Oliveira, o qual, segundo ele, “sempre pertenceu aos amarelos” e que chegava a efetuar “festas tipicamente japonezas com os alunos das escolas públicas”<sup>123</sup> [sic]. Para Fonseca, essa aquisição só poderia ter sido feita com o dinheiro dos japoneses, dada a pouca condição financeira do prefeito, e sobre isso enuncia:

mesmo porque, em toda a sua conhecidíssima vida desonesta, nunca, nem de leve, mostrou a mínima queda para ser um radio amador, e não podendo por não convir os japoneses terem estações dessas, dão-nas para os seus amigos, aguardando oportunidades para dela se servirem. Corujas (?) [sic]<sup>124</sup>.

Sobre o uso do rádio dois pontos, em nossa opinião, merecem ser levados em consideração. O primeiro é que seu uso estava proibido para os japoneses e se realmente

---

<sup>119</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Ibidem.

usaram, como o descrito pelo delegado, um “laranja” brasileiro para ter o equipamento isso viria ser passível de punição, e mesmo julgando que essa prática não estava conforme a lei prevista era prática comum entre os descendentes que tinham restrições ao uso do aparelho.

O segundo ponto a ser discutido é a real finalidade do uso do rádio, considerando que o aparelho estava em posse dos japoneses é precipitado, talvez certo, mais ainda assim afoito o julgamento que o rádio era usado para receber ordens do exército no Japão ou outras hipóteses desse tipo levantadas na época. Acreditamos que existia a possibilidade também de saber notícias dos parentes que ficaram do outro lado do mundo e mesmo do andamento da guerra, por fontes japonesas, que se desenrolava naquele momento.

As acusações impactantes do Delegado Fonseca nos transmitem a forte influência dos japoneses na cidade. Percebemos, diversas vezes, por meio das informações descritas pelo relator que os imigrantes em Pereira Barreto se destacavam em todas as esferas da sociedade, criando campos de poder que lhes permitiam caminhar livremente, independentemente da legislação imposta naquele momento.

Em vários pontos da documentação estudada percebemos que os japoneses driblavam as leis impostas contra os estrangeiros; o uso do rádio era restrito, e através dessa “jogada” com o prefeito municipal conseguiam utilizar esse recurso. O suborno era outra prática utilizada para conquistarem seus objetivos. Essas alegações são feitas a partir de nossas fontes, mas julgamos que essa situação realmente poderia perdurar na cidade.

Convém realçarmos como o governo brasileiro ficava de mãos atadas a esse processo, haja vista que se trata de um documento oficial que aponta tal ocorrência, e mesmo sabendo disso o governo nada podia ou nada fez a respeito até a intervenção federal. Essa assertiva corrobora com a exposição supracitada acerca da possibilidade de os prefeitos da cidade estarem sujeitos aos mandos e desmandos dos nipônicos. Também corrobora a afirmação de

os órgãos brasileiros serem carentes de atuação nessas localidades, deixando a cargo dos imigrantes a criação de instituições que facilitassem suas vidas.

No tocante as influências nipônicas outro documento<sup>125</sup> corrobora com os fatos apresentados até aqui, postula que os organismos japoneses concorriam diretamente com os órgãos governamentais, assinalando que a Caixa Econômica Estadual, por exemplo, não resistiu à concorrência do Banco América do Sul (antiga Casa Bancária Bratac), mais uma vez é destaque a preferência entre as instituições de origem nipônica em detrimento das brasileiras. Destarte, acreditamos que essa escolha ocorreu de forma natural, porque o banco América do Sul desenvolveu políticas de crédito especiais para os japoneses, além de estar ligado ao grupo Bratac.

Parte do documento<sup>126</sup> aponta um aspecto importante da cultura japonesa, citando uma série de eventos organizados pelos japoneses, como sessões cinematográficas, eventos esportivos, literários, conferências instrutivas, teóricas e culturais. Fonseca<sup>127</sup> descreve a vinda de japoneses de todos os cantos da cidade e mesmo de outras a esses tipos de eventos, que poderiam durar a semana inteira, e lhe causava estranheza a falta de sequer uma palavra no idioma nacional.

A nosso ver, é evidente que para um delegado da época, que estava em busca de um “abrasileiramento”, essas festas deveriam repercutir o que era de mais sombrio, um verdadeiro enquistamento em uma situação de total falta de controle do Estado. Todavia, esses encontros entre japoneses de diversas cidades ocorreram muitas vezes, e mesmo nos dias atuais essa convivência é percebida. Consideramos essa constatação como do cotidiano dos nipônicos, e entendemos a posição desconfortável do relator.

---

<sup>125</sup> Relatório do Delegado Elmur Brandão Lacerda - Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. 24/11/1944. Pront. 13423. Fls.2 – DEOPS/SP, DAESP.

<sup>126</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>127</sup> Idem.

O Delegado Fonseca afirma que em todas as casas se encontravam quadros negros, giz e livros, tendo encontrado em poucas batidas quase mil livros; acrescenta que a cidade é um verdadeiro Japão dentro do Brasil, pois “Só se fala japônez, só se lê o japonez e só se vive do Japão”<sup>128</sup>[sic].

A situação descrita por Fonseca é constante nos relatórios que abordam as colônias da Bratac. Além dessas colônias sempre estarem envoltas em aspectos japoneses, o grande valor atribuído à educação também se faz presente nesses núcleos. Pereira Barreto não ficaria atrás nesses quesitos, e julgamos essa informação pertinente, mas dentro da normalidade, em se tratando de colônias japonesas.

Fonseca<sup>129</sup> enumera as características de governo na cidade por parte dos nipônicos, nas quais percebe a ação dos três poderes, o executivo, o legislativo e o judiciário. Acrescenta que como chefe do executivo, o Imperador Nipônico, que tem como seu representante uma espécie de “governador” Yamon Abe, gerente da Bratac, havia a existência de uma série de “secretários” que ficavam responsáveis por determinadas áreas como instrução. O secretário de instrução se chamava Shoe Anzai e era responsável por “tirar toda a influência dos pequenos brasileiros, filhos de japoneses, possam ter adquirido no grupo escolar.”<sup>130</sup>

Havia o Secretário de Propaganda,. Kunio Hemne, que por meio de circulares fez a propaganda do Japão, unindo os “nipões” e o legislativo. As leis eram divulgadas através de circulares elaboradas pelos japoneses, e quando acontecia algum crime ou desentendimentos, entravam em ação os “juízes” e as penas impostas eram cumpridas sem qualquer intervenção das leis estaduais ou nacionais.

Novamente nos deparamos com uma informação que precisa ser analisada mais de perto, a afirmação do delegado sobre as leis é importante e merece ser discutida com atenção.

---

<sup>128</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Ibidem.

O delegado não aponta que tipo de leis eram promulgadas pelos imigrantes, no entanto quando ele cita as circulares, nos chama a atenção o fato que isso era um fato cotidiano da população japonesa que mesmo nos dias atuais continuam sendo usadas para a informação da comunidade nipônica. Acreditamos que o hábito diferente e o modo de analisar as ações de outra perspectiva da sociedade japonesa criaram a ilusão para o delegado de haver leis criadas através das circulares.

Mita (1999) postula que a organização social da colônia de Bastos, que também estava sob o controle da Bratac, era uma reconstituição da estrutura social rural do Japão; assinalando que essa reconstituição não estava limitada somente à estrutura da sub-organização administrativa regional, que frequentemente coincidia com a comunidade japonesa, porém abrangia até mesmo a organização regional maior. Essa situação também é percebida na colônia “Novo Oriente”, em uma iniciativa da Bratac, e o tipo de organismos sociais criados no Japão se repetiam em terras brasileiras, com clara influência nipônica.

O relator Eduardo Lousada Rocha informa que Pereira Barreto estava envolta nos mesmos moldes traçados para as outras colônias da Bratac, a qual controlava a produção, o controle demográfico, os serviços de conscrição militar japonesa e as atividades culturais<sup>131</sup>.

Mizuno (1955) afirma que as notificações de nascimento, de óbito e demais eram entregues diretamente às autoridades brasileiras pelos colonizadores japoneses. A Bratac as recebia através da coleta feita pela associação japonesa de cada seção, e as entregava às autoridades competentes.

O Delegado Fonseca ironicamente descreve a situação da cidade de Pereira Barreto, sugerindo que no município “o brasileiro é o gazi<sup>132</sup> (extrangeiro) que com seu tacão está

---

<sup>131</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>132</sup> Na realidade o termo é “gaijin” que significa “estrangeiro”.

dominando os coitadinhos dos amarelos.”<sup>133</sup> Ele ainda destaca “E estes (os japoneses) hão de lutar, de tudo fazer para se livrarem do jugo brasileiro, jugo humilhante... (?!)”<sup>134</sup>

Essas ponderações do Delegado Fonseca nos mostra como na cidade de Pereira Barreto houve uma inversão de pátria no município, as ações ocorridas eram pautadas pelo elemento japonês, não pelo nacional. O destaque irônico que o Delegado fez a seguir só acentua esse processo.

Sobre a organização dos japoneses, outro relatório<sup>135</sup> indica a existência de chamados “professores de instrução física” que na verdade se tratavam de “chefes da mocidade” que distribuía tendências militares com princípios rígidos de disciplina. Há ainda os chamados “Chefes de instrução patriótica”, os quais são encarregados de palestras e conferências destinadas a manter o espírito dos seus patrícios sempre voltado ao Japão.

Esse relatório expõe ainda que os japoneses não usavam os hábitos e costumes brasileiros<sup>136</sup>, preferindo manter seus hábitos japoneses, como alimentação, casamento, métodos de lavoura etc.; pontua também que os casamentos com brasileiros não eram permitidos, “chegando ao ponto até de deixarem, os paes [sic], de solicitar a intervenção da Policia quando uma filha é deflorada”.<sup>137</sup>

Os enunciados supracitados demarcam uma série de elementos que compunham a vida na cidade de Pereira Barreto; constatamos uma organização à parte dos nipônicos, remontando, como já apontamos, as relações que possuíam na época em que viviam no Japão. Sobre a intervenção da polícia no caso de “defloramento” da filha de japoneses, a questão circula muito mais envolta da honra da família do que falta de confiança nos órgãos

---

<sup>133</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> Delegado Carlos E. Bitencourt da Fonseca. Pasta “Carlos Yoshiyuki Kato”. 16/12/1941. Pront. 21605. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Ibidem.

brasileiros, que até poderia ser um fator, mas acreditamos que o fato de não tornar público um caso como esse tenha maior peso.

A Bratac participa desse processo de semelhança com a estrutura japonesa formando as *ijú-chi* (Ver Capítulo 2) e se posicionando como porta-voz dos imigrantes, mesmo quando a Colônia se transformou em cidade. Em 1938, o município já era reconhecido e possuía suas estruturas como Câmara Municipal e Prefeitura, e mesmo assim a Bratac continuou atuando de forma paralela a esses poderes e os japoneses mantiveram os mecanismos a que estavam acostumados.

O relatório<sup>138</sup> continua indicando as características da população japonesa nas colônias, descrevendo que os japoneses tinham necessidade de falar com seus chefes sempre que eram intimados por alguma repartição pública a fim de prestarem esclarecimentos; se dirigiam aos seus chefes para receber instruções de como se portar e o que falar nessas ocasiões.

Lousada<sup>139</sup> registra que mesmo quando eram pegos de surpresa nada diziam, alegando não estarem cientes do assunto ou não dominarem a língua portuguesa; nesse último caso, um interprete era chamado, no entanto, segundo o relatório, normalmente era japonês e também não passava as informações corretas para o órgão que estava fazendo a averiguação. Essas afirmações são relativas a todo e qualquer núcleo japonês, contudo de forma mais acentuada se referem aos núcleos de Pereira Barreto e Valparaíso, onde atingem maior grau de organização.

Na sociedade constituída em Pereira Barreto, consideramos comum os japoneses buscarem se resguardarem diante da polícia. Eles sabiam que estavam sendo vigiados, precisavam de permissão para uma série de fatores da vida cotidiana, como, por exemplo,

---

<sup>138</sup> Relatório de Eduardo Lousada Rocha, Delegado Adjunto de Ordem Política e Social. Superintendência de Segurança Política e Social. São Paulo - 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1-2, DEOPS/SP, DAESP.

<sup>139</sup> Idem.

mudar de endereço ou fazer uma viagem, e é plausível que buscassem informações com os membros mais proeminentes da Colônia para então se pronunciarem. Poderia ocorrer realmente o desconhecimento da língua portuguesa e a necessidade da busca de um intérprete, esse fato ocorria nas consultas médicas (como mostramos anteriormente).

Conclusão do relator Carlos E. Bittencourt da Fonseca, Delegado Regional de Polícia de Penápolis de 16 de dezembro de 1941, afirma que nos núcleos japoneses a maior preocupação dos dirigentes era manter o espírito patriótico japonês debaixo da rígida disciplina e resistir à influência do espírito de brasilidade. O relator não acreditava que teriam qualquer intenção agressiva no momento, senão, talvez, um período preparatório.

Sobre a conclusão do relator Fonseca, assinalamos ser importante destacar sua clara preocupação com a resistência à influência brasileira e seu temor por uma agressão japonesa, pequena, claro, mas existente em sua concepção. Esse sentimento de possível agressão ou invasão japonesa que consta também em outros relatórios é importante ferramenta de análise da sensação que esses delegados possuíam, evidenciando que superestimaram o potencial da Colônia, ficando atentos a qualquer movimentação que pudesse confirmar suas suspeitas.

Esse tópico, a nosso ver, demonstra como a Bratac e a comunidade japonesa na cidade de Pereira Barreto se organizaram para montar as estruturas que compreendiam ser necessárias para seu modo de vida. Nos documentos apresentados podem conter exageros, contudo retratam como os imigrantes nipônicos se cercaram para repetir no Brasil o estilo de vida que mantinham no Japão, e pelo visto conseguiram completar essa tarefa com relativo sucesso, pelo menos até a intervenção federal em 1942.

Salientados esses dados relativos à organização nipônica e à realidade social criada na cidade de Pereira Barreto, verificaremos em seguida como a visão dos delegados nem sempre pendeu para uma análise neutra acerca desse processo; acreditamos que o calor dos debates e

o espanto dos delegados em relação à cidade tenham influenciado sua apreciação da colônia formada.

### 3.3.2 “Teorias da Conspiração”

Os documentos<sup>140</sup> brasileiros referentes aos nipônicos, apesar de extremamente esclarecedores em diversos pontos, o que nos permite tentar reconstruir parte da vida japonesa na época que estudamos. Gostaríamos de ressaltar que o nome dado ao tópico evidencia nossa posição em relação às discussões apontadas nessa parte da pesquisa. É importante lembrar que mesmo as afirmações dos delegados terem, em nossa opinião, passado distantes da realidade passa parte do clima instaurado pelo Estado contra os japoneses.

Predomina certo clima de “teoria da conspiração” dentre os departamentos relacionados à fiscalização dos japoneses (a delegacia, por exemplo), principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. O clima de “perigo amarelo” é debatido e explorado pelos opositores da imigração japonesa e será recorrente durante o conflito mundial.

No tocante ao sistema de organização dos japoneses, em vários documentos podemos observar uma disciplina para que todo o sistema fosse o mais perfeito possível. Também constatamos elementos importantes da cultura japonesa, tais como a formação de diversos clubes para os mais variados tipos de encontros, seja Associação dos Moços, de Moças, entre outros, que estavam conectados às raízes japonesas. As representações das características dos japoneses feitas pelos delegados da DEOPS/SP abrangiam diversos aspectos dentre eles até um possível arsenal.

O Delegado Fonseca relata sobre armas as em posse dos nipônicos:

Estes, talvez por ignorancia, talvez pela certeza do golpe vitorioso ou talvez ainda por julgarem demais ignorantes os brasileiros, diziam e ainda dizem, embora com menor intensidade, que possuem diversos subterraneos espalhados, onde existem muitas armas, para brigarem com os brasileiros, dizendo encontrarem-se entre elas, diversas automáticas e granadas.

---

<sup>140</sup> Documentação do DEOPS e da Vigilância sanitária que estão expostos nessa dissertação.

Dizem ainda que em cada casa de japonês, existem pequenas peças, que olhadas por qualquer pessoa, não são percebidas e nem lhe são dados valores, mas que a um determinado sinal, dados por sinos espalhados de distâncias em distâncias, os seus possuidores sairão com elas e formarão pequenos canhões. Mesmo tem peças para carros blindados [sic]<sup>141</sup>.

Percebemos, com a leitura desses documentos, que existia um clima de medo da ação que os japoneses poderiam desempenhar em Pereira Barreto; todavia, é complicado crermos que o Delegado tenha encontrado indícios dos fatos pontuados por ele, mesmo porque os episódios por ele narrados, a nosso ver, dificilmente não teriam gerado provas.

Se pensarmos em uma cidade pequena como Pereira Barreto, acreditamos que provocaria curiosidade qualquer construção, ainda mais de diversos túneis que receberiam armamentos. Outro fato relevante é a caracterização de peças que serviriam para formar canhões e carros blindados passarem despercebidas, como se fossem parte de alguma decoração. Julgamos que o Delegado, na melhor das hipóteses, tenha se deixado levar por boatos e destacou essa situação em seus relatórios.

O Delegado não sustenta suas hipóteses sobre um movimento de invasão japonês, somente na presença de armas; ele também enuncia que o perigo pode vir dos céus:

Em diversos pontos do município existem áreas de terras (de 10 a 15 alqueires) completamente planas e plantadas com algodão. Nesses terrenos, não existem tócos e se alguma coisa há que atrapalhe para que ele venha a ser utilizado como campo para pouso de aviões, com dois dias de trabalho, como dizem os nipônicos se tornarão eles aptos a se prestarem para o fim a que se destina [sic]<sup>142</sup>.

Fazendo uma análise com menos emoção, podemos afirmar também que essas áreas indicadas pelo Delegado podem servir somente para o fim aos quais elas já estavam sendo destinadas, ou seja, à plantação de algodão. O delegado Fonseca, nesses casos, somente faz

---

<sup>141</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>142</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

conjecturas sem provas determinantes; ele poderia até ter certa razão, contudo os documentos a que tivemos acesso não nos permitem essa assertiva.

Takeuchi (2002) assevera que os núcleos de japoneses de Pereira Barreto e Alianças (SP) foram secretamente observados:

O investigador José Candido da Silva relatou que havia presenciado o final de uma reunião na qual de 20 a 30 japoneses chamaram os brasileiros de “bobos”, diante do fato de que eles (japoneses) possuíam uma longa linha de comunicação telefônica que os prevenia de qualquer ação por parte das autoridades. A luz elétrica, continuou o investigador, funcionava bem até o Japão entrar em guerra com os EUA. No entanto, a partir dessa data, as luzes se apagavam constantemente: “Os brasileiros não escondem o seu temor por um levante dos nipões [sic]... (TAKEUCHI, 2002, p.61 apud Relatório de investigação de José Candido da Silva, investigador, para Carlos E. Bittencourt da Fonseca, Delegado Regional de Polícia de Penápolis. Córrego (SP), 23 de janeiro de 1942. Pront. 8342 – Niponismo – vol. 1. DEOPS/SP, DAESP.

O relatório<sup>143</sup> da Delegacia de Polícia de 18/12/1941 empreendido acerca das condições do município de Pereira Barreto traça um perfil de uma cidade que necessita ser fiscalizada de perto:

Inicialmente, cumpre afirmar a gravidade da situação em que este município se encontra, a ponto de, de acordo com inúmeras provas obtidas por esta, em diligências efetuadas, parecem viável um levante armado de nipônicos, que em completo desprezo a própria vida, poderão obedecendo á ordens recebidas diretamente do governo japonês, tentar desarticular a vida interna do país.<sup>144</sup>

Como podemos observar, esses apontamentos de armas estranhas, planos conspiratórios, montagem de blindados, descampados para pousos de aviões foram relatos não comprovados pelas investigações realizadas na cidade. Esses fatos, em nossa compreensão, faziam parte do imaginário destinado aos japoneses do que realmente dos eventos concretos como o Japão manter uma base militar com essa estrutura no Brasil.

É de suma importância destacar que, em nossa opinião, não haveria nenhum plano do governo japonês para uma invasão no Brasil, os dados colocados pelos delegados sobretudo

---

<sup>143</sup> Delegacia de Polícia de Pereira Barreto. Delegado Dr. Francisco Campos Moraes 18/12/1941. Pront. 13423. DEOPS/SP, DAESP.

<sup>144</sup> Idem.

neste tópico demonstram mais a imaginação envolta neste aspecto do que provas contundentes de qualquer plano de ataque ao país. Asseveramos que essa criação de um imaginário social servia mais no intuito de demonizar o imigrante do que um sério risco da soberania do país.

Outro ponto importante é o tamanho da cidade de Pereira Barreto, que não chegava a 11 mil pessoas, e que pelos números do censo de 1940 não chegavam a 50% da população formada de japoneses. Todos os dados elencados para este estudo apontam que a estrutura montada pelos japoneses foi de grande porte, mas acreditamos que de forma alguma seria suficiente para desencadear uma ação para “desarticular a vida interna do país”.

Mediante a leitura dos documentos e da bibliografia relativa à imigração japonesa no Brasil temos a impressão que parte da sociedade realmente poderia alimentar certo receio de uma invasão japonesa no Brasil com base em um “perigo amarelo”<sup>145</sup>. Todavia, esse temor ocorria devido à situação de conflito mundial que se desencadeava e pela própria política imperialista a que o Japão se submetera desde o início do século XX.

Kimura (2006) discorre sobre o que viria a ser esse “perigo amarelo”:

O “perigo amarelo”, que se constituía num suposto plano de invasão diabólico dos japoneses, fez parte do imaginário popular em vários países durante a Segunda Guerra Mundial. A acusação de ser um “quinta-coluna”, ou seja, um agente deste plano de ataque, afetou japoneses e seus descendentes de diversas maneiras, desde simples xingamentos em brigas de crianças, até o cerceamento da liberdade sob alegação de espionagem e sabotagem (KIMURA, 2006, p.16-17).

Mita (1999) propõe que as colônias étnicas japonesas como a de Bastos (ou a Novo Oriente) foram objetos de censura política e também sociocultural por parte da sociedade brasileira, tanto que assinala que “Luis Carlos Prestes considerava a corrente imigratória

---

<sup>145</sup> Takeuchi (2002) afirma que a expressão “perigo amarelo”, derivada do inglês *yellow peril*, foi difundida nos EUA ante o temor de uma invasão asiática durante o início do século XX. MORIMOTO, 1999, p.101 apud TAKEUCHI, 2002, p.14.

japonesa para o Brasil, daquela época, como uma invasão militarmente organizada” (MANCHETE, 07/01/1985, p. 35 *apud* MITA, 1999, p. 104).

Os organismos brasileiros de repressão também colaboravam com esse clima conspiratório, essencialmente depois da formação dos Dops em alguns estados; entretanto como já expusemos, não foram encontradas provas de qualquer plano de tomada do país partindo de Pereira Barreto.

Sakurai (2000) pontua que a tutela do governo japonês levantava polêmicas, e uma delas era sobre o perigo que o Brasil incorria com a presença nipônica, já que o Japão passava um período de imperialismo belicoso. Sobre esse perigo, a autora cita a existência de mapas da América do Sul e de São Paulo, difundidos na época e escritos em japonês, que demarcavam onde os japoneses estavam instalados.

A utilização desses mapas era a prova de uma possível existência de plano para a conquista da América do Sul, pois assinalava que as colônias japonesas tiveram sua localização previamente determinadas pelo governo japonês com o intuito de penetração das tropas japonesas. Sakurai lembra que os japoneses possuíam colônias no Paraguai e Argentina, o que aumentava o temor por tal ataque.

Rumores como o ocorrido em Pereira Barreto não era exclusivo da cidade. Lesser (2001) infere que boatos espalhados pelos brasileiros em relação aos japoneses eram comuns e replicados pelos próprios imigrantes à medida que cada um dos grupos tentava demonizar e dominar o outro âmbito da linguagem popular. Lesser aponta, por exemplo, que em Marília, cidade de grande população japonesa, “correu uma história, na qual muitos acreditaram, de que um bebê-monstro havia predito que o Japão ganharia a guerra num prazo de um ano” (HANDA, 1987, p. 640 *apud* LESSER, 2001, p. 239).

Por mais que esses fatos não tenham realmente se concretizado e que as acusações sobre os diversos aspectos que apontamos não tenham sido comprovadas, fica a importante

marca da construção de um imaginário em relação ao outro, o que faz com que a percepção para o imigrante japonês seja alterada, construindo padrões de identificação e exclusão do imigrante.

Apresentada essa visão “conspiratória” sobre Pereira Barreto, destacamos um movimento importante implantado pela Bratac em suas colônias, o Movimento GAT.

### 3.4 Movimento GAT

Observamos alguns fatores de destaque nas políticas desenvolvidas pela Bratac, e entre eles se encontra a fixação de seus beneficiados no Brasil, já que a empresa desenvolveu mecanismos para que os imigrantes que estavam sob sua orientação ficassem de forma definitiva em suas terras, organizando as chamadas *ijú-chi*<sup>146</sup>.

A intenção do governo japonês na concepção das *ijú-chi* era a criação de organismos de infraestrutura e instalações necessárias às atividades produtivas dos colonos. Esse tipo de colônia abrangeu como uma de suas ideologias o Movimento GAT (sigla de “Gozar a Terra” no sentido de amar a terra).

A esse respeito, Yamashiro (1992) assim postula:

No decorrer das oito décadas da história da imigração japonesa no Brasil foram criadas numerosas colônias, mas muitas delas desapareceram em tempo relativamente curto, ao passo que as *ijú-chi* implantadas pela Bratac continuam a se desenvolver ainda hoje. Parece não haver dúvida de que esse resultado se deveu à orientação traçada pela empresa de introduzir imigrantes resolvidos a se erradicar permanentemente no país (YAMASHIRO, 1992, p.158).

A fixação dos japoneses era motivo de preocupação nas colônias. Realçamos uma pesquisa desenvolvida por Shungoro Wako em 1937, relativa à residência permanente ou ao retorno ao Japão na linha Noroeste, na qual os resultados indicaram que dos 24 mil

---

<sup>146</sup> Local para onde se transfere a residência em caráter permanente.

entrevistados, 85% optariam pelo retorno a seu país natal, 10% pela permanência no Brasil e 5% não sabiam se ficariam no Brasil ou se retornariam ao Japão.

Esse movimento de fixação era de suma importância até para justificar o alto investimento empreendido pelo governo nipônico na montagem dessa estrutura disposta em função dos imigrantes instalados. Entendemos que não seria de interesse do Estado japonês preparar um organismo desse porte para moradores transitórios; ademais, essas colônias também serviam o Japão economicamente, haja vista que boa parte do algodão comprado pelo país vinha desses domínios.

Expostos esses fatos, salientamos o Movimento GAT (Gozar à Terra) promovido pela Bratac. Sakurai (2000) assim descreve essa campanha:

O trabalho é também o elemento fundamental para as companhias de colonização, tal como a Bratac, que têm como meta a produtividade e o lucro. Ao inserir no GAT vários itens relativos ao trabalho, a companhia nada mais faz do que perseguir seus objetivos se utilizando da arca da diferença através do trabalho e da inovação, mas ao mesmo tempo, alimentando permanentemente o sonho do retorno pela equação trabalho/poupança/retorno. É uma relação perversa que combina interesses de cunho eminentemente capitalistas visando o lucro, que desafia os indivíduos e suas famílias e ainda aciona a ideologia nacional do espírito japonês para regular todo este conjunto (SAKURAI, 2000, p.109).

O folheto da Campanha GAT indica que esse movimento se iniciou em 1933 e procura difundir essa ideia entre seus núcleos coloniais. Há também um relatório da Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada datado de 1937 que aponta os objetivos do movimento:

- a)– Compra, venda, locação e hipoteca de imóveis;
- b)– Introdução de imigrantes;
- c)– Construção e exploração de estradas de ferro, de rodagem e quaisquer outras vias de comunicação;
- d)– Utilização e exploração de terras de sua propriedade;
- e)– Todos e quaisquer outros negócios e operações concernentes à colonização. Já é domínio público que a maior parte dos esforços até hoje despendidos pela Sociedade vem sendo aplicada nos serviços de instalação e desenvolvimento de núcleos coloniais cuja organização, aliás sem nenhum favor, é das mais inteligentemente orientadas e executadas na espécie, sem falar da sua largueza, de escala pouco comum.
- f)– Meios mais econômicos de explorar as áreas de 10 alqueires ou mais de terras.[sic] (GAT, 1937, p.1).

Os pontos de “a” a “f” identificavam as ações que a Bratac já vinha realizando desde o início de sua colonização. Percebemos que ela se autoelogia no ponto “e”, e julgamos que realmente esse é um fator de destaque da empresa, pois sua colonização atingiu seus objetivos e foi feita de forma inteligente.

No folheto, salientamos a distinção da Bratac em relação às outras companhias de função semelhante:

A Sociedade não se limita a vender suas terras, distinguindo-se assim de tantas outras companhias de colonização; ela se ocupa em promover aos interesses e a felicidade de cada um de seus colonizadores, em harmonia com o bem estar coletivo em prol do engrandecimento do Brasil, mobilizando pra tal todos os meios inerentes á inteligencia, organização e esforços [sic] (GAT, 1937, p.1).

Essa campanha se mostra diferente de uma simples Companhia que objetiva simplesmente os lucros, claro que isso faz parte da pauta da empresa, porém ela procura demonstrar preocupação com os sentimentos dos japoneses, como a felicidade e o bem estar coletivo, e se dispõe ainda a realizar esforços em prol do crescimento de seu país adotivo.

A campanha GAT tem por base seis pontos:

- 1) Cada um dos colonizadores deve reconhecer, nos devidos termos, a empolgante grandeza natural do Brasil, e procurar tornar-se lavrador legitimo, identificando-se com a política, economia e o nobre sentir do povo brasileiro, sendo para tal fim recomendavel firmar o lema basico de “apego á terra onde se fixa residencia permanente”, para que dela possa tirar maior proveito possivel;
- 2) Vivamos a vida tranqüila do verdadeiro lavrador brasileiro, deixando de lado qualquer preocupação pelos interesses imediatos que são em via de regra, por demais inconstantes;
- 3) Estudemos os meios praticos de proceder as culturas racionaes mediante adubação aconselhada pela sciencia agrologica;
- 4) Racionalizemos a distribuição de braços, sómente contando, em regra com os braços domesticos segundo os bons principios da economia tornando-se necessaria para isso a elaboração do prospecto anual;
- 5) Consigamos tanto quanto possivel o auto-fornecimento de tudo quanto fôr preciso, prestando obediencia á regra da economia domestica que consiste em regular as despezas pelas rendas, devendo estudar o beneficiamento dos produtos agricolas; pois é primordial saber economizar os gastos culinarios;
- 6) Esforcemo-nos pela disseminação das noções de higiene bem como pela observancia ininterrupta das suas boas regras, sabido como é que a saude é a base de todas actividades [sic] (GAT, 1937, p.1-2).

No ponto 1, o slogan da campanha evidencia seus objetivos de fixação dos japoneses em terras brasileiras: “apego á terra onde se fixa residência permanente”. Essa questão pode reabrir o debate da imigração japonesa como forma de resolução do problema populacional.

Esse debate foi realizado pelas pesquisadoras Célia Sakurai (2000) e Vieira (1973), e na opinião das pesquisadoras esse movimento não foi suficiente para que o problema fosse resolvido. Concordamos com as pesquisadoras que, considerando o tamanho da população japonesa, a saída de emigrantes foi pequena. Em nossa acepção, a política imigratória tutelada tinha como principal objetivo a obtenção de novas áreas de influência nas quais poderia manter relações diplomáticas e comerciais.

A questão de permanecer nessas colônias criadas pela Bratac e empresas japonesas a partir da imigração tutelada pode até ser vislumbrada como mais uma medida para que esse fluxo populacional não retornasse ao país. Essa medida teve relativo sucesso no setor de fixação de imigrantes no Brasil, porém parte desse fluxo ficou por outro motivo, a Segunda Guerra Mundial.

A partir dos dados descritos por Shungoro Wako, acreditamos que boa parte dos imigrantes gostaria de voltar ao Japão, contudo a Segunda Guerra Mundial trouxe consequências nefastas ao país nipônico, visto que muitos imigrantes acabaram ficando devido à caótica situação em que o país se encontrava.

No que tange à campanha GAT, assinalamos o fato de o folheto ter sido escrito em português, ponto que merece ser discutido. Os relatórios estudados para pesquisa, em sua maioria, faziam críticas aos documentos da Bratac, como o fato de os contratos serem escritos em japonês.

Esse fato é considerado por nós bastante plausível, já que os japoneses estavam mais habituados com a escrita nipônica. O folheto da campanha haver sido publicado em português nos trouxe questionamentos, porque em nosso entender, essa mudança se dá em razão da

possibilidade de se passar um recado à sociedade brasileira dos objetivos que os imigrantes traçaram no Brasil.

Um dos pontos que a nosso ver fica claro é o “2”, no qual podemos constatar que o imigrante não queria se meter em questões que não eram de sua alçada, quando o folheto destaca: “Vivamos a vida tranqüila do verdadeiro lavrador brasileiro, deixando de lado qualquer preocupação pelos interesses imediatos que são em via de regra, por demais inconstantes”, temos a impressão que os japoneses passavam a sensação de que não queriam se intrometer no tipo de vida do brasileiro.

As discussões referentes à entrada dos japoneses nesse período eram recentes, e mesmo as leis regulatórias contra eles vinham sendo promulgadas ano a ano, sobretudo com a Constituição de 1934 (já citada no Capítulo 2).

A situação nipônica não era das mais favoráveis no país, e a campanha GAT, em nossa visão, surgiu para, além de promover uma interação com os japoneses, como forma de dar respaldo às ações dos imigrantes, para que os brasileiros encarassem sua vinda como parte do processo de imigração aprovado pelo governo brasileiro.

É certo que o Estado nacional não estava feliz com a situação dos japoneses no país, pois apesar de cumprirem seu trabalho como lavradores, já eram pequenos proprietários, fato que também não agradava, porque o governo esperava que esse fluxo fosse composto de colonos, nunca de proprietários.

Como asseveramos anteriormente, o tipo de colonização proposto pela Bratac mudou a situação dos japoneses, e acreditamos que essa campanha tenha sido realizada para passar a impressão à sociedade brasileira que mesmo não sendo colonos, os japoneses cumpriam seu papel, ajudando no crescimento do país.

Os seis pontos apresentados em relação à conduta dos japoneses instalados no Brasil apontam o anseio por, de certo modo, padronizar um estilo de vida japonês em nossas terras,

preocupações com os gastos, inclusive os culinários, apreensão quanto à saúde, dentre as questões assinaladas nos indica a intenção de manter certa uniformidade na comunidade nipônica.

Em nossa compreensão, julgamos que a campanha tenha alcançado seus objetivos em relação à fixação dos seus imigrantes, no entanto se nossa hipótese relativa à passagem de uma imagem positiva aos brasileiros estiver correta, cremos que ela não tenha alcançado o mesmo sucesso, pois os debates sobre a assimilação e as leis regulatórias continuaram a ser discutidas mesmo depois do lançamento da campanha e se tornaram ainda mais específicas com o início da Segunda Guerra Mundial.

## CONCLUSÃO

Trabalhar com o tema da imigração japonesa como “outsider” proporciona ao pesquisador grandes desafios, já que há a possibilidade de deixar passar despercebidos aspectos que são comuns às pessoas mais ligadas à “colônia”, porém há uma liberdade maior na forma como podemos visualizar tal situação, pois quem olha de “fora” pode perceber outras facetas do projeto; não estar intimamente ligado à cultura japonesa nos possibilitou empreender uma pesquisa com menos estigmas, aberta a todas as questões.

Estudos empreendidos durante as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil nos revelaram a grande produção acadêmica com enfoque nos japoneses; artigos, dissertações e teses tinham como objetos os mais diversos temas e períodos da história dos nipônicos no país.

Esta dissertação teve como objetivo central mostrar como uma política imigratória empregada do outro lado do mundo obteve grande impacto para a formação de um município no interior paulista. A criação de uma companhia, a Bratac, foi de suma importância para muitos imigrantes que tiveram a chance de trabalhar em suas terras e contar com uma atuante empresa, disposta, na maioria das vezes e dentro do possível, a fornecer-lhes o que fosse necessário para seu sucesso no Brasil.

Desde o primeiro capítulo procuramos demonstrar o comportamento dos imigrantes japoneses desde sua chegada ao país até as transformações que passaram aqui ao longo dos anos no país; podemos destacar sua inicial falta de intimidade nos mais diversos campos que permearam sua vida até a sua afirmação como importantes fornecedores de alimentos na agricultura paulista, entre outros aspectos.

Não temos dúvidas de que a política imigratória a que atemos nossa atenção se mostrou benéfica aos imigrantes japoneses. As empresas criadas pela Bratac atendiam aos

nipônicos em diversas áreas e possibilitou o crescimento desses imigrantes no Brasil, haja vista que políticas de crédito especiais foram postas em prática para ajudar nesse desenvolvimento, dentre outros fatores apontados neste trabalho.

A possibilidade de perceber essa política em uma pequena cidade nos permitiu observar ainda grande parte dos elementos que integraram da vida dos cidadãos; o poder e a influência dos japoneses no município de Pereira Barreto foi espantoso para a época, podemos observar também que os nipônicos estavam atentos a todos os detalhes, políticos ou não, que estavam a sua volta e determinavam a atitude a ser tomada diante de cada situação.

A Bratac agiu de forma a não perder contato com seus imigrantes, buscando mais do que simplesmente gerir a vida econômica de seus clientes, como também participar de sua vida pessoal; a política implantada com o Movimento GAT demonstra que a empresa também estava ciente desse aspecto.

Podemos constatar que a empresa fez papel de intermediadora dos contatos entre os imigrantes e os órgãos brasileiros; dificilmente verificamos nos documentos momentos em que esse contato não teve a Bratac como elo; mesmo fatos corriqueiros, como nascimento e óbito, eram primeiramente repassados à empresa.

As colônias criadas pela Bratac recriaram, à medida do possível e com características intrínsecas ao Brasil, estruturas parecidas com a vida no Japão, o que possibilitou à colônia caminhar de forma independente dos organismos nacionais. Essas estruturas e “modus vivendi” implantados pelos japoneses nesses núcleos tutelados despertaram a desconfiança do governo brasileiro.

A Era Vargas trouxe o debate sobre os benefícios relativos à imigração japonesa, debate que não era novo, mas foi reavivado por intelectuais e políticos da época; houve leis regulatórias que previram a diminuição do fluxo imigratório japonês ao Brasil, ainda assim essa imigração, que contou com milhares de imigrantes, foi bem sucedida.

As sanções impostas aos imigrantes japoneses contaram com um grande aparato formado pelas polícias estaduais que tinham como principal preocupação garantir a “tranquilidade nacional” contra o elemento desagregador estrangeiro. Os japoneses foram considerados perigosos ao projeto nacionalizador de Vargas e até mesmo a pequena colônia que estudamos mostrou-se, aos olhos do DEOPS/SP, como possível irradiadora de um plano de desestabilização interna do país.

As caracterizações do imigrante nipônico surgidas nos documentos oficiais produzidas pelas DOPS e largamente discutidas nos ciclos do Congresso Nacional se mostraram argumentos fortes contra esse fluxo imigratório. No contexto da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, essas imagens pesaram contra os japoneses, que foram alvos de preconceitos de maneira incompreensível não só por parte do Estado brasileiro, bem como por sua população.

Fatos mais preocupantes sobre o relacionamento dos imigrantes com a empresa também foram percebidos nos documentos, como o pagamento de impostos à Bratac, evento que não foi bem digerido pelos delegados que assistiram essa ação e que causou uma série de hipóteses do destino do dinheiro pago à Bratac como título de imposto, ainda mais se levarmos em conta o contexto da Segunda Guerra Mundial.

Os pensamentos referentes ao que os japoneses poderiam fazer durante esse período de guerra também foram estudados neste trabalho, e verificamos o grau de vigilância, e acrescentamos, de imaginação que os delegados encarregados de pesquisar o município de Pereira Barreto tiveram ao descrever a situação.

A aura que impregnava a concepção dos japoneses certamente contribuiu para que esses imigrantes fossem acusados de grandes absurdos, mesmo em uma pequena colônia como a estudada neste trabalho, atributos como esconderijos subterrâneos, possíveis campos de pouso, dentre outros elementos realçados ao longo da pesquisa trouxeram à tona o grau da “teoria da conspiração” instaurada pelos delegados e que foi sentida por parte da população.

Entendemos que se houve por parte do governo japonês planos expansionistas visando ao Brasil, não houve tempo nem pessoas suficientes para essa tentativa de tomada de poder; não obstante, cremos que esse debate interessou muito mais à política empregada por Vargas do que realmente fez parte da realidade desse fluxo imigratório.

Em nosso entendimento, o governo Vargas se buscou legitimar com base em políticas que feriram a liberdade de grupos imigrantes importantes no país que em um período anterior foram amplamente proclamados como a solução dos problemas internos. Esses imigrantes vieram para o Brasil em períodos de legalidade constitucional e sofreram políticas não condizentes com a situação a que estavam dispostos.

Concluimos que a política imigratória tutelada japonesa impôs uma maneira diferente de instalar os imigrantes japoneses; por mais que outras iniciativas parecidas tenham sido postas em prática, nenhuma delas conseguiu a abrangência e o sucesso da nipônica. Julgamos que essa política tinha intenções maiores do que apenas a acomodação de seus imigrantes, e assinalamos que houve a tentativa da criação de áreas de influência no Brasil.

A imigração tutelada, segundo Yamashiro (1992), permitiu que mesmo depois de décadas as colônias como as *ijú-chi* continuassem a se desenvolver, pois formaram municípios que ainda hoje manifestam claras influências dos japoneses, como Bastos e Pereira Barreto. Essa política foi importante para a fixação dos japoneses no Brasil, contribuindo também para a disseminação da cultura nipônica e as relações que surgiram entre brasileiros e japoneses a partir disso.

Esperamos que esta pesquisa tenha contribuído na compreensão de como foi a imigração tutelada no plano prático, já que apresentamos como ela funcionou em uma colônia bem como os desdobramentos que essa política ocasionou na população japonesa de Pereira Barreto. O estudo da colônia nos permitiu identificar comportamentos de uma população que veio diretamente do Japão e que tentou manter parte de suas características no Brasil.

Os japoneses estudados neste trabalho foram parte fundamental da política empregada pelo governo nipônico e fundaram um município, nas palavras do Dr. Karman, “no longínquo rincão paulista”, e também causaram desconfiança ao governo brasileiro, e, pelo menos em vista dos nossos documentos, não tentaram entrar em sintonia com os nacionais, mas lutaram muito para viver em um país tão diferente do seu e, em nossa acepção tiveram sucesso.

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Arquivo Público do Estado de São Paulo:  
Arquivos do DEOPS-SP  
Museu da Colonização de Pereira Barreto  
Arquivo do Banco Real  
BIBLIOTECA CONSULTADA  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: A Polícia da era Vargas**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1993.

COSTA LEITE, Joaquim. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: Fausto, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999. p.177-200.

CYTRYNOWICZ, Rooney. **Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

DEZEM, Rogério. **Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930)**. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J.& OKAMOTO, M. (Org.). (Org.). Cem anos de Imigração Japonesa. História, Memória e Arte. 1 ed. São Paulo: EDUNESP, 2008, v. 1, p 151-166

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora Edusp, 2000.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IGI, Jitsonubu. **A cidade que vi nascer**. Pereira Barreto Sn, 1978.

KAYAMA, Eiichi. **A canção da alma desbravadora**. Comemoração da Fazenda Tietê. Pereira Barreto: S.n, 1997.

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)**. 2006 Dissertação (Mestrado em História) UEM, Maringá, 2006.

KLEIN, Herbert S. **Migração Internacional na História das Américas**. In: Fausto, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 13-31.

JORNAL DO COMMERCIO. **O Perigo Japonês**. 1942, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.

JULLIARD, Jacques. **A política**. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Piere (orgs.) História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 181-193.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A Crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos Diplomáticos**. 1989, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional – imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MACEDO, Janaina Santos de. **Os silenciamentos impostos aos descendentes de alemães em Florianópolis durante o Estado Novo**. In: II Jornada Nacional de História do Trabalho durante o X Encontro Estadual de História, 2004, Florianópolis. Anais do X Encontro Estadual de História. Florianópolis: UFSC, 2004

MAGALHÃES, Fernanda Torres, **O Suspeito através das lentes: O DEOPS e a Imagem da Subversão (1930-1945)**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

MITA, Chiyoko - **Bastos: uma Comunidade étnica japonesa no Brasil**. São Paulo - SP: Editora Humanitas da FFLCH-USP, 1999.

MIZUNO, Masayuki. **Bastos 25-nen shi (História de 25 anos de Bastos)**. São Paulo, s.ed., 1955.

MORAES, Carlos de Souza. **A Ofensiva Japonesa no Brasil – Aspecto social, econômico e político da colonização nipônica**. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1942.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. ; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional**. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RENK, Valquíria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba**. Curitiba, Champagnat, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Riode Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAITO, Hiroshi/MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes/Edusp, 1973 (Estudos Brasileiros IV).

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da Imigração Japonesa**. São Paulo, Editora Sumaré, 1993.

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941)**. In: Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 201-238.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil**. 2000 (Tese de Doutorado) Unicamp, Campinas, 2000.

SCHADEN, Egon. *Imigrantes Alemães e Japoneses: uma visão comparativa*. In: Saito, Hiroshi (org.). **A Presença Japonesa do Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo: 135-151.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Unb, 1990.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SEYFERTH, Giralda. *Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil*. In: Zarur, G. de C. Leite. (Org.). **Região e Tradição na América Latina**. 1 ed. Brasília: Ed. UnB, 2000, v. , p. 81-109.

SILVA, Zélia Lopes. *Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade*. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Mônica Setuyo. (Org.). **Cem anos de imigração japonesa: História, memória e arte**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008, v. 1, p. 41-62.

STANIFORD, Philip. **Nihon ni itemo shôgonai**. In: *Estudos Brasileiros – Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, H. Saito et al (org. /trad.), Petrópolis, Vozes, 1973, p.32-55

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2002.

TAEUBER, Irene B. **The population of Japan**. 1958, Princeton: Princeton University Press.

TSUKAMOTO, Y. **Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório**. In: *Estudos Brasileiros – Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*, H. Saito et al (org. /trad.), Petrópolis, Vozes, 1973, p.13-31.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **Japonês na frente de expansão paulista, O: O processo de absorção do japonês em Marília**, Pioneira, 1973. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

XAVIER, Marília. **Da Polícia Política**. In: *DOPS a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça/Arquivo Publico do Estado, 1993.

YAMASHIRO, **Emigração como política de Estado**. In: *Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Coord), Uma Epopéia Moderna – 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992, Cap. 3, 137-246

WAWZYNIAK, Sidentalva Maria dos Santos. **Histórias de estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. 2004, Tese (Doutorado em História) UFPR, Curitiba, 2004.